

Maria Celestina Teixeira Mendes Torres



Um
Lavrador
Paulista
do Tempo do Império

MARIA CELESTINA TEIXEIRA MENDES TORRES

UM LAVRADOR PAULISTA DO TEMPO DO IMPÉRIO

1º PRÊMIO DO CONCURSO SOBRE
HISTÓRIA DE SÃO PAULO - 1966

SEPARATA DA REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL
Nº CLXXII
DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO
DEPARTAMENTO DE CULTURA - SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E CULTURA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

DIRETORIA (2010-2012)

PRESIDENTE

PEDRO CALDARI

VICE-PRESIDENTE

CEZARIO DE CAMPOS FERRARI

1º SECRETÁRIO

TOSHIO ICIZUCA

2º SECRETÁRIO

LUIZ NASCIMENTO

1º TESOUREIRO

VITOR PIRES VENCovsky

2º TESOUREIRO

JOÃO UMBERTO NASSIF

ORADOR

GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM

DIRETOR DE ACERVO

FRANCISCO DE ASSIS FERRAZ DE MELLO

SUPLENTES

ANTONIO MESSIAS GALDINO

VALDIZA MARIA CAPRANICO

CONSELHO FISCAL

ANTÔNIO ALTAFIN

FABIO FERREIRA COELHO BRAGANÇA

FELISBINO DE ALMEIDA LEME

ZILMAR ZILLER MARCOS

SUPLENTES – CONSELHO FISCAL

ELIAS SALUM

FLÁVIO RIZOLLO

GERALDO CLARET DE MELLO AYRES

ROSALY APARECIDA CURIAÇOS ALMEIDA LEME

TIMÓTHEO JARDIM

MARIA CELESTINA TEIXEIRA MENDES TORRES

UM LAVRADOR PAULISTA DO TEMPO DO IMPÉRIO

1º PRÊMIO DO CONCURSO SOBRE
HISTÓRIA DE SÃO PAULO - 1966



EQUILIBRIO
e d i t o r a

T693L

Torres, Maria Celestina Teixeira Mendes.

Um lavrador paulista do tempo do império / Maria Celestina Teixeira Mendes
Torres. – Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2010.

99 p.

Publicado com apoio da Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba e do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba - IHGP

Separata da Revista do Arquivo Municipal, n. 172

ISBN: 978-85-61237-37-0

1. São Paulo (Estado) – História. 2. Barros, Luis Antonio de Souza – Biografia. I. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. II. Título.

CDU: 981.61



Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
Piracicaba – SP
2010

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Equilíbrio Editora Sociedade LTDA

DIREÇÃO
Carlos Terra
Gustavo Alvim

CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Marcel Yamauti

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Printfit Soluções

REIMPRESSÃO

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba tem por objetivo, conforme rezam seus Estatutos Sociais, promover o estudo, a pesquisa e a divulgação da História, da Geografia e demais ciências correlatas, relacionados ao município em que está sediado e região circunvizinha.

Para bem cumprir essas finalidades, a entidade tem estimulado estudiosos dessas áreas do conhecimento, de forma especial seus associados, a fazerem pesquisas e a produzirem textos, para que a entidade os divulgue na forma de livros ou como artigos em sua revista anual.

Por sua vez, a diretoria tomou a decisão de, sem prejuízo da edição de trabalhos inéditos, reimprimir algumas obras, publicadas anteriormente pelo IHGP, que se encontram esgotadas. São livros preciosos de autores consagrados e renomados, que se dedicaram à investigação científica da história de Piracicaba, fazendo-a de forma competente e cuidadosa, e cujos textos resultantes passaram a ser fundamentais e imprescindíveis, não só para leitores que tenham meramente o interesse de conhecer esses assuntos, mas, também, e sobretudo, para historiadores, professores, pesquisadores que encontram neles fontes para seus estudos e trabalhos acadêmicos.

Este livro, publicado com o apoio da Prefeitura Municipal de Piracicaba, por meio da sua Secretaria de Ação Cultural, é uma dessas reimpressões. O seu texto sofreu uma revisão para adequá-lo à nova ortografia, sem qualquer alteração no seu conteúdo, respeitando-se, no entanto, a ortografia da época, quando da transcrição ou citações de documentos históricos.

Há outros autores e respectivas obras, que certamente, serão alvos também dessa atenção e reconhecimento. A Comissão de Publicações do IHGP está permanentemente trabalhando para selecioná-las e promover a republicação futuramente.



O Comendador Souza Barros e Dona Felícissima

Maria Celestina T. M. Torres
1º prêmio do concurso Sobre História de
São Paulo, realizado pela Divisão
do Arquivo Histórico, em 1966 (TEMA:
“PERSONALIDADE PAULISTA FA-
LECIDA HÁ MAIS DE 50 ANOS”).

Escrever sobre a vida de certos homens ou de certas famílias é como fazer a história de determinadas épocas, é como fixar no papel determinado momento da vida de uma sociedade. A vida de um bandeirante representa, na realidade, a história do São Paulo pobre, do São Paulo sem vida rural, ideia e ações voltadas para o sertão, história do São Paulo do século XVII ou XVIII. Mas a vida de um lavrador do século XIX será o retrato da sociedade paulista voltado para as atividades agrárias, sedentarizada no cultivo da terra. Retrato, pois, de uma verdadeira revolução econômica e social.

O estudo da vida de homens tão ligados à economia rural, como o comendador Luiz Antônio de Souza Barros, é, de fato, o estudo de certos aspectos da economia paulista no século XIX. É um esmiuçar de detalhes a respeito das chamadas dinastias açucareiras ou cafeeiras que constituem os verdadeiros pilares da economia da Província de São Paulo no tempo do Império.

A biografia de Luiz Antônio de Souza Barros leva-nos, primeiro, ao São Paulo dos fins do século XVIII, ao regime das sesmarias e morgadios. E leva-nos à confirmação do que afirma o prof. Sérgio Buarque de Holanda, de que, na origem das dinastias açucareiras e cafeeiras, está muitas vezes, um militar ou um negociante.



A nossa história começa em Portugal, em Amarante, onde vivia o casal José Luiz de Souza – Ana Maria de Macedo Souza, com seus três filhos – Manuel Caetano, Luiz Antônio e Francisco Antônio (1). O primeiro ficou em Portugal, enquanto os outros vieram para o Brasil e instalaram-se na capitania de São Paulo, uma época em que o sertão de Mato Grosso atraía o espírito aventureiro, desafiando a coragem do homem.

Francisco Antônio, casado com D. Izabel Inácia da Conceição, paulista de Santo Amaro, enriquecera graças a negócios em Mato Grosso, tornando-se opulento senhor de engenho no município de São Carlos, atual Campinas, com os engenhos de Boa Vista, Invernada e Morro Grande. Foi pai do coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, de D. Ana (que será sogra do marquês de Monte Alegre, no segundo casamento deste) e de D. Maria Inocência (futura sogra de Dr. Costa Pinto em suas segundas núpcias). Enviado a Portugal para educar-se, Francisco Inácio podia desfrutar vida de muitos recursos, graças às polpudas mesadas enviadas por seu pai a Manuel Caetano, com quem irá viver, e que podia, assim, aplicar grandes capitais em Quintas no Douro. (2)

Luiz Antônio (1760-1819) – cujo nome inteiro é Luiz Antônio de Souza e

Queiroz (3) – depois de se dedicar a especulações mercantis em Mato Grosso, como seu irmão, ingressa na carreira militar. Em 19-03-1786 assenta praça de tenente agregado à companhia de cavalaria de Itu, do regimento de milícia de dragões, passando a capitão, confirmado pelo Conselho Ultramarino a 9 de outubro de 1794. A 20 de abril de 1796 é tenente-coronel, sendo promovido a coronel efetivo em 31 de março de 1798, nas milícias de Sorocaba, confirmado por patente régia de 12 de junho do mesmo ano (4).

As forças armadas das capitánias compunham-se de “tropa de linha”, das milícias e dos corpos de ordenanças. A primeira representa a tropa regular e profissional, permanentemente sob as armas. Era quase sempre composta de regimentos portugueses que conservavam mesmo seu nome do lugar onde tinham sido formados, como os de “Bragança” e de “Moura”, estacionados, em fins do XVIII, no Rio de Janeiro, e o de “Estremos”, em Santa Catarina, Parati e Angra dos Reis. Para completar os efetivos que vinham do Reino, procedia-se ao engajamento para a tropa na própria Colônia. “As milícias são tropas auxiliares; com as de linha, organizam-se, em regra, lá para os fins do século, em regimentos (em substituição aos antigos terços) e se recrutam por serviço obrigatório não remunerado, na população civil; eram comandadas por oficiais também escolhidos na população civil, e, que, igualmente não podiam se eximir ao serviço não remunerado que prestavam; e também, por algumas patentes regulares, destacadas para organizá-las e instruir. O enquadramento das milícias se fazia na base territorial (freguesias), bem como, e, sobretudo, pelas categorias de população. A última categoria das forças armadas, a terceira linha, eram as ordenanças, formadas por todo o resto da população masculina entre 11 e 60 anos, não alistadas ainda na tropa de linha ou nas milícias, e não dispensadas do serviço militar por algum motivo especial, os eclesiásticos, por exemplo” (5).

Pertencendo, pois, ao corpo de milícias, coronel desde os últimos anos do XVIII, vêmo-lo a tomar providências relativas a expedições para Cuiabá, ainda em 1818, às vésperas de ser promovido a brigadeiro, quando passará para a reserva.

É o que se depreende do seguinte ofício do governo paulista a ele remetido (6):

“Tendo de partir da Villa de Porto Feliz huma Expedição para o Cuiabá, conduzindo pelo Rio vários Petrechos de Guerra, q’ S. Mge. pa. ali Manda: Determinamís á V. S. passe as mais pozetivas Ordens e sem perda de tempo ao Commandante das Comp. as do Regimto. Do su Commando aquarteladas naquella Villa, pa. q’ o Cap. Mor da ma. Possa utilizar-se dos milicianos, não só dos q’ forem proprios p. a Expedição, como dos q. lhe forem mister para guarda dos

Armazens, em q' devem seguir na mencionada Expedição, Deos ge. A V. S. S. Paulo, 13 de Abril de 1818 – D. Manuel Bispo – D. Nuno Eugenio de Locio e Scilbs – Miguel José de Oliveira Pinto”.

Nessa época a capitania de São Paulo, está sendo governada interinamente por um triunvirato, pois o conde de Palma, então Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, tinha sido nomeado, em 1817, por carta régia de 7 de junho, para governar a Bahia. Tal triunvirato, que exerceu o poder com a mesma jurisdição e alçada que tinham os Governadores e Capitães Gerais, até a posse do Capitão General de Mato Grosso, Dom João Carlos Augusto de Oyenhausen e Grevemburg, depois Marquês de Aracati, era composto pelo Bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, pelo Desembargador e Ouvidor Dom Nuno Eugenio de Locio Scilbs e pelo Chefe de Divisão da Armada Real e intendente da Marinha de Santos, Senhor Miguel José de Oliveira Pinto (7).

São, então, expedidas ordens no mesmo sentido, aos capitães-mores das Vilas de Itu, São Carlos, Sorocaba, Parnaíba e Porto Feliz. Procura-se, assim, obter todos os recursos para o bom êxito da expedição a Cuiabá, inclusive entre as Companhias de Ordenanças.

A 16 de dezembro de 1818, Luiz Antônio de Souza é reformado no posto de brigadeiro, sem direito a soldo, conforme consta do officio seguinte (8).

“El-Rey Nosso Senhor Foi servido por decreto de 16 de dezembro ultimo, conceder a V.S. Reforma no Posto de Brigadeiro sem soldo o que participamos a V.S. para sua intelligência, e para que mande solicitar a sua Patente – sem aq. qual não gozará deste Despacho. Ds. Gd. A V.S. São Paulo, 12 de janeiro de 1819. Dom Matheus Bispo – Dom Nuno de Locio e Scilbs – Miguel José de Oliveira Pinto”.

Exerceu ainda cargos públicos. Foi Guarda Mor da Casa de Fundição em 1785 e arrematando vários contratos, como os Subsídios Literários e os dos Novos Impostos e os dos Dízimos, em dez anos consegue avultada fortuna (9).

Acionista da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, possuía até uma galera, a primeira que saiu do Porto de Santos para o de Lisboa.

Casando-se com D. Genebra de Barros Leite, terceira filha de um dos mais importantes lavradores ituanos, o capitão Antônio de Barros Penteadado, e adquirindo em Piracicaba e São Carlos (atual Campinas), extensas glebas, será nas duas primeiras décadas do XIX, o homem mais rico da capitania de São Paulo.

Por títulos de sesmarias ou por compras, Luiz Antônio tornou-se proprietário de importantes engenhos em São Carlos. Segundo o tombamento de 1817, citado por Taunay (ob. cit. p. 69) era o brigadeiro proprietário de “Atibaia”, com 40 escravos, “Monjolinho” com 60, “Palmeira” com 30, “Tapera” com 59, “Taquaral” com 37, possuindo, pois, 290 escravos.

Luiz d’Alincourt, engenheiro militar português, que exerceu várias comissões no Brasil, em sua “Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá”, jornada realizada por ele em 1818 (10), referindo-se aos 60 engenhos de Campinas diz:

“O principal senhor de engenho é o Coronel de Milícias Luiz Antônio, morador em São Paulo, homem ajudado pela fortuna de um modo espantoso, e que possui uma das mais sólidas casas do Brasil; só ele, em Campinas, tem dezesseis engenhos, um dos quais lhe rendeu em 1817, nove contos de réis; e sua colheita anual não desce de trinta mil arrobas de *açúcar e a renda de sua casa anda em oitenta mil cruzados. Além desta, existem outras de bons fundos. A do Coronel Francisco Antônio de Souza anda de dez a doze mil arrobas, em cinco engenhos, quatro dos quais, são próprios*”.

A administração do Brasil Colonial está presa a um emaranhado de leis que correspondem às Ordenanças Portuguesas – Afonsinas, Manuelinas e Filipinas – além de uma profusão de leis, decretos, alvarás, cartas régias e provisões, ordens, assentos e acórdãos, que formam o conjunto denominado “Leis Extravagantes”. E, dentro de um sistema administrativo complicado, que não é uniforme para toda colônia, a unidade administrativa maior é a capitania, dividida em comarcas, compostas por sua vez, de termos, cujas sedes são as vilas ou cidades. Os “termos” são divididos em “freguesias”, sede uma igreja paroquial, portanto circunscrição eclesiástica. Estas, por sua vez, eram divididas em “bairros”.

A capitania de São Paulo, na época de que nos ocupamos, é dividida em três comarcas, com a de Paraná que formava a comarca de Paranaguá e Curitiba, e a de Itu, criada em 1811.

As terras do brigadeiro Luiz Antônio pertenciam ao termo da Vila de São Carlos, e aí, de acordo com a tendência predominante na colônia, forma-se verdadeiro clã patriarcal, onde a vida de senhores, agregados e escravos gira em torno do engenho, unidade a um tempo econômica, social e religiosa. E, graças a seus amplos recursos financeiros e excelentes relações políticas, obtém, para seus filhos, extensas glebas que os tornam, por sua vez, “morgados”. Segundo Taunay (ob. cit.,

p. 69), o brigadeiro Tapera – para seus filhos, o futuro Barão de Souza Queiroz, Comendador Luiz Antonio de Souza Barros e Barão de Limeira.

Entretanto, não se limitam ao município de São Carlos as propriedades de família.

Homem de negócios, desde dos tempos de sua mocidade, quando, com seu irmão se embrenhava pelos sertões de Mato Grosso, Luiz Antônio de Souza, associa-se ao bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, futuro senador, numa “sociedade agrícola”, desta vez em terras da então freguesia de Piracicaba, pertencente ao termo de Itu (11).

O bacharel Nicolau Vergueiro, quando a freguesia de Piracicaba pertencia ainda à comarca de São Paulo, de sociedade com o seu sogro, em 1807, obtém uma sesmaria – duas léguas em quadra – que deu origem ao Engenho do Limoeiro, nas margens do rio Piracicaba, cujo primeiro administrador foi João Manuel Vergueiro, Inspetor dos Dízimos Reais, irmão do bacharel Vergueiro. Comprando terras nas vizinhanças, Vergueiro aumenta a área do Limoeiro até o outro lado do rio.

Em 1814, Vergueiro compra a sesmaria do Monjolinho, nos Campos de Araquara, termo de Porto Feliz, e, também pertencente a Piracicaba, estabelecendo aí uma fazenda de criação. Esta sesmaria – três léguas de testada por uma de fundo – tinha sido cedida ao sargento mor Felipe de Campos Bicudo e tenente José de Campos Paes. Vendida a Nicolau de Campos Vergueiro, torna-se importante fazenda de criação, sob a administração de Estanislau José Antunes, e, em 1818, teria 110 cabeças de gado *vacum* e 10 potros.

Em 1816, ao ser organizada a Sociedade Vergueiro & Souza, Vergueiro entra com o Limoeiro, avaliado em 4:200\$ e Monjolinho, comprado por 500\$ e avaliado em 1817 em 2:502\$.

Para tal sociedade cujo objetivo era a fabricação de açúcar e a criação de animais, de acordo com a escritura pública de 20 de julho de 1816, no Tabelião de 1º Ofício, Luiz Antônio de Souza forneceu a quantia para a compra dos sítios de Taquaral e Monte Alegre, obrigando-se, ainda, a fornecer os fundos necessários ao aumento dos interesses sociais.

O sítio do Taquaral, situado na estrada de Piracicaba para Itu, era formado em terras da sesmaria do mesmo nome, concedida a Inácio de Almeida Lara e Pedro Lemos de Oliveira, que a venderam a Luiz Teixeira de Toledo. Vergueiro & Souza o arremataram em hasta pública por 1:300\$ em 9 de junho de 1816 (Auto de Arrematação no inventário de Toledo, 1º Ofício de Piracicaba). Tinha, então mil braças de testada e duas léguas de fundo, formando três estabelecimentos, dois de criação, sem escravos, e um com engenhos e 40 escravos.

O sítio do Monte Alegre pertencia ao Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. Situado no bairro de Rio Acima, da freguesia de Piracicaba, tinha 700

braças de testadas no rio Piracicaba e meia légua de sertão. Foi vendido à firma por 2:500\$ em 12 de agosto de 1816, conforme escritura que se encontra no Cartório do 1º Ofício de Itu, Livro XXX, II, página 45.

Como todos os bens da Sociedade estavam em Piracicaba, que será Vila Nova da Constituição, com sua Câmara Municipal instalada a 10 de agosto de 1822, Vergueiro passa a residir aí, construindo sua casa – que durante muito tempo será a melhor casa da Vila – no pátio de Matriz, enquanto o então coronel Luiz Antônio de Souza permanece em São Paulo, onde reside.

Os sítios ficam, pois, sob os cuidados dos administradores: Damião de Souza Nogueira, do Limoeiro; João Paes de Almeida, do Monte Alegre; Francisco de Paula do Taquaral e Estanislau José Antunes, do Monjolino.

Em 1817, Vergueiro incorpora à Sociedade o Engenho de Ibicaba, na sesmaria do Morro Azul, além de terras junto ao ribeirão do Tatu. Para aumentar seus estabelecimentos nesta região, a firma requer ainda uma sesmaria de uma légua de testada e duas de fundo, e, obtida por carta de 6 de maio de 1818, dela desiste, pois aí se encontravam “arranchados” numerosos posseiros. Aumenta, então, o Taquaral, com a aquisição do Pau Queimado, adquirido, com suas benfeitorias, a Antônio Coelho Barbosa e Antônio Mariano de Brito, segundo escritura lançada no Livro nº 6, p. 199 e 201 v, Cartório de 1º Ofício de Porto Feliz.

Aos poucos as terras da freguesia de Piracicaba são devastadas, o verde claro dos canaviais substituídos o verde sombrio das matas. O machado impiedoso vai destruindo a mata, e as foices e enxadas nas mãos dos escravos, abrem caminho, com novos canaviais, para mais uma “boca do sertão”. Monjolos, casas de taipas, cercas de garantãs, canaviais e pequenas roças de milho, mandioca e feijão serão os novos elementos da paisagem. E, como fundo no seu papel tradicional, o rio Piracicaba e sua bela rede de afluentes.

Prospera também a Sociedade Vergueiro & Souza. A época é de facilidades para os que, ao lado do capital, têm a febre necessária para os grandes empreendimentos, e, aí se aliam ambos os fatores, cabendo, de fato, ao brigadeiro Luiz Antônio de Souza o fornecimento do capital – auferido especialmente fora da área piracicabana, em suas propriedades de Campinas – e a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, as realizações.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e sua esposa D. Maria Angélica, durante o tempo que durou a sociedade, residem em Piracicaba, embora, de fato Vergueiro, por suas atividades políticas seja obrigado a se ausentar por muito tempo, mas a família do brigadeiro Luís Antônio Souza divide seu tempo entre os engenhos campineiros, sua casa em São Paulo ou ainda em Itu.

Aliás, a norma entre os senhores de engenho da capitania de São Paulo, pelo menos no Centro-Oeste, não é fazer do engenho um centro político e social como

os grandes engenhos do nordeste brasileiro, ou mesmo como os do Vale do Paraíba. Vivem em suas terras, em geral, os posseiros arranchados em sobras ou ratas de sesmarias; nas grandes propriedades rurais da região piracicabana não residem seus proprietários que preferem, a vila, São Paulo ou a Corte, e, que, em muitos casos, serão antes políticos e homens da cidade do que propriamente lavradores. Tal fato nos leva a encontrar um aspecto característico na organização das Câmaras Municipais - seus membros não serão os grandes fazendeiros, os maiores proprietários rurais, os antigos "homens bons" da época colonial, mas sim homens de pequenos cabedais que residem no município, a cujos interesses estão ligados intimamente.

Reformado no posto de brigadeiro, Luiz Antônio de Souza não gozará por muito tempo, como senhor do engenho, das vantagens que tal reforma, desobrigando-o dos encargos militares, pode lhe trazer, pois morre em 30 de maio de 1819.

O TOMBAMENTO DE 1817-1818

Graças a D. João VI podemos ter uma idéia da Capitania de São Paulo nos anos que antecedem a independência do Brasil. Ordenara êle, a 21 de outubro de 1817, que se remetesse à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a relação de todas as pessoas que, por qualquer título de compra, herança, posse ou sesmaria, tivessem terrenos, em cada um dos distritos, tanto na Província do Rio de Janeiro como no resto do Brasil.

O Tombamento realizado em 1817 devia esclarecer o nome da fazenda e do seu proprietário, a superfície, o número de braças de testada e de fundo, a natureza das culturas, o número de escravos e a declaração de residência do dono das terras. No Departamento do Arquivo encontram-se os volumes relativos a trinta e quatro vilas e freguesia. Não obstante lacunas sérias, já assinaladas por Taunay, em sua História do Café, volume III, p. 65, o Tombamento de 1817 é um precioso documentário, muito embora nem sempre as informações correspondam exatamente às ordens emanadas de sua Majestade.

O que se verifica, então, é a lavoura da cana e a indústria açucareira como base da economia paulista. E, ao contrário do que se dava no século anterior, são as regiões do planalto paulista que fornecerão o grosso de exportação que se fazia pelo porto de Santos, particularmente Itu, Porto Feliz, Campinas, Sorocaba e Jundiaí, o que é largamente documentado por viajantes que percorreram, então, algumas

capitanias do Brasil. Não obstante uma pequena produção de café e razoável produção de mantimentos, particularmente milho, feijão e farinha de mandioca, é a indústria açucareira o esteio da economia paulista, particularmente nos lugares de cima da serra, fato que, desde fins do século XVIII, é assinalado quando, em documento anexo à “Memória Econômico-Política” do Governador Melo e Castro e Mendonça, “na produção açucareira da Capitania, correspondente a 1798, a contribuição das vilas de serra acima fôra de 131.584, enquanto a do litoral não passava de 21.584 arrobas”. Igual desproporção ocorre em 1799, com 158.350 arrobas para o interior e 40.135 para a marinha (12).

O melhor dos relatórios parciais do Tombamento de 1817 é o de Itu, organizado pelo Capitão Mor da Vila, Vicente da Costa Goes e Aranha, que afirma que o trabalho fora “fielmente extraído pelos capitães de ordenanças, comandantes dos bairros da mesma vila”, pois cabia às Ordenanças o arrolamento dos habitantes com a declaração de seus haveres, o que fazia delas verdadeiros agentes do físico.

Em Itu foram arrolados 126 engenhos, 400 lavradores e 3.317 escravos. Entre os mais importantes senhores de engenho está o capitão Antônio de Barros Penteado, sogro do brigadeiro Luís Antônio. Segundo Silva Leme, em sua Genealogia Paulistana, vol. 3 (ver Anexo 1), os irmãos Francisco, José e Antônio de Barros Penteado, filhos do capitão Fernão Paes de Barros, morador em Parnaíba, em meados século XVIII, enriqueceram-se na exploração de minas de ouro, particularmente da mina de Melgueira, os que lhes permitiu a compra de terras para a lavoura em Itu e Capivari, especialmente os dois últimos, pois Francisco de Barros Penteado, estabelecendo-se em Vila Boa de Goiás, aí constituiu família, sendo seu bisneto o governador de Mato Grosso, coronel Antonio de Barros Penteado foram registrados 100 escravos em sua fazenda dos “Campos Elíseos” e igual número nos dois engenhos de sua esposa, D. Angela Ribeiro de Siqueira, isto é, o “Gramado” e o “São João”. Tais dados foram, por nós extraídos do livro de Taunay, vol. III p. 70, entretanto Silva Leme, Genealogia Paulistana, vol. III p. 385, afirma ser Angela Ribeiro de Cerqueira filha do capitão e não sua esposa. Esta seria D. Maria Paula Machado, filha do capitão mor Salvador Jorge Velho e de Genebra Maria Machado.

Em Piracicaba, o tombamento, com data de 1818 (13), traz uma relação de 275 propriedades distribuídas da seguinte maneira:

<i>Rio Abaixo</i>	58
<i>Est. de Itú e Porto Feliz</i>	47
<i>Lambari, est. de São Carlos</i>	70
<i>Ribeirão das Panelas, Morro Azul</i>	30
<i>Ribeirão da Geada</i>	13
<i>Corumbataí Acima</i>	37
<i>Corumbataí</i>	2
<i>Araraquara e Primeira Fazenda</i>	21

A respeito das terras pertencentes a Nicolau Vergueiro e Luiz Antônio de Souza, eis o que encontramos nos “Bens Rústicos de 1818”:

No Bairro do Rio Abaixo: “Damião de Souza Nogueira, administrador – o sítio do Limoeiro, com duas léguas de estrada e duas de fundo, com Engenho e fábricas de açúcar, com 25 esperavam os escravos pertencentes ao Cel. Luiz Antônio Souza e ao Dr. Nicolau de Campos Vergueiro, morador nesta freguesia e as possui por sesmarias”.

Na estrada de Itu e Porto Feliz: “Francisco de Paulo, administrador do sítio denominado Taquaral, que terá de testada mais ou menos mil braças e de fundo duas léguas; este terreno está dividido em 3 estabelecimentos dois com criação, sem escravos, e outro, com engenho e 40 escravos, pertencendo à sociedade do cel. Luiz Antônio Souza que reside em São Paulo e Dr. Nicolau Vergueiro, que reside nessa freguesia que as houveram por compra”.

No bairro do Lambari, estrada de São Carlos: “Francisco Antônio de Oliveira, administrador do sítio denominado Amarais, com meia légua em quadra mais o menos, com fábrica de açúcar e 50 escravos, pertencentes ao Cel. Luiz Antonio de Souza, que reside em São Paulo, que as houve por compra”.

No mesmo Bairro, “João Paes de Almeida, administrador do sítio denominado Monte Alegre, com um quarto de testada e meia légua de

fundo, com engenho e fábrica de açúcar, tem 26 escravos pertencentes à Sociedade do Ajudante Correa e o Cel. Luiz Antonio de Souza e Dr. Nicolau Vergueiro, aquele reside na cidade de São Paulo e está nesta Freguesia, que as houveram por compra”.

No Bairro Ribeirão das Panelas, Morro Azul: “Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro possui 800 braças de terras de testada com mil pouco mais ou menos, de fundo, com 11 escravos em cultura com princípio de canas, com administrador; o mesmo possui mais uma posse antiga sobre a qual pretende sesmaria, com princípio de cultura que as houve por compra e posse”.

No bairro do Corumbataí Acima: “Dr. Nicolau Pereira Vergueiro possui uma sorte de terras com 400 braças de fundo e testada o que se acha até a divisa com seu confinante e nele reside, e as houve por doação”.

No bairro de Araraquara e Primeira Fazenda: “Dr. Vergueiro possui 3 léguas de campos e matas onde conserva uma fazenda de criar denominada Monjolino, com 3 escravos, reside na Freguesia e as houve por compra”.

Em Campinas, onde o Tombamento traz a assinatura do capitão-mor João Francisco de Andrade, foram arrolados 294 agricultores e 3.464 escravos.

De modo geral, o que se encontra é a grande propriedade, a lavoura canieira com seus engenhos, e a escravaria sempre em maior número nos engenhos- termo que serve para designar o conjunto de lavouras, “morada de casas”, senzalas, fábricas de açúcar com suas moendas e tendal, além de outros pertences do que os outros tipos de exploração rural, isto é, pastoril ou de “gêneros alimentares”. E, abrangendo centros de produção importantes como Itu, Campinas e Piracicaba, lá estarão, entrelaçadas, unidas pelos casamentos e pelos mesmos interesses políticos econômicos e sociais, as famílias que se ligam ao tronco Luiz Antônio de Souza Macedo e Queiroz, o homem mais rico da capitania de São Paulo no tempo de D. João VI, isto é que, no Brasil-Reino.

Entretanto, também há problemas e dificuldades. Sempre houve, no regime patriarcal e escravocrata que caracterizou a formação social e econômica do Brasil Colonial, pequenas dificuldades com os escravos, chegando, às vezes, a pequenos motins que eram reprimidos severamente.

Já na época de D. João VI, quando, veladamente, em surdina, se comenta a campanha anti-escravagista encabeçada no mundo ocidental pela Inglaterra (14)

aqui e ali, se sucedem pequenas reações que, evidentemente, nada têm que ver com um movimento ainda desconhecido dos escravos, mas que permitem que se considere que três séculos de escravidão não conduziram o negro a uma total submissão, e, muitas vezes, aparentemente livres das restrições impostas durante as horas de trabalho, aproveitam-se de momentânea liberdade dos seus dias de folga para dar vazão a seus sentimentos recalçados.

E, em terras do brigadeiro Luiz Antonio nem sempre teria reinado paz entre senhores e escravos. Três officios que reproduzimos, dirigidos pelo governo da capitânia de São Paulo, datados de 3 de março de 1819, ao coronel João Vicente da Fonseca, ao Juiz Ordinário de São Carlos e à Câmara Municipal de São Carlos; podem dar uma idéia do problema e da sua solução no momento (15):

Pa. O Cel. João Vicente da Fonseca

“Sendo preciso precaver e atalhar as desordens, q. commettem na Va. de S. Carlos os Escravos das Fazendas, q. nos Domingos e Dias Santos vem à Villa cumprir com os preceitos da igreja: Ordenamos á V.S. passe as Ordens necessárias aos Comdes. das Comp. Q. o Regmto, do seo comdo, tem naquella Villa pa. q. alternadamente com a companhia de Cavalaria fação rondar por huma Patrulha de oito Soldados e hum Oficial inferior a sobredita Va. armados de polvora e chumbo, q. lhe serão ministrados pela Camara, para depois ser paga pela RI.Fazenda: e pr. q. mandamos castigar com 200 açoites no Pelourinho cada hum dos Escravos da Fazenda Monjolinho pelo crime de rezistencia e retirada do prezo da mão do Alcaide, vai encarregado de auxiliar e esta diligencia, o coronel do 1º Reg. de Cava. Miliciana Antonio Leite Per. a. da Gama Lobo, á ordem do qual deve V.S. mandar por todas as Comp. do Regm. seo Comdo, para o dito fim”.

Pa. O Juiz Ordin. de S. Carlos

“Sendo-nos presente pelo Off. da Camara dessa Villa de 25 de Fev. p.p. e por uma representação q. nos fez o Brig. Luiz Antonio de Souza, a dezordem commettida, nessa Villa, e no Engenho do Monjolinho do sobredito Brig. feitas pelos Escravos daquella Fabrica, vmce mandará prender todos os ditos Escravos, q. entrarão na dezordem, com todas as precisas cautellas, e, serão assoitados no Pelourinho dessa Villa com 200 assoites cada hum e para maior respeito, e evitar qualquer acontecimento da parte dos Escravos, vai encarregado por este Gov. o coronel de Cavallaria desse Destricto Antonio Leite Pereira da Gama Lobo

para auxliar a prizão e execução do castigo com toda a Tropa Miliciana que ali se poder ajuntar. Outro sim deve vmce, fazer toda a diligência para ser preza o Feitor da Fazenda Domingos da Sa. promotor daquella dezordem, e parará vmce. todo o procedimento de devassa por ser privativo este conhecimento do Juiz de vara branca. Ds. Gde. a vmce”.

Pa. A Camara de S. Carlos

“Recebemos o Offc. De vmces, de 25 de Fev. p. p. em q. nos participão a dezordem commettida nessa villa, e no Engenho do Monjolinho do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, feita pelos Escr. da mesma: louvamos mto. a vmces o seu zelo pelo Real Serviço e ao Com. MiLitar desse Destricto damos as Ordens necessárias p. q. todos os Domingos e Dias Stos. faça mandar rondar a mesma Villa pr. huma Patrulha de 8 homens e além disso para dezagravo da justiça offendida e para conter os Escravos com o Exemplo do castigo dos da Fazenda Monjolinho mandamos Ordem ao Juiz Ordin, para q. faça castigar com 200 asoites no Pelourinho da Villa a todos os Escravos daquella Fabrica que entrarão na tirada do prezo das mãos do Alcaide e na rezistencia. E pra. Q. mandamos auxiliar esta deligencia pelo Coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, essa Camara assistirá com a pólvora e chumbo necessária para a Tropa Miliciana, com q. o dito Coronel deve cercar o pelourinho, e também para as Patrulhas rondantes, despeza esta q. será paga pela junta da Real Fazenda. Ds. A vmces. São Paulo, 3 de março de 1819. D. Matheus Bpo. – D. Nuno Eug. de Locio e Scilbs – Miguel J. de Olva. Pinto”.

Elemento importante na economia da época, parte ponderável da população, que apresenta razoável porcentagem de negros e mulatos, o escravo exige todo um aparato de fiscalização e sanções, não obstante o tratamento bondoso, quase familiar. Dispensado por algumas famílias.

No Monjolinho e outras propriedades da família do brigadeiro Luiz Antonio há sempre um grupo de escravos dedicados à família, alguns negros libertos, particularmente aqueles que se dedicam aos trabalhos de “dentro”, isto é, domésticos, junto as senhoras e crianças. Aliás, não é este um costume exclusivo desta família, mas uma norma geral entre os senhores de escravos.

Os fatos que provocaram os officios do trunvirato que governava São Paulo em 1819 provavelmente não serão muito mais graves do que algazarras provocadas por escravos turbulentos talvez embriagados, aproveitando suas folgas para dar vasão a seus complexos. Mas o castigo – duzentos açoites em praça pública

– severo demais, tem em mira oferecer um exemplo, de modo a evitar distúrbios mais graves para o futuro. É particularmente a “lei” que se sente ofendida. E mais um ofício (16) com a mesma data, completa a série de medidas tomadas, envolvendo, assim, todos os meios de defesa a fiscalização de que dispunham, então, as autoridades.

Porta. Ao Coronel Antonio Leite Pera. da Gama pa. ir a Va. de S. Carlos

“ Havendo nós representado a Camara da Villa de S. Carlos, e o Brig. Luiz Antonio de Souza a dezordem commettida naquella Villa, e no Engenho do Monjolinho do sobredito Brigadeiro, feita pelos Escravos daquella Fabrica: temos Ordenado ao Juiz Ord. daquele Destricto, mande prender todos os ditos Escravos, q. entrarão na dezordem com todas as precisas cautelas para serem assoitados no Pelourinho da mesma Villa com 200 assoites cada hum, e para maior respeito, e, evitar qualquer acontecimento da parte dos Escravos. Ordenamos ao Sr. Coronel do 1º Regimento de Cavalaria Miliciana desta Cidade Antonio Leite Pereira da Gama Lobo passe a dita Villa, e, com a Companhia do Regimento do seu Commando e com as de Infantaria do Regimento de Sertanejos, municidados de polvora e chumbo q. a Camara há de ministrar auxilie as determinadas prizões, e castigos, fazendo cercar o Pelourinho, e evitando toda e qualquer dezordem que possa acontecer, entendendo-se, para esse fim, com o Alferes Francisco Ignacio de Souza Queiroz: o que cumpra. Quartel General de São Paulo, 3 de março de 1819. Com as rubricas de S.Exa. e Sas.”

Em 1816 o irmão do brigadeiro Luiz Antonio de Souza, coronel Francisco Antonio de Souza, já extremamente rico, parte para Portugal. Nessa época seu filho já residia no Brasil, onde irá tomar parte em importantes acontecimentos políticos. O coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz só irá para Portugal em 1828, com sua esposa D. Francisca Miquelina, filha mais velha do brigadeiro Luiz Antonio, e sua filhinha e pequena Genebra. Aí nascera Izabel, sua segunda filha. Em 1831 Francisco Inácio morre em Portugal, depois de uma acidentada carreira de armas e lides políticas no cenário da Província de São Paulo, onde desentendimentos políticos o tinham levado a chefiar a “Bernarda” e onde exercera, posteriormente, em diversas ocasiões, vários cargos na alta administração pública.

Do seu casamento com D. Genebra Leite de Barros, cujo retrato está no Museu de Itu, o brigadeiro Luiz Antonio de Souza teve os seguinte filhos:

- 1 – D. Francisca Miguelina, que se casará com o primo Francisco

Inácio, filho de Francisco Antonio de Souza. A fortuna deste tinha sido incorporada às fazendas de Morro Grande e Morro Alto. Francisco Antonio deixara o seu filho a terça da herança, cabendo nesta as duas fazendas que, por morte de Francisco Inácio, em 1831, passarão às filhas Izabel e Genebra. Izabel casar-se-á com o conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, e Genebra com o filho mais velho do marquês de Valença, Luiz de Rezende.

2- D. Ilídia Mafalda que se casará com o desembargador Estevão Ribeiro de Rezende, futuro Senador, Presidente do Senado, Ministro do Império e da Justiça, Barão, Conde e Marquês de Valença, homem de grande fortuna, com as fazendas de São Luiz e das Coroas, no município de Valença, além de vastas propriedades em São Paulo. Os Valenças são proprietários da fazenda São Pedro, em Piracicaba, e em Campinas da fazenda Santa Genebra. Esta fazenda tem sua origem na antiga fazenda de Morro Grande que pertencera a Genebra, filha de Francisco Inácio de Souza Queiroz, e que se casaria com o capitão Luiz de Rezende, filho mais velho dos Valença, espírito alegre e folgazão, cuja prodigalidade o levará à ruína. Viúvo em 1857, Luiz de Rezende não voltará mais a Morro Grande, que, adquirida por seu pai, será fazenda Santa Genebra, como disse ele, “em homenagem às Genebras, santas senhoras da família”.

3 – Francisco, Senador e Barão de Souza Queiroz, bacharel em direito, será membro importante do antigo partido liberal, vice-presidente da Província de São Paulo. Casar-se-á com sua prima Francisca Miquelina de Souza Queiroz, filha de Vicente de Souza Queiroz, barão de Limeira.

4 – Luiz Antonio de Souza Barros, que será dignatário da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo. É o único que assinará o nome da mãe. Ligar-se-a à família do marquês de Valença, casando-se com sua filha Ilídia Mafalda, também sua sobrinha por parte da mãe. Viúvo em 1847, casar-se-á novamente, em 1850, com D. Felissícima de Almeida Campos filha do tenente Domingos de Almeida Campos e D. Maria Inácia Leite.

5 – Vicente de Souza Queiroz, barão de Limeira, opulento fazendeiro de café em São Paulo. Casado com sua prima Francisca de Paula Souza filha do senador conselheiro Francisco de Paula Souza e Melo e de D.

Maria de Barros Leite. De seus 15 filhos, é, provavelmente, o quinto, Luiz Vicente de Souza Queiroz, casado com Hermelinda Ottoni, o mais benemérito e mais despreendido, com o seu nome ligado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba, instituto universitário instalado nas terras da fazenda São João da Montanha, adquirida por ele para nela se instalar um Escola de Agricultura.



LUIZ ANTONIO DE SOUZA BARROS

Nascido a 23 de setembro de 1809, em Itu, na casa de seus avós maternos, viveu Luiz Antonio seus primeiros anos na casa que seu pai possuía na capital da então capitania de São Paulo, na esquina da atual rua São Bento com a rua do Ouvidor.

Entretanto, não frequentou escolas no Brasil. Enviado a Portugal aos oito anos, educou-se na casa do seu tio, homem severo, de princípios rígidos e....amigo da palmatória. Embora tivesse frequentado a Universidade de Coimbra, não chegou a obter diploma algum.

Em 1819, quando o seu pai faleceu, Luiz Antonio apenas um menino, ainda vivia em Portugal, sem ter consciência da imensa fortuna legada por seu pai, o brigadeiro Luiz Antonio de Souza.

Ao falecer, o brigadeiro Luiz Antonio deixa viúva D. Genebra de Barros Leite, com seus cinco filhos e uma imensa fortuna para gerir, com imensas propriedades na capital paulista e nos municípios mais prósperos, além dos bens incorporados à Sociedade Vergueiro & Souza.

A 16 de julho de 1822 D. Genebra contrai novo casamento, com Dr. José da Costa Carvalho, baiano radicado em São Paulo, bacharel pela Universidade de Coimbra, futuro barão, visconde e marquês de Monte Alegre.

A Sociedade Vergueiro & Souza continua a ser dirigida por Nicolau Vergueiro até 1825, quando se faz o distrato, conforme escritura que se encontra no Cartório do 1º Ofício de São Paulo, Livro de Notas nº 27, página 54.

Com a dissolução da sociedade coube ao Dr. Costa Carvalho e sua mulher D. Genebra, a posse do sítio do Monte Alegre, Taquaral e Limoeiro. A Vergueiro

couberam as terras do Tatu e o Engenho de Ibicaba. O Monjolinho, nos Campos de Araraquara, coube aos herdeiros do brigadeiro Luiz Antonio, e, corresponde, atualmente, ao que hoje é a cidade de São Carlos, desmembrada que foi, em várias fazendas.

Avaliados os bens da Sociedade, na época da sua fundação, em 25:996\$, na dissolução representavam 58:413\$969 e a Vergueiro 15:631\$831

Outras propriedades rurais faziam parte da fortuna do brigadeiro Luiz Antonio de Souza e Queiroz, além de extensas glebas no município de Campinas. Entre elas, a fazenda São Luiz, enorme fazenda que “do sertão” de Santa Bárbara, então pertencente ao município de Vila Nova da Constituição, chegava até quase o pequeno povoado com sua capela erigida em terreno doado por D. Margarida da Graça Martins. Tais terras passarão para o acervo de Luiz Antonio de Souza Barros, como também, posteriormente, o Taquaral, após a morte de D. Genebra, em 1834, em Lisboa.



Em São Paulo inicia a sua carreira de magistrado, como juiz de fora, o jovem Estevão Ribeiro de Rezende, futuro marquês de Valença, aí vivendo desde 1810 até 1815. Conhecendo a família de Souza Queiroz, logo dela se faz íntimo, apaixonando-se pela jovem Ilídia Mafalda, filha do brigadeiro Luiz Antonio, com a qual se casará. Após uma rápida carreira na política paulista, Estevão Ribeiro de Rezende passará a viver no Rio de Janeiro, nos meios ligados à Côrte, com cargos diversos, como fiscal dos diamantes do Serro Frio, desembargador da Relação da Bahia, ajudante de intendente geral da polícia, superintendente geral dos contrabandos, sendo está última nomeação feita pelo Príncipe Regente D. Pedro em 1821, e renovada pelo Imperador D. Pedro I, em 1823. Será Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro. Professo na Ordem de Cristo. Em 1824 Estevão Ribeiro de Rezende será nomeado desembargador honorário da Mesa do Desembargo do Paço e deputado da Mesa de Consciência e Ordens, depois de ter sido também membro da Assembleia Constituinte. Ministro do Império em 1824, será ainda deputado por Minas, eleito em 1825. Elevado a Conde de Valença em 1826, será condecorado em 1830 com a dignitária da Ordem Imperial do Cruzeiro. Na época da maioridade de D. Pedro II, era ele vice-presidente do Senado recebendo, por ocasião da coroação, a mercê de Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Em 1848 foi agraciado com o título de Marquês.

Eram ambos, Estevão e Ilídia Mafalda, adeptos do trabalho livre, e, assim, em sua fazenda das Coroas, fundam um núcleo de alemães, do qual anualmente, a

partir de um pedido do Governo Imperial datado de 1851, apresentam minucioso relatório.

Viverá, por muito tempo, o casal, na Rua dos Inválidos, então bairro aristocrático. Tal rua, antigamente denominada Rua Nova de São Lourenço, foi aberta por ordem do vice-rei Conde de Rezende, em 1791, que aí mandou construir uma casa com espaçoso terreno para abrigar soldados inválidos. Na época de D. João VI a casa foi dada de presente ao médico particular de S. M., Dr. Manuel Vieira da Silva, Barão de Alvaiaeserez. Mais tarde, a chácara passou a pertencer ao Marquês de Valença, que aí morou até sua morte, em 1856, com 79 anos.

Na sua bela chácara D. Ilídia Mafalda oferece exemplo de elegância, educação requintada, além de grande fervor religioso, com o seu oratório particular de cerejeira clara, com as armas da família douradas a fogo, todo acolchoado de seda grená, que passou, posteriormente, a pertencer a D. Maria Amélia de Rezende, sua ilustre neta (17).

É pois, num ambiente de muitos recursos que Luiz Antonio viverá, ora com sua mãe, ora com seus tios, depois de sua volta da Europa. A casa de sua irmã, a futura marquesa de Valença, será sua preferida. D. Ilídia Mafalda e Estevão de Rezende possuíam imensas propriedades também na cidade do Rio de Janeiro: onze prédios na Rua do Senado, cinco na Rua dos Inválidos, além de uma chácara onde residiu um de seus filhos. Tais bens urbanos, aliados às propriedades rurais das quais já falamos, e à herança do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, fazem dos marqueses de Valença uma das mais sólidas fortunas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Compreende-se, pois, a pequena história contada por D. Maria Pães de Barros a respeito do seu pai, Luiz Antonio, que, quando pequeno, ajudaria a carregar, para guardar, os saquinhos de moedas de ouro.

Rapaz meio calado, mas bem humorado, amigo de viver em família, companheiro dos irmãos e primos, Luiz Antonio alternará sua vida entre a capital da Província de São Paulo, cidade ainda modesta, mais comunidade rural do que metrópole, seus afazeres rurais, e os prazeres da Corte. Frequentador assíduo da casa de Ilídia Mafalda, irmã muito querida e respeitada, acabará se apaixonando pela sobrinha, a jovem Ilidinha de Rezende.

Casado, viverá no casarão da Rua São João que pertencera a Francisco Inácio de Souza Queiroz, pois Luiz Antonio de Souza Barros será o tutor das duas filhas do primo, Isabel e Genebra, que, órfãs, primeiro de pai, e depois de mãe, D. Francisca Miquelina, irmã mais velha de Luiz Antonio, passaram a viver com a avó e depois, com os Rezende.

E, assim, lavrador em São Paulo mas ligado intimamente aos meios da Corte, Luiz Antonio viverá ora em São Paulo ora Rio de Janeiro.

Em 1847 falece D. Ilidinha de Rezende Souza Barros.

Cabe aqui uma pequena observação: uma escritura de compra e venda de terras e uma procuração trazem o nome de Luiz Antonio de Souza Barros e sua mulher D. Lidia Henriqueta de Rezende, e não Ilídia Mafalda. Eis o que reza o documento lançado no livro de notas nº 5, f. 141, Cartório de 1º Ofício de Piracicaba: “Escritura de compra e venda que faz o Sr. Luiz Antonio de Barros e Exmo Sr. Conde de Valença e suas mulheres e João Alvares de Oliveira, de uma fazenda de criar com casas de moradas, escravos e mais objetos pela quantia de 26:400\$. Datada de 22-10 de 1841, traz o nome da esposa de Luiz Antonio como Lidia Henriqueta de Souza Rezende. O mesmo nome é encontrado numa procuração do tenente coronel Luiz Antonio de Souza Barros e sua esposa passada a Joaquim Rodrigues Cesar, datada de 18-7-1843, registrada no livro nº 4, f. 3 do Cartório Partidor de Santa Barbara.

Desse casamento o casal teve nove filhos:

1. Ilídia Mafalda, casada com seu primo Dr. João de Aguiar Whitaker.
2. Luiza Augusta de Souza Vergueiro, casada com seu primo Joaquim Vergueiro, filho de Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, senador do Império, e de D. Angélica de Vasconcelos.
3. Francisca de Souza Barros, casada com Dr. Bento de Aguiar Barros, seu primo, filho do capitão Francisco Xavier Paes de Barros e de D. Rosa de Aguiar Barros.
4. Estevão de Souza Barros, casado com Leonor de Assunção Barros, filha de José Custódio de Assunção e de D. Maria Dias de Toledo.
5. José de Souza Barros, casado com Josefina Dias Aguiar, filha de Antonio Dias de Aguiar e de D. Carolina de Assunção, em primeiras núpcias. Casou-se segunda vez com Luiz de La Floret.
6. Francisco de Souza Barros, casado com Francisca Ferraz do Amral.
7. Amélia Higina de Souza Barros, casada com seu primo Dr. José Manuel de Mesquita e D. Gertrudes de Campos Almeida.
8. Izabel de Souza Barros, casada com seu primo conselheiro Dr. Bento Francisco de Paula Souza, filho de Francisco de Paula Souza e Melo e D. Maria de Barros Leite.

9. Luiz de Souza Barros.

Com uma família tão numerosa, ligada a família também relacionada tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro, nos meios sociais e nos meios políticos, vive-se na Côrte e na Província, nos salões aristocráticos do Rio de Janeiro numa exibição de luxo e bom gosto ou nos meios mais modestos e provincianos de São Paulo, com costumes ainda nitidamente coloniais, ou ainda nas fazendas de cana do interior paulista. Pois, à época do primeiro casamento de Luiz Antonio, suas fazendas serão ainda os Engenhos de açúcar, espalhados pelos mais prósperos municípios do oeste paulista.

NA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

As transformações políticas por que passa o Brasil, a partir de 1831, com a abdicação do imperador D. Pedro I, e, depois com a promulgação do Ato Adicional, em 1834, colocam Luiz Antonio de Souza Barros no cenário da política da capital paulista. Nessa época seus mais íntimos amigos pertencem ao mundo político nacional, como o senador Vergueiro, velho amigo do falecido brigadeiro Luiz Antonio de Souza, ou Dr. José da Costa Carvalho, seu padrastrô, pois sua mãe, D. Genebra com ele se casara em 1822. Ambos serão regentes do império, embora nem sempre tenham os mesmos pontos de vista políticos. Assim os Souza Queiroz pertencerão também ao quadro dos líderes políticos, particularmente em São Paulo.

O Ato adicional, estabelecendo as Assembléias Provinciais, em substituição aos Conselhos Gerais, concedeu-lhes amplos poderes e fez delas verdadeiros órgãos controladores das Câmaras Municipais, que até essa época gozavam de larga autonomia. E, como verdadeiros agentes do governo provincial, criaram-se os cargos de prefeito e sub-prefeito, com poderes executivos e de investigação, de acordo com a Lei Provincial nº 38 de 11 de abril de 1835. Lei, que diga-se de passagem, provoca desentendimentos entre as Câmaras, não só da capital como do interior, e os prefeitos nomeados. Daí dezenas de ofícios das Câmaras Municipais, diminuídas em suas prerrogativas, humilhadas em seus direitos, à Assembléa Provincial protestando, por exemplo, contra o direito concedido aos prefeitos de inspecionar todos os empregados dos municípios, salientando erros e oferecendo sugestões para aperfeiçoar a “Lei dos Prefeitos”.

Vivendo entre os homens de grande prestígio político, possuindo grandes

recursos financeiros que não só o colocam em alto nível social, como lhe permite dar-se o luxo de trabalhar para a cidade de São Paulo sem remuneração, Luiz Antonio de Souza Barros aceita o cargo de prefeito de São Paulo, mas não se livra, é óbvio, das amimosidades dos membros da Câmara, que de uma ou de outra forma, o hostilizarão.

Nessa época a capital paulista era, segundo os cronistas que a descrevem, apenas um burgo de estudantes, ainda com as irregularidades que vinham dos tempos coloniais, com casas de taipa de pilão, com algumas ruas calçadas de pedras, mas muitas ainda com verdadeiros pântanos, e, em pleno “centro”, em 1834, na praça da Alegria, na rua que atravessava a rua São João, havia um pântano permanente (18). Na mesma época, em 1835, o presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, em seu Relatório à Assembléia Provincial diz:

“Continua-se a trabalhar no Jardim estabelecido nesta cidade; ainda que seja uma despesa que mais toca ao agradável do que ao útil, não se pode dispensar, uma vez que ele já serve de recreio aos cidadãos em certos dias, e não é conveniente abandonar uma obra começada, perdendo-se o que já está feito” (19).

Dessa cidade cheia de problemas, mal iluminada – em 1829 o governo da Província tinha posto à disposição da Câmara vinte e quatro lampiões, em que se usava às vezes, o óleo de mamona, outras o de peixe, e que estavam sob cuidados dos próprios moradores que deviam acender, limpar e conservá-los – pois nem a própria Lei do Orçamento designava uma quantia para a iluminação pública; com enormes terrenos cobertos de mato e de capoeiras, com casas distantes umas das outras, com um “centro” urbano, rodeado de imensas chácaras, muitas com muros de taipa, onde tropas de burros, carros de boi e pouquíssimas carruagens, percorrem os caminhos esburacados, Luiz Antonio de Souza Barros foi o primeiro prefeito.

Mas, mais lavrador do que político, mais habituado à administração e aos problemas da zona rural do que aos da zona urbana, não obstante sua elevada posição social e econômica, o novo prefeito é duramente criticado mais de uma vez, pelos vereadores, principalmente pela sua ausência – pedira logo uma licença que lhe fora concedida pelo então vice-presidente da província, o senador Queiroz. Entretanto, caindo a Lei dos Prefeitos, ainda ocupará cargos públicos, pois eleito membro da Câmara Municipal, será seu presidente por algum tempo. Preocupado, particularmente com problemas de saúde pública, será um dos que lutarão por um cemitério municipal. Até meados do século, os enterros eram feitos nas igrejas; em 1851 foram inaugurados o Cemitério dos Protestantes no Campo da Luz (Avenida Tiradentes) e o dos Alemães. O Cemitério da Consolação, que será

o cemitério municipal, só será utilizado a partir de 1858.

A morte de D. Ilidinha afasta Luiz Antonio das belas reuniões da corte, dos requintes da sociedade aristocrática do Rio de Janeiro. Preferindo as atividades da Província de São Paulo, integrando-se cada vez mais nos trabalhos de seus engenhos e lavouras, agora com oito filhos, o já então comendador Luiz Antonio de Souza Barros volta a viver na provinciana Paulicéia. Volta para seu sobrado “um pouco fora da cidade” como dirá sua filha, mais tarde, e cuja fotografia, extraída do livro de D. Maria Pães de Barros, estampamos (20).

ORDEM DE CRISTO E ORDEM DA ROSA

Ao afirmar que já era Comendador, queremos fazer uma pequena digressão sobre a Ordem a que pertence o nosso biografado. Comendador de Cristo e Dignatário da Rosa, estes foram os seus títulos, o primeiro de origem portuguesa, o segundo brasileiro (21).

Ao voltar para Portugal em 1821, D. João VI, na qualidade de Governador e Perpétuo Administrador do Mestrado e Cavalaria das Ordens Militares de Cristo, São Bento de Avis e São Tiago da Espada, deixa as três Ordens ao Brasil. O Império brasileiro conservou a tradição dos seus símbolos e a própria designação, e, embora as fitas de condecorações no Brasil independente conservassem as mesmas cores das antigas Ordens lusitanas, destas diferenciavam-se por terem as suas fitas orladas – as de Cristo e São Tiago da Espada de azul e a de São Bento de Avis de vermelho,

Tais Ordens foram consideradas como nacionais, de acordo com a lei de 20 de outubro de 1823 e, pela Bula Pontifícia do Papa Leão XII, de 30 de maio de 1827 – “*Preaclara Portugalliae et Algarbiorum Reguma*” – foram elas separadas de Portugal e nacionalizadas. O seu mestrado foi conferido aos imperadores do Brasil, mas estes não o aceitaram, por ter sido a Bula prejudicada pela negativa do beneplácito da Assembléia Geral. E, somente em 1843 tornaram-se Ordens Brasileiras, quando D. Pedro II, pelo decreto nº 321 de 9 de setembro, deu-lhes regulamentação definitiva, estabelecendo:

“Art. 1º - As Ordens Militares de Cristo, de São Bento de Avis e São Tiago da Espada, ficam de ora em diante tidas e consideradas como meramente civis e políticas, destinadas para remunerar serviços feitos ao Estado, tanto pelos súditos do Império como por estrangeiros beneméritos”.

Como as Ordens honoríficas em geral, compunha-se a Ordem de Cristo de cinco graus – Cavaleiro, Oficial, Comendador, Grande Oficial e Grã Cruz: as novas ordens criadas no Império Brasileiro não incluíam a categoria de Grande Oficial, mas havia entre os graus de Comendador e a Grã Cruz as distinções de Dignatário e de Grande Dignatário.

Após a Independência D. Pedro criou três Ordens: Imperial Ordem do Cruzeiro, Ordem de D. Pedro I Fundador do Império do Brasil e a Imperial Ordem da Rosa; a primeira em 1822, a segunda em 1826 e a última em 1829. A esta última é que pertencerá Luiz Antonio de Souza Barros, que será Comendador de Cristo e Dignatário da Ordem da Rosa.

A Ordem da Rosa tem uma origem galante e delicada, em homenagem à segunda esposa de D. Pedro I, D. Amélia de Leuchtemberg e Eischstoedt, cujo casamento se realizara, por procuração, em Munique, a 2 de Agosto de 1828 (22).

“Uma estrela de seis pontas, esmaltadas de branco e maçanetas de ouro, assente sobre uma grinalada de rosas folhadas em sua cor. No disco central do anverso, em ouro cinzelado, o monograma AP (Amélia e Pedro), circundado pela legenda Amor e Fidelidade. No reverso, a data de 2-8-1828, circundada pela legenda Pedro e Amélia nos mesmos esmaltes”.

Destinada a premiar civis e militares, nacionais ou estrangeiros que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado, apresentava a mais absoluta originalidade – nem palmas de ramos de oliveira, nem folhas de carvalho, mas rosas como as do vestido da linda princesa de 17 anos, de olhos azuis, rosas como a do seu toucado, no retrato enviado a D. Pedro por Barbacena, rosas, as flores prediletas da que seria imperatriz do Brasil por tão pouco tempo.

A ordem da Rosa tinha sete graus – cavaleiro, oficial, comendador, dignatário, grande dignatário, grã-cruz honorária e grã-cruz efetiva. Segundo os apontamentos do conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, datados de 1882, em que ele faz um apanhado da família Souza Queiroz, citados por Amélia de Rezende Martins (23), nessa época Luiz Antonio de Souza Barros já seria Dignatário da Rosa, mas até o fim de sua vida, encontraremos muitas referências a ele como Comendador, inclusive no livro de sua filha D. Maria Paes de Barros, que a ele se refere sempre como o comendador B.

PANORAMA ECONÔMICO

Nos primeiros anos do século XIX persiste em São Paulo, como lavoura principal, a canaveira, e mesmo nos que se seguem a independência, ainda o açúcar terá preponderância no quadro de exportação (24):

Exportação paulista no ano de 1825

Genêros	Arrobas	Valor
Açúcar	343.524	623:024\$160
Café.....	141.663	250:782\$500
Toucinho e banha.....	32.272	110:878\$780
Fumo	12.594	21:014\$600
Algodão e rama	1.850	4:170\$000
Quina, butua e barbatana	157	975\$000
Quintais		
Casca de mangue.....	1.750	6:432\$000
Alqueires		
Arroz	98.418	80:359\$980
Mate.....	111.811	69.250\$420
Milho, feijão e farinha de mandioca	22.174	18:748\$420
Unidades		
Couros.....	3.522	6:212\$000
Queijos.....	13.249	2:898\$000

Duzias

Madeiras.....	12.584	23:522\$090
---------------	--------	-------------

Peças

Cabos e amarras de imbé e beta.....	10.926	11:691\$500
Tecidos de algodão da terra	223	4:597\$540

Pipas

Aguardente de cana e melado.....	341	13:215\$360
Pontas de boi, pederneiras, telhas, tijolos, rapaduras, doces, etc		13:398\$180

Unidades

Porco em pé.....	298	11:920\$000
Gado vacum	944	7:552\$000
Gado muar e cavalari.....	215	3:636\$000
Galinhas	20.000	2:800\$000

Tal quadro, inserido na sua História do café por Taunay, mas publicado primeiro por Adolfo Pinto em seu trabalho sobre a estatística da Província em 1888, prova a importância da produção açucareira em São Paulo. E nessa produção incluem-se, além dos antigos engenhos do Vale do Paraíba, Itu, Porto Feliz, os numerosos engenhos de São Carlos e Vila Nova da Constituição como prova o levantamento de 1817. Também o provam os Levantamentos de População realizadas pelas Companhias de Ordenanças em diversas oportunidades.

Os Souza Queiroz, os Souza Barros, os Rezendes, os Vergueiros, serão, por muito tempo ainda, grandes proprietários rurais, com grande produção de açúcar e aguardente, mas os que têm suas propriedades nas terras do município de São Carlos serão mais cedo atraídos pela lavoura do café do que os que se radicaram nas terras piracicabanas. Antes, porém, daqueles se-lo-ão os lavradores do Rio

de Janeiro e, da cidade do Rio de Janeiro, teriam saído mudas e sementes que “inundaram o território fluminense, Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, segundo Garibaldi Dantas, citado por Taunay (25).

Luiz Antonio de Souza Barros continua a ser, pois, senhor de engenho, ou antes, senhor de vários engenhos. Em Santa Bárbara, na imensa fazenda de São Luiz, as matas serão substituídas pelos canaviais. O Taquaral, em Piracicaba, será o seu engenho predileto, e, nas vizinhanças deste, o sítio do Barreiro será sua fazenda de criação de gado. Também, na antiga sesmaria do Corumbataí, desde 1847 “uma composição amigável estabelecera as divisas entre os sítios dos Souza Barros e J. Antonio, Joaquim Sarmento, José Joaquim Leite e Antonio Franco do Amaral”, divisas essas que “convinhavam aos arranchamentos que já tinham na mencionada seismaria”, conforme consta de uma escritura lançada no Livro de Notas nº 7 do Cartório de 1º Ofício de Piracicaba, f. 26-31v. Possuía também uma vasta fazenda de criação de gado nos campos de Araraquara, denominada Monjolinho, mas esta foi vendida em 1841 “com mil e dezasete cabeças de animaes vacuum e cavallares na importância de treze contos, duzentos e vinte e hum mil réis, as terras por oito contos de réis e as casas por trezentos mil réis, e os utensilios, porcos, currais e outras benfeitorias por quatro contos e vinte e nove mil réis que vendião pelo preço total de vinte e seis contos e quinhentos mil réis”, de acordo com a escritura de 22 de outubro de 1841, Livro de Notas nº 5, f. 142 v, Cartório do 1º Ofício de Piracicaba. Na realidade, no Monjolinho, que recebera em herança, nada fizera Luiz Antonio como lavrador, e, conforme o que nos afirmou D. Felicíssima, sua filha, aí estaria o Engenho da Água Vermelha, e, suas terras, vendidas, teriam sido divididas posteriormente em três grandes fazendas. Teria, então, comprado três outras fazendas, dando duas a seus dois filhos do primeiro casamento, conservando para si, uma fazenda a qual teria dado o nome de Felicíssima, em homenagem à segunda esposa.

Assim, em grosso, Taquaral, São Luiz, Monjolinho (do atual município de São Carlos) e Monjolinho (de Campinas), ainda seriam remanescentes da fortuna ao brigadeiro Luiz Antonio, dividida entre sua viúva e seus herdeiros, e que couberam a Luiz Antonio. Isto, evidentemente, sem contar as propriedades da capital, como a chácara da rua São João, que no fim do século será loteada, como muitas outras chácaras paulistanas, onde se abriram ruas e se construíram praças, alamedas e largos. A chácara do comendador Luiz Antonio de Souza Barros loteada para que se abrissem parte da avenida São João, o largo e a travessa do Paissandu, a rua Seminário e a praça do Correio. Da mesma maneira, podemos lembrar que a avenida Brigadeiro Luiz Antonio foi aberta em terras do barão de Limeira, formada ao sul dos antigos campos do Bexiga.

Mas, outras terras são adquiridas. Como homem de negócio, venderá, aos

poucos, pequenos sítios de suas glebas, conservando para si e sua família, ainda, enormes fazendas. Comprará, posteriormente, as terras que darão origem as duas fazendas que serão consideradas verdadeiras fazendas modelo – São Lourenço e Paraíso.

E, à medida que a lavoura cafeeira avança em sua marcha vitoriosa para o oeste paulista, o comendador Luiz Antonio se afasta, em parte, da tradicional lavoura canavieira e da indústria açucareira. Tenta-o a nova lavoura, cujos lucros permitiram que se reerguessem antigas fazendas do Vale do Paraíba.

O recenseamento realizado em 1836 por Daniel Pedro Muller, publicado em 1838 sob o título “Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo” permite uma visão das alterações que a paisagem rural da Província está sofrendo alterações que beneficiarão profundamente, não apenas a economia paulista, mas todo o panorama econômico da nação.

Nessa época é ainda o norte da Província de São Paulo que fornece a maior parte do café paulista, o que corresponde ainda a porcentagem pequena da produção cafeeira do Brasil. Entretanto, em meados do século altera-se a situação, e, em 1885, de acordo com o relatório do presidente da Província, o conselheiro José Antonio Saraiva, baseado em informações do brigadeiro J.J. Machado de Oliveira, haveria em São Paulo 2.618 fazendas de café e 667 engenhos. Eis um quadro publicado por Taunay (26) que dá uma idéia da expansão da lavoura cafeeira de 1836 a 1854, de acordo com a produção de treze municípios que produziram mais de 100 mil arrobas:

Municípios	1836	1854
Bananal.....	64.822	554.000
Taubaté.....	23.607	354.730
Pindamonhangaba.....	62.628	350.000
Campinas	8.622	335.550
Jacareí	54.000	204.010
Queluz.....	—	200.000
Areias	102.797	186.094
Lorena.....	33.649	125.000

Limeira..... —	121.800
Paraibuna..... —	118.320
Vila Bela.....10.289	112.500
Mogi das Cruzes11.237	100.000
Guaratingueta22.442	100.885

Em 1852, o governo provincial, através de uma portaria circular, solicita informações detalhada sobre a produção e os recursos dos municípios. Um relatório datado de 3 de abril de 1852 do Delegado de Polícia da então Vila Nova da Constituição, consigna para Piracicaba uma produção de 160 mil arrobas de açúcar e apenas 12.500 de café.

Encabeçando a lista de engenhos de açúcar mais notáveis está o Sr. Luiz Antonio de Souza Barros, com três engenhos, seguindo-se o Visconde Monte Alegre com dois, o Barão de Itu com dois, o Ajudante Albano com dois e o Marquês de Valença com um. São ao todo 50 engenhos que produziram no mínimo 500 arrobas de açúcar no ano anterior. Entre as dez fazendas de café mais notáveis, isto é, que produziram um mínimo de 300 arrobas, em primeiro lugar está o Marquês de Valença, seguindo-se o Visconde Monte Alegre, Domingos da Costa, Inácio de Vasconcelos da Cunha Caldeira, Felix Antonio Alves Lima, Luiz Antonio de Souza Barros e outros. Planta-se também chá no município, mas o nosso biografado não se encontra ainda entre os produtores citados pelo Delegado de Polícia.

PROBLEMAS DE MÃO DE OBRA

Nessa época faz-se sentir com certa intensidade o problema do braço para a lavoura. A campanha contra o tráfico encetada pela Inglaterra e que fora por ela levada ao Congresso de Viena, tinha atingido o auge, visando diretamente o Brasil, profundamente comprometido pelos tratados com a Inglaterra, após a independência, tendo assumido o compromisso de extinguir o tráfico até 1831. Ora, não obstante a Regência ter decretado extinto o tráfico em nosso país, a expansão da lavoura cafeeira, os novos empreendimentos agrícolas exigem cada vez mais uma numerosa mão de obra. Assim embora o trabalhador rural seja ainda o negro escravo, toma vulto a campanha a favor da introdução de imigrantes europeus,

campanha essa que, diga-se de passagem já se iniciara com D. João VI, continuando com D. Pedro I.

Um dos maiores propagandistas da imigração europeia é o senador Dr. Nicolau de Campos Vergueiro que, mais de uma vez quando membro do Conselho da Presidência, se manifestara nesse sentido. Dr. Vergueiro, como vimos, também é fazendeiro de grandes recursos na região de Piracicaba. Sua fazenda Ibicaba, desmembrada do município de Vila Nova da Constituição com Limeira em 1842, é uma das propriedades rurais mais importantes do novo município. Pioneiro da imigração europeia aí instala quarenta famílias de imigrantes em 1841, mas, diretamente implicado na revolução liberal de São Paulo e Minas em 1842, foi obrigado a dissolver essa colônia. Retomando o projeto, consegue, alguns anos depois, reorganizar a colônia de imigrantes, com resultados bastante satisfatórios no momento. Adotando o sistema de parceria, Vergueiro pode dar grande impulso às novas lavouras de café da Fazenda Ibicada.

Luiz Antonio de Souza Barros, considerando o sistema vantajoso, pois oferecia ao imigrante oportunidade de possuir um dia também seu quinhão de terra, e ao mesmo tempo “era mais moral” quando comparado com o sistema da escravidão, decide adotá-lo também em sua propriedade de São Lourenço. Aliás, mais ou menos na mesma época, o seu cunhado e sogro, o marquês de Valença também instalara uma colônia de imigrantes europeus em sua fazenda na Província do Rio de Janeiro. Assim satisfazendo o empregador e o empregado, como uma solução, no momento, para tão difícil problema, o sistema de parceria é logo adotado, e, em pouco tempo, outros fazendeiros instalam em suas terras, particularmente nas lavouras de café, as novas “colônias” de imigrantes.

Em 1860 o governo da Confederação Helvética nomeou J.J. Von Tschudi ministro plenipotenciário no Brasil, com a missão especial de estudar os problemas da imigração suíça no Império. Viajando por São Paulo e Rio de Janeiro, Tschudi visita todas as fazendas que receberam imigrantes, publicando mais tarde, um livro com a descrição minuciosa da viagem (27). Segundo ele, havia na fazenda Ibicada, em 1856, mais de 800 colonos estrangeiros, dos quais, 216 de origem portuguesa e os outros suíços e alemães. Desentendimentos sérios ocorridos entre imigrantes e fazendeiros determinaram a visita do Tschudi (28) às fazendas do interior paulista.

Assim, além de Ibicaba e outras, visita fazendas, cujos proprietários de uma forma ou de outra se prendem ao tronco Luiz Antonio de Souza e Queiroz – Genebra de Barros Leite. Em Campinas, visita a fazenda Tapera, que então pertencia a D. Maria Inocência de Souza, irmã tutelada do senador Queiroz, onde havia sete famílias de colonos. Em São João do Rio Claro visita a fazenda São Jerônimo do senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, cunhado de José Vergueiro,

sucessor dos negócios da Casa Vergueiro. Aí vivem, então, 63 famílias de colonos, sendo cinco suíças e as outras alemãs. O senador Souza de Queiroz possui ainda outras fazendas, e na de Santa Bárbara também tinha uma colônia de 49 famílias portuguesas.

Depois de percorrer outras fazendas, ouvindo cuidadosamente e anotando as queixas dos colonos e fazendeiros, de São João de Rio Claro, J.J. Von Tschudi dirige-se a Piracicaba, onde visita a colônia de parceria do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, denominada São Lourenço.

Normalmente o comendador residia em São Paulo, mas na época da colheita ele e a família passam uma boa temporada na fazenda. Assim, Tschudi pode excepcionalmente, ser recebido pelo dono da fazenda e não pelo administradores.

A fazenda São Lourenço, uma das maiores do distrito cafeeiro da Província de São Paulo, foi considerada pelo visitante, uma das mais bem organizadas. Transcrevemos, pois, as suas impressões (ob. cit., p. 182 e sg.):

“ A primeira colônia de parceria que visitei ao sair de Rio Claro, foi a de São Lourenço, pertencente ao sr. comendador Luiz Antonio de Souza Barros. Encontrei este senhor, que reside habitualmente em São Paulo, na fazenda, bem como toda a família, que me recebeu amavelmente. Confessou-se melindrado com certos relatórios publicados relativos à sua colônia, que taxou de falsos, mas as observações eram feitas com a moderação e a calma próprias de um homem educado. Sua fazenda é uma das maiores do distrito cafeeiro da Província e uma das mais bem organizadas. Nessa ocasião, 92 famílias de colonos habitavam o estabelecimento, algumas delas já com seus débitos liquidados. Havia entre esses colonos 32 famílias suíças, quase todas em débito ainda com o fazendeiro, sendo que algumas delas estavam sobrecarregadas com os adiantamentos das comunas. Alguns desta gente indivíduo degradados, viciados no álcool e pouco dados ao trabalho intenso: naturalmente nunca mais se livrarão da dívida. Como exemplo, vou citar o caso de uma família que tomou a si o cuidado de apenas 420 arbustos de café, ao passo que outra, mais numerosa, cuidava de 2.000 cafeeiros. Algumas famílias cuidavam apenas de 500 a 700 cafeeiros. Quando lhes perguntei porque não cultivavam maior quantidade, responderam-me que estavam sobrecarregados de dívidas que não lhes importava trabalhar no cafezal. A roça lhes dava o suficiente para viverem e não viam necessidade de se matarem a trabalhar. A colheita de 42 arbustos (26 arrobas em média, das quais metade pertence ao patrão), não é suficiente para o pagamento dos juros 6%, e, muito menos ainda, para amortizar a dívida. Alguns colonos, entretanto, se queixavam de não haverem rece-

bido número suficiente de pés. Mas o diretor explicou, na presença dos próprios queixosos, que não puderam negar, que a reclamação sempre era feita antes da colheita, e, quando lhes davam o número de cafeeiros pedidos, faziam a colheita, mas recusavam-se logo após, a trabalhar em tantos arbustos, quando se iniciava época de trabalho árduo de capinar a terra e tratar dos arbustos, pretendendo por este modo usufruir das vantagens sem se darem ao devido trabalho. Outras queixas não me foram apresentadas, a não ser as relativas aos antigos adiantamentos das comunas. Manifestaram-se satisfeitos com o tratamento dispensado pelo fazendeiro e administrador Schmidt. As terras eram abundantes e boas, e, além, disto, os colonos recebiam rações de sal, açúcar e café. Em geral, os colonos sabem prover-se de café tornando assim desnecessário o fornecimento por parte da administração.

As condições na fazenda de São Lourenço são tais, que um colono ativo, que não tenha sofrido graves reveses, pode libertar-se em poucos anos dos compromissos financeiros. A administração é cuidadosa e exata, e os contratos são cumpridos à risca. Os preços pagos pelas colheitas são de acordo com a cotação do dia; os juros cobrados são menores do que em outras fazendas, sendo que sobre terras ou mantimentos nenhum juro é cobrado, bem como sobre adiantamentos concedidos. As terras de cultura são boas e os cafezais estão em ótimo estado de conservação e produção. O único senão era o lugar baixo em que estavam situadas as casas, o que tornava úmidas as moradias dos colonos. Este defeito foi sanado com a transferência das ditas casas para local mais elevado.

O comendador Souza Barros parece ter tirado proveito do sistema de parceria, não se tendo deixado intimidar por insucessos iniciais e alguns prejuízos sofridos, nem pela inépcia de certos lavradores. Mostrava-se mesmo inclinado a continuar com o sistema, explorando-o em escala maior. Nos últimos tempos tinha mandado vir mais famílias de colonos, na sua maioria do Holstein, mas sem a intervenção da casa Vergueiro e sob condições contratuais mais simples. Tenho certeza que estas famílias, gravadas com dívidas reduzidas, serão plenamente bem sucedidas. Um holsteiniano, Georg Empke, contou-me que, com uma só colheita, conseguira, em 1858, pagar quase inteiramente sua dívida, de 414 mil réis, e que tinha a seu crédito na administração, a colheita de 1859, 1.200 alqueires, e a de 1860, de mil alqueires. É muito raro que uma família

abandone a fazenda ao expirar o prazo do contrato. Costumam firmar novo contrato por mais alguns anos, o que prova ser-lhes o sistema conveniente e se sentirem felizes”.

Um mapa da Colônia de São Lourenço, citado por Jair Toledo Veiga (29) teve de base para o estudo do estabelecimento de famílias germânicas em Piracicaba. Tanto a Colônia de São Lourenço como a de Ibicaba, e, ainda, a de Santo Antonio de Elias Silveira Leite, concorreram para a fixação de alemães na cidade de Piracicaba, que verá, na segunda metade do século, desenvolver-se o Bairro dos Alemães, formado, principalmente por chácaras – então cercada de guarantã – obtidas muitas vezes por cartas de datas da Câmara Municipal. Carrinhos de hortaliças na cidade de um lado, e melhoramentos substanciais no sistema de transportes de outro, com os novos carros de quatro rodas (30), serão as indiscutíveis contribuições dos alemães à sua terra adotiva, embora não tenham, como esperavam, de início, as autoridades do Império, favorecido, rapidamente, o retalhamento das terras da zona rural. Este se fará, podemos afirmá-lo mais em consequência da Lei das Partilhas de 1835, em pleno vigor, e pelas contingências particulares a cada caso.

Eis uma lista de colonos que viviam em São Lourenço .

1. Nicolau Karst, mulher Filipina, filha Margaritha de Furfeld.
2. Hoão Hains e mulher Elisabeth.
3. João Laubestein, mulher Ana, filhos Cristiano e Margaritha, ele de Gaugreheiler, e os demais de Niederhausen.
4. Henrique Petersen e mulher Catarina.
5. Antonio Bertan, mulher Ana Maria, de Furfeld.
6. Frederico Muller e mulher Dorotea.
- 7- Henrique Muller e mulher Catarina.
- 8- Andreas Dopp, mulher Ana Maria, filhos João, Charcotte e Catharina.
9. Henrique Pflanz, mulher Guilhermina.
10. Carlos Alten, mulher Filipina e filha Margaritha.
11. George Heck, mulher Cristina, filhos Carlos, Jacob, Frederico e Margaritha, esta com sua filha Filipina.
12. João Dopp, mulher Susana, filhos João e Margaritha.

13. Carlos Brach, mulher Frederica, filhas Christina, Dorothea e Catarina.
14. Guilherme Stein, mulher Catarina, filhos Simão Pedro, Henrique, Guilherme, Ana Maria e Margaritha.
15. Henrique Schmidt, mulher Ana Maria, filhos George e Adão.
16. João Weygandt, mulher Margaritha, filhos João, Conrado, Henrique, Frederico e Margaritha.
17. João Vollet, mulher Elizabetha, filha Gertruda, esta com suas filhas Catharina, Maria e Barbara.
18. Filipo Fabel, mulher Catharina, filhos Jacob, Frederico Carlos, George, Margaritha.
19. Antonio Muller, mulher Dorotea, filhos Cristiano, Catarina, Margaritha, esta com sua filha Catharina.
20. Pedro Hutter, mulher Ana Maria, filhos Teodor, Henrique, Filipina e o agregado Frederico Conrado.
21. Filipo Dinnodorf, mulher Charlota, filhos Luiz, Filipo, Henrique, Guilherme, Maria, Christina e o pai Pedro.
22. Pedro Conrado, mulher Ana Maria, filhos Elisabetha e Ana Maria.
23. Balthazar Laubenstein, mulher Elisabetha, Carlos e Frederico,
24. Francisco Remling, mulher Elisabetha, filhas Francisca, Catharina, Charlotta e cunhada Francisca.
25. Cristiano Ficheler, mulher Bárbara, filhos Emílio, Carlos, Lisseta e Berta.
26. Mariana Dopp. filho Andreas Dopp e mulher Ana Maria.
27. Andreas Punty, mulher Maria Elisabetha, filhos Elisabetha, Catharina, Ana Maria, Otília Cristina, João e Filipina. Além de Jacob e Jorge, nascidos na colônia Ibicaba em 20/10/1849 e 02-01-1854 na Colônia São Lourenço.

Total: 69 do sexo masculino, 69 do feminino; 47 católicos e 91 protestantes.

Em fins de 1855 ou princípios de 1856 existiam na Colônia São Lourenço 313 pessoas, sendo 104 naturais da Alemanha, 62 suíços franceses, 121 suíços alemães, 21 brasileiros, 5 portugueses sendo 158 católicos e 155 protestantes. Ao

todo eram 62 famílias. Um Relatório Municipal de 1866 registrará 300 trabalhadores livres em duas fazendas unidas, onde se plantava o café, sem outros esclarecimentos, a não ser que muitos eram alemães.

Baseados no mesmo artigo de onde extraímos os dados acima transcrevemos ainda um Contrato de Serviços e Regulamento da Colônia. Esperamos, divulgando tais dados, dar uma idéia do que seria uma fazenda em meados do séculos XIX, e quais seriam os problemas de um lavrador paulista, pois um golpe de vista através de uma família de fazendeiros, de “uma dinastia açucareira ou cafeeira” pode esclarecer algo do panorama econômico e social daquela época. E a presença de trabalhadores brancos ao lado de elementos escravos pretos ou mulatos só pode criar outros problemas e desajustamentos.

Contrato de locação de Serviços entre o Sr. Luiz Antonio de Souza Barros e o colono Friederch Muller, sua mulher Elisabetha e seus filhos Friederick, Luiza, e Philippina e agregado.

Artigo 1º. - O colono e sua família natural de.....obrigão-se imediatamente depois de haverem concluído este contracto á porem-se a disposição do sr. que os receberá, alimentará e fará a conduzir ao seu destino.

Artigo 2º. - O Senhor Luiz Antonio de Souza Barros obrigar-se ao seguinte:

1º. A adiantar aos ditos colonos o necessário para sua subsistência, e para seu transporte até a Colônia São Lourenço, província de São Paulo, e á continuar assistir-lhes não só o necessário para a sua subsistência como os meios de trabalho em quanto não puderem á isso prover por si mesmos.

2º. A lhes dar tantos lotes de terrenos de umas mil braças quadradas, quantas sejam precisas para a cultura do necessário para seu alimento, não excedendo de quatro lotes a família de mais de seis pessoas, e de três lotes para as outras.

3º. A entregarem á cada colono, ou chefe de família a porção de cafeeiros que possam cultivar e colher na razão de 800 pés para um homem e 600 para a mulher, e assim aos demais conforme suas idades.

4º. - A pagar o café colhido não a razão de 600 rs. o alqueire, medida razourada, tendo o lugar este pagamento depois de concluída a colheita de cada ano.

Artigo 3º. - Os sobreditos Colonos obrigão-se ao seguinte:

1º. A conduzirem-se pacificamente sem perturbar ou prejudicar seus vizinhos, ou á fazenda, respeitando seus empregados, e sujeitando-se ao regulamento da Colônia.

2º. A cultivar, e colher, como convém, os cafeeiros recebidos devendo dar 5 carpas em todo o cafezal á seu cargo, e em cada anno, e da forma mais conveniente, e sem que possam occupar em outro algum serviço antes de concluída a primeira carpa logo depois de cada colheita ou menos durante ella quando florescerem os cafeeiros e não possa colher.

3º. Depositando o café perfeitamente limpo de qualquer corpo estranho, e grãos verdes, no lugar marcado no cafezal, onde entregarão por medida ao recebedor da fazenda, os verdes em separado sem compensação.

4º. A replantar as falhas que houverem na parte do cafezal á seu cargo.

5º. A pagar ao proprietário da Colônia a importância das pastagens e da assistência para o seu sustento, e meios de trabalhos com os juros da lei de 6% ao anno, durante o desembolso, e bem assim pagarão pelo primeiro lote de terreno para seu sustento 500 reis, pelo segundo lote 1\$000 e pelo 3º. 1\$500 e pelo 4º. 4\$000, e aplicar para esse pagamento pelo menos metade de seu lucro annual.

Artigo 4º. - O Sr. Luiz Antonio de Souza Barros não poderá desonerar-se das obrigações deste contracto em quanto o Colono e sua família cumprirem fielmente com as suas; é porém livre a este ao retirar-se depois de satisfazer ao proprietário o que lhe estiver devendo, participando 6 mezes antes por escrito a intenção de se retirar sujeitando se a pagar uma multa de 50\$000 por cabeça no caso de retirar antes de pagar a divida, ou sem antecipar a declaração de sua intenção.

Artigo 5º. - Todas as duvidas que ocorrerem entre os Colonos e o proprietário serão decididas por árbitros perante a autoridade competente, sem mais formalidades, e nem recurso algum, na presença de um interprete quando seja preciso.

Artigo 6º. - O Sr. Luiz Antonio de Souza Barros poderá transferir esse contracto com todas as condições nelle expressas á qualquer outra pessoa idônea para

cumpri-las, suposto contudo, que o referido Colono não tenha motivo justo, ou fundado para não entrar em serviço do mesmo.

Artigo 7º. - Os colonos abaixo assignados declararão aceitar as condições expostas, sujeitando-se as leis do Paiz, ficando por hora responsáveis pela quantia de 400\$000 Thalers da Prussia por 6 pessoas de que se compõe a familia, calculados os Thalers ao cambio corrente no paiz.

São Lourenço, 8 de março de 1869

Friederig Muller

Principais artigos do Regulamento da Colônia

1º. - Todo o serviço a que o colono é obrigado pelo presente contracto e o não fizer á tempo, podendo-o, será feito pelo proprietário, pagando o colono em dobro do que podia custar esse serviço.

2º. - Nos pastos que a fazenda aluga não será permitido ter animaes daninhos ou arrobadores, e os daqueles que por duas vezes forem achados em terrenos de cultura, ou em outro pasto ficão impedidos de serem soltos.

3º. - Não é permitido vender qualidade alguma de bebidas espirituosas, e nem negociar em qualquer artigo que seja, sem permissão por escrito do proprietário; o contraventor pagará a multa de 30\$000 pela primeira vez e o dobro na reincidência.

4º. - O Colono não poderá admitir em sua casa pessoa alguma estranha sem licença por escrito do proprietário, no caso de contravensão pagará a multa de 10\$000 por cada dia de demora dessa pessoa.

5º. - Não é permitido vençar fogo em terras da fazenda e nem nas que os Colonos tenham recebido para suas plantações, sem licença por escripto; o contraventor ou contraventores pagarão cada um a multa de 30\$000, e não lhes será permitido plantar nesse terreno.

6º. - É totalmente prohibido toda e qualquer planta na plantação do cafezal, sem licença por escripto do proprietário; o contraventor perderá a planta, e pagará em dobro o serviço de a arrancar.

7º. - Todas as multas impostas serão cobradas em prejuizo das penas em que incorrem, conforme as leis em vigor.

Estou de pleno accordo com o regulamento acima da Colonia.

a.....de.....de 186.....

Assignaturas dos Colonos

DECADÊNCIA DOS ENGENHOS E EXPANSÃO CAFEIEIRA

O Comendador Luiz Antonio, embora se torne um dos grandes lavradores de café da região, não abandona a indústria açucareira. Na segunda metade do século XIX são comuns os “engenhos de fogo morto, isto é, engenhos abandonados ou decadentes, Lavouras de café com seu verde sombrio, sua maravilhosa florada branca, e, finalmente com seus frutos vermelhos vão substituir o verde claro e repousante da paisagem canavieira, e as máquinas de beneficiar café, as tulhas e os terreiros substituirão o tendal, as escorredeiras, as fornalhas. Entretanto, numa relação que acompanha um ofício de 23-7-1862 da Câmara Municipal de Constituição acompanha um ofício de 23-7-1862 da Câmara Municipal de Constituição ao Presidente da Província (31), o nome do Comendador é o primeiro a ser citado, com a produção de 7.000 arrobas de açúcar, para um total de 102.500; mais do que ele, embora citado em segundo lugar, produz Antonio da Costa Pinto e Siva, com 9.000 arrobas de açúcar. Na mesma lista encontraremos Vicente de Souza Queiroz, com 4.000 arrobas, e os herdeiros do Marquês de Valença com 3.000 arrobas.

Mas é de fato como lavrador de café que ele se impõe em Piracicaba, na segunda metade do século, pois com o mesmo ofício, em uma relação de 50 fazendeiros, a sua produção é muito superior a de todos os outros – 30 mil arrobas de café, enquanto, entre outros, a fazenda dos Valenças produz 1.500 e outros produzem no máximo 5 mil arrobas.

A essa altura é manifesta, na região, a preponderância da lavoura cafeeira, em detrimento da canavieira. O Relatório Municipal de 1866, evidencia claramente os novos aspectos da economia piracicabana, reflexo da economia da Província de São Paulo:

- a. Diminuição da produção açucareira
- b. Expansão da lavoura cafeeira.
- c. Retalhamento da propriedade rural.
- d. Maior número de trabalhadores livres.
- e. Maior diversificação de lavouras – pequenas lavouras de algodão e de “gêneros alimentares”.

Eis como são descritas as propriedades pertencentes ao Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, no distrito de Piracicaba município de Vila Nova da Constituição:

“ Duas fazendas, uma anexa á outra, cultura de café, completo maquinismo para beneficiar o café, um engenho de serra. As fazendas são cultivadas por colonos alemães, e por alguns escravos. O valor estimado de ambas é de ambas é de 400.000\$000”

No quadro demonstrativo que acompanha o Relatório encontramos o seguinte:

Área cultivada.....	3.000.000 b. q.
Área não cultivada.....	6.000.000 b.q.
Total.....	9.000.000 b.q.
Produção de açúcar.....	—
Produção de aguardente.....	—
Produção de cacao.....	—
Produção de café.....	20.000 arrobas
Produção de arroz.....	300 alqueires
Produção de farinha de mandioca.....	—
Feijão e outros legumes.....	—
Produção de milho.....	4.000 alqueires
Produção de trigo.....	300 alqueires
Gado bovino.....	90 cabeças
Gado cavalari.....	30 cabeças
Suínos.....	200 cabeças

Trabalhadores:

Livres.....	300
Escravos.....	56

Valor dos produtos

Tropicais.....	120:000\$000
Alimentares.....	4:900\$000

Pode-se avaliar a importância da fazenda dos Souza Barros quando se considerar que em 123 fazendas que se dedicam a produtos tropicais, é esta a única

que é avaliada por tão alto preço. Outra fazenda com a mesma área, isto é, mil e oitocentos alqueires, mas com engenho de açúcar (área cultivada – 2.000.000 b.q. inculca – 7.000.000 braças quadradas) produzindo 4 mil arrobas de açúcar, é avaliada em 110:000\$000; uma fazenda onde se planta café ao lado dos canaviais, com 900 alqueires, produzindo mil e quinhentas arrobas de açúcar e duas mil e quinhentas de café, é avaliada em 1.500\$000. É também a única que tem tão grande número de trabalhadores livres, pois nenhuma outra – e são poucas as que tem alguns – tem mais de dez trabalhadores livres, predominando ainda o braço escravo, particularmente nos engenhos. Um destes, com 258 alqueires, é descrito da seguinte maneira:

“Fazenda de açúcar, fábrica montada para a fatura de açúcar, com dois engenhos de canas movidos a água, trabalhadores escravos (80); tem anexa uma outra fazenda que não é cultivada; valor estimado de ambas : 80:000\$000”.

No município de Piracicaba é manifesta a decadência da produção açucareira. Em 1857 o município produzira 100.000 arrobas de açúcar e 80.000 de café; em 1866, a produção de açúcar baixa para 39.400 e a do café sobe para 112.830 arrobas.

Esta situação, repetimos, é a da Província de São Paulo, e, na balança econômica o café será o esteio, não obstante as medidas que o Governo Imperial tomará mais tarde para beneficiar e reerguer a indústria açucareira.

A VIDA EM FAMÍLIA

Em 1850, Luiz Antonio de Souza Barros casa-se novamente. Tinha, então, mais de quarenta anos, mas escolhe uma mocinha, vinte anos mais moça do que ele, filha de pequenos fazendeiros, D. Felicíssima de Campos, bela e prendada, que, apaixonada pelo viúvo cheio de filhos, será sua esposa dedicada, a ponto de seus filhos o ouvirem várias vezes, contar a sua felicidade conjugal. Mais uma vez, veremos os nomes das matronas da família, se repetirem nas denominações dadas às fazendas – são muitas as Genebras e Santa Genebra será um nome comum de propriedades agrícolas. Agora será a vez de Felicíssima...

Amando a esposa e por ela plenamente correspondido, Luiz Antonio prende-se cada vez mais aos laços familiares. Desligado, em certo sentido, dos laços que o prendiam ao Rio de Janeiro e à Corte, Luiz Antonio Souza de Barros irá se prender cada vez mais aos meios paulistanos, Sua prole numerosa se enriquecerá com o

nascimento, em 1851, da primeira filha de D. Felicíssima a pequena Maria, futura Maria Paes de Barros, a quem devemos muitas e excelentes informações sobre a vida em família do Comendador, extraídas do seu livrinho escrito aos noventa e quatro anos de idade, retrato vivo de uma época, com belo e sugestivo nome – “No Tempo de Dantas”.

Será D. Maria a primeira dos dez filhos do segundo casamento de Luiz Antonio de Souza Barros.

Instalado no sobrado, numa cidade de poucos divertimentos, numa época em que as mulheres só saíam acompanhadas, e, nem mesmo iam a compras em lojas, os Souza Barros levam uma vida familiar muito intensa, ligados a tios, primos e sobrinhos, e, ainda por laços de casamentos entre parentes, vida familiar que quase dispensa relações com estranhos. Estes serão na verdade, os políticos e os grandes homens de negócios...

Na capital da Província, onde os meios de transporte eram precários, ainda não se usava a elegante cadeirinha levada por dois escravos de libré, comum no Rio de Janeiro e na Bahia, e, as três únicas seges que existiam, então em São Paulo, segundo D. Maria, eram a do bispo, a da marquesa de Santos e a do Comendador Souza Barros.

Almeida Nogueira afirma que, no período de 1843 a 1847 ainda não havia carros de praça, existindo apenas uma cocheira para aluguel de carruagens. Nessa época existiram apenas as carruagens do bispo e da marquesa de Santos, puxadas por parelhas de burros e guiadas por escravos pretos, de Chapéus Altos e paletós quase sempre verdes com botões amarelos. Contrariamente ao que afirma D. Maria, em 1850, além dessas, haveria ainda a do Barão de Limeira, e a dos brigadeiros Rafael Tobias e Gavião Peixoto (é bem verdade que a de Rafael Tobias deve ser a da marquesa de Santos...) São Paulo estava em situação muito inferior a outras cidades do Brasil, pois Belém do Pará, segundo Kidder e Fletcher, teria cerca de cinquenta carruagens fabricadas em Newark e em Boston, além dos leves cabriolés de fabricação local. Os troles teriam aparecido em São Paulo mais ou menos em 1868 (32).

A propósito do uso de novos tipos de carros, como os de quatro rodas, pensamos que talvez os troles tivessem aparecido um pouco antes dessa data, pelo menos pelo que se sabe do interior. A influência do imigrante alemão, ao qual já nos referimos, foi muito sensível na alteração de técnicas de trabalho, no uso de engraxar as rodas dos carros de boi e na introdução da carroça de quatro rodas, desconhecida da cultura luso-brasileira. Embora geralmente se situe a revolução tecnológica a partir mais ou menos de 1860, a tradição piracicabana admite que tal tipo de carro de quatro rodas tenha sido introduzido em São Paulo, isto é, na Província de São Paulo, pela família Kraenbuhl, quando um Kraenbuhl viera

para a Colônia de São Lourenço para aí instalar um locomovel. Isto em 1851. Deixando São Lourenço mais tarde, o ex-colono monta uma indústria de veículos a tração animal na própria vila de Constituição. Serão as oficinas Kraenbuhl verdadeira escola industrial na substituição do transporte em lombo de burro por veículo de quatro rodas (30). De qualquer maneira, na data citada, isto é, em 1868, os troles já eram conhecidos em Piracicaba, usados não apenas por alemães, mas por americanos e brasileiros. Também em Itu parece que havia uma fábrica, pois o Almanaque de Piracicaba para 1900 refere-se a um trole que chegara a Piracicaba, vindo de Itu, em 1869.

Embora severo e rigoroso na educação dos filhos, o comendador e sua jovem esposa fazem da enorme casa um verdadeiro lar, onde as filhas mais velhas, do primeiro casamento, auxiliam a governanta alemã, a que chamam Mademoiselle, a educar e a cuidar dos irmãozinhos que vão nascendo, mais ou menos a cada dois anos, quando uma risonha e amável mulata aparecia na casa.

Assim nasceram, deste segundo casamento, dez filhos:

1. Maria de Souza Barros casada com seu primo coronel Antonio Paes de Barros, filho de Antonio Paes de Barros, barão de Piracicaba, e de Gertrudes Eufrosina de Aguiar.

2. Luiz de Souza Barros, formando na escola de minas nos Estados Unidos, fazendeiro.

3. Elisa de Souza Barros Mesquita, casada com dr. Inácio Xavier Paes de Campos Mesquita, filho do capitão José Manuel de Mesquita e de Gertrudes de Campos Almeida.

4. Dr. Antonio Souza Barros casado com Augusta Loureiro de Souza Barros.

5. Dr. Fernando de Souza Barros casado com sua prima Candida Paes de Barros, filha do dr. Rafael de Aguiar Paes de Barros e de Francisca de Azevedo Barros.

6. Adelina de Souza Barros.

7. Felicíssima de Souza Barros.

8. Roberto de Souza Barros casado com Maria de Camargo.

9. Eugênia de Souza Barros casada com João Theen.

10. Antonia de Souza Barros casada com Carlos Ralston, natural dos Estados Unidos.

Instalada no sobrado da rua São João, 10, esta família enorme, em que se unem os filhos do primeiro e do segundo casamento do Comendador, vive uma vida tranquila e feliz, com as preocupações normais das famílias muito numerosas, mas sem problemas de ordem material, numa cidade provinciana, onde não há distrações, principalmente para o elemento feminino.

Era hábito generalizado entre as famílias de maiores recursos, enviar os filhos para se educarem na Europa, enquanto para a educação das meninas contratava-se uma governanta alemã, francesa ou inglesa, de boas maneiras, culta e prendada, que se encarregava de ensinar-lhes algumas línguas estrangeiras, piano, bordados, literatura, às vezes, dança e etiqueta.

Assim, enquanto os moços internados em colégios famosos – os mais velhos na Europa, enquanto os do segundo casamento preferem os Estados Unidos – aprendem as línguas estrangeiras na própria fonte, no sobrado, em São Paulo, todos falam francês e alemão, até mesmo as crianças. Mademoiselle dá aulas em francês ou alemão, enquanto as filhas mais velhas ensinam português e piano. Infelizmente, nesse esquema educacional pouco cabe ao vernáculo. A gramática portuguesa mal é lembrada mas conhece-se bem a gramática francesa, e da França o Comendador manda vir coleções de obras para a mocidade, como as descrições de viagens, histórias e biografias de homens celebres.

No primeiro andar do prédio habitavam o Comendador, Dona Felicíssima e as crianças. A seu serviço, um numeroso pessoal, dez ou doze raparigas de quarto, mucamas, serventes, engomadeiras e costureiras. No pavilhão térreo habitavam três ou quatro mulheres casadas, que se ocupavam da lavagem das roupas e outros serviços externos, enquanto os maridos trabalhavam em diversos ofícios, como o de sapateiro (só se comprava botinas para passeio) fornecendo calçado para todos os domésticos, outro era jardineiro, outro pedreiro, dois eram cozinheiros, além de um mulato de confiança, o Joaquim era o cocheiro.

No “sobrado” estavam instaladas as filhas mais velhas e a governante, a Mademoiselle, que se tornara íntima da família. Todas elas deviam fiscalizar os estudos das meninas, zelar pelos seus bons costumes, evitando severamente qualquer deslize. Leituras, trabalhos de agulha, alternavam-se com estudos mais severos e com os descansos ao ar livre, nos passeios pela chácara, onde a enorme pitangueira era o maior atrativo.

Na grande sala de costura a senhora e as pretas costureiras, com seus banquinhos e respectivo balaio com todo o material necessário passavam boa parte do

dia, até que, a noitinha, as pretas guardavam tudo e iam cuidar de por as velas nos castiçais, arear as bacias para o banhos.

As refeições eram servidas muito cedo, como era o costume da época; as nove horas o almoço, às duas o jantar, às oito da noite, o mulato Joaquim servia o chá a toda família instalada em volta da mesa, iluminada por três altos castiçais de prata – chá com biscoito, torradas e pão de ló.

A maior distração, o melhor passeio – sem contar os longos passeios que se fazia de carros pelos arredores, ao Braz, à Gloria, à Ponte Grande – eram as visitas aos parentes. Todos, de requintada educação, possuíam chácaras onde se harmonizavam magníficos móveis de madeira de lei, quadros, bibliotecas, piano de cauda, e, no quintal, árvores frutíferas e em jardim geralmente tratado por alemão.

Eram, pois, comuns as reuniões familiares. Não apenas na cidade, mas também no interior, nas fazendas, onde sempre havia um pretexto para reunir a família. Ao inaugurar sua casa nova na fazenda, em Campinas, o conselheiro Albino reunira, na década dos sessenta, vinte e duas pessoas mais chegadas, e lá estava, com os Valença, o Sr. Luiz Antonio com sua jovem esposa e filhos... E, em São Paulo, será, principalmente na casa do Senador Souza Queiroz que se reunirão todos.

Tais costumes, particularmente entre famílias tão numerosas como está, pois também os irmãos do Comendador têm família grande – o barão de Limeira terá quinze filhos – explicam, em parte, a grande porcentagem de casamentos entre parentes. A fortuna, os costumes, o preconceito racial, contribuíram para tais ligações. E, assim, as grandes fazendas, as magníficas e imensas lavouras de cana ou café, estarão em mãos de poucos troncos familiares.

De modo geral, todos são educados dentro dos princípios da Igreja Católica. Assim toda a família prepara-se com cuidado para as missas aos domingos e para as grandes festas da igreja. De preto, tanto o Comendador como sua esposa era hábito ir a pé à Igreja, com toda a família, e, embora moderado em jejuns e abstinências, o próprio comendador seguia o ritual exigido pela sociedade, acompanhando a mulher e os filhos às cerimônias realizadas na Sé. E com a família todos os escravos também costumavam assistir, da casa do irmão do comendador, à procissão de “Corpus Christi”, em que tomava parte, sempre, ao menos uma das crianças pequenas, vestida de anjo, com suas meias de seda branca, o sapatinho de setim, o vestidinho branco guarnecido de renda, cachos postiços, e uma pequenina coroa de florzinhas brancas.

Entretanto se para as crianças e elemento feminino da família o convite do “tio Francisco” era uma festa para os homens era antes um pretexto para um encontro e discussão sobre assuntos políticos ou negócios.

Embora o Comendador não fosse um político no amplo sentido da palavra,

e de modo geral, preferisse ser lavrador a homem público, as reuniões em casa do seu irmão eram verdadeiras assembléias de caráter político e também de luxo e ostentação.

O “Correio Paulistano” de 21 de novembro de 1857 (33) refere-se a um dos bailes realizados na casa do Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz, em comemoração à formatura do seu primogênito na Faculdade de Direito.

Dr. Francisco Antonio, fazendeiro em Limeira, genro do senador Vergueiro, depois de ter sido vereador em São Paulo, foi deputado provincial, e, finalmente, senador. Tornando-se chefe do partido liberal, sua casa enorme e fina, foi também centro político. Dessa forma, nas reuniões em dias de comemorações importantes da Igreja, sua casa era o centro de discussões acaloradas sobre os últimos acontecimentos políticos, enquanto num salão vizinho as senhoras e meninas ocupavam-se de assuntos domésticos.

Um artigo “d’ O Liberal” em 1869, referindo-se à política, afirmava que a família Souza Queiroz “tinha tal preponderância no partido liberal, que por duas vezes ficou com a vice-presidência, apropriando-se da maior parte dos assentos da assembléia provincial e dos melhores cargos civis e empresas industriais”. O “juízo de órfãos da capital enfeudou-se a família. Elevados postos de guarda nacional empresas provinciais e municipais de estradas e de outras obras públicas, tudo enfim, era distribuído pelos consanguíneos ou pelos afins” (34).

Como fazendeiros, como proprietários de engenhos e lavouras de café, são todos eles, políticos e homens de negócios. E lá se reunirão os Souza Queiroz, Andrade, Carrão, Vergueiro, Gavião Peixoto e outros. Discutidos os discursos parlamentares, criticados os atos do partido adversário, o conservador, lembrados ainda episódios da revolução liberal de 1842, pequena críticas a Caxias, mas também, problemas de crédito para a lavoura, de braços para os trabalhadores rurais, agora que se intensifica a dificuldade para se obter novos negros escravos, os problemas da imigração européia, novos tipos de contratos de trabalhos para substituir os de parceria, as novas condições de transporte, com as estradas de ferro que vão sendo inauguradas e as novas linhas de troles que já ligam os municípios do interior uns aos outros, pois é sabido que de trole chegaram a Itu muitos convencionais republicanos em 1873, e Piracicaba será ligada por linha de trole a Santa Bárbara e a Rio Claro.

Há problemas de Vila Nova da Constituição que preocupam o Comendador, embora ele não se integre de fato na vida pacata do município. Ei-lo a dirigir reiterados ofícios á Câmara Municipal relativos à localização da ponte sobre o rio Piracicaba. Preocupa-o, em certo sentido, a situação da ponte em terrenos que pertencem aos marquês de Valença, que possuem um engenho “ao pé do salto” ou “junto da Vila”, como rezam as escrituras arquivadas no Cartório de 1º. Ofício.

Era costume serem nomeados inspetores das estradas, os fazendeiros que delas se serviam e que tinham suas terras com testadas nas mesmas. (35) Cargo exercido sem remuneração, mas de caráter obrigatório, concorria para pequenos atritos e queixas, pois como, em muitos casos, os proprietários não residiam nas suas terras, as estradas não recebiam em tempo, os devidos cuidados. As próprias Câmaras Municipais recorrem ao Presidente da Província nesse sentido. Alguns officios da Câmara de 1864 dão uma idéia da situação.

“Exmo. Sr.

A Câmara municipal da Constituição em officio de 5 de janeiro findo reclamando pelo restante das quotas votadas na Lei do Orçamento vigente para as estradas que da nossa Cidade se dirigem às do Rio Claro, Limeira e Villa de Brota, pelo Campo Magro, e havendo o antecessor de V. Exa. em Portaria de 29 de Fevereiro mandado por à disposição da Câmara a quantia de dois contos de reis, o que só podia comportar o estado do Tesouro Provincial, e de ordem da mesma Câmara em qualidade de seu Presidente, dirijo-me respeitosamente a V. Exa. consultando si aquele dois contos de reis podem ser applicados na estrada a Va. de Botucatu pela ponta do Serrote, para a qual não foi votada quota, visto como há neseçarios urgente de reparar-se essa estrada, construir-se hum pequena ponte, se ha feito nas estradas a Limeira e Rio Claro os reparos necessários, e mais urgentes e existe nomeado inspector da estrada de Brotas o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, como V. Exa. acaba de comunicar em Portaria de 30 do mês passado. Ds. Ge. A V. Exa. por ms. annos. Cidade de Constituição, 12 de abril de 1864. Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, M. D. Presidente desta Província de São Paulo, José Bento de Matos, Pres. da Câmara”.

Um outro officio da Câmara Municipal de Piracicaba é uma queixa contra o inspetor da estrada:

“Exmo. Sr.

“A Camara Mal. desta Cidade de Constm. tem a honra de traser ao alto conhecimento de V. Exa. que o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, Inspector da Estrada que desta Cidade segue-a Va. de Brotas pelo Campo Magro e Morro Pelado, nomeado por V. Exa. nem hum serviço tem feito a seo cargo no lado próximo a esta Cidade, quando deveria principiar no terreno deste Município. Ds. Ge. a V. Exa. por ms,

annos. Paço da Camara Mal. da Cidade da Constm, em seção extraordinária de 14 de agosto de 1864. Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignácio Homem de Melo, M.D. Presidente desta Província de S. Paulo, José Venceslao de Almeida Cunha- Manoel Alves de Oliveira Dória – José de Almeida Leite Ribeiro – João Baptista de Campos Pinto – Fructuoso José Coelho – Dr. Joaquim Augusto de Carvalho Rio – vencido”

Todavia, o nosso inspetor de estrada não ligou muito à reclamação feita contra ele, pois um officio do dia 8 de outubro ao Presidente da Província pede providências para “milhorar esta parte da estrada a cargo daquelle inspector” que “nem hum serviço tinha feito na estrada a seo cargo, no lado deste município “..... (35) Mas, em outras oportunidades, não como inspetor de estrada, e sim como proprietário rural, o comendador Souza Barros, com outros fazendeiros da região, oferecerão seus recursos para melhorar a estrada que liga Piracicaba a Campinas. O que exige mesmo sua atenção são suas lavouras e seus engenhos. E para lá vai a família todo ano, com enorme bagagem, a passar os meses de maior atividade dos trabalhos agrícolas.

A VIAGEM PARA O INTERIOR

Viajar era uma verdadeira aventura. Pelas estradas empoeiradas, ou, ás vezes, inundadas e encharcadas, a cavalo ou de liteira, ou ainda de banguê, era sempre a viagem um capítulo dramático e emocionante na vida rotineira de então.

Mas, também, com alegria se abandonava o tédio da capital onde escasseavam os passeios e as ruas esburacadas, escuras e desertas não ofereciam segurança alguma!

De modo geral, os grandes fazendeiros não vivem em suas fazendas, nem mesmo no município onde elas se situam. Vivem na capital, e, se possuem, em muitos casos, uma casa na vila ou cidade mais próxima ao engenho ou à lavoura de café não é propriamente uma residência, mas apenas “uma morada de casa” onde se pode descansar ou assistir às procissões.

Entretanto, as atividades do ano agrícola e as asperezas do úmido inverno paulistano levam os Souza Barros a empreender a longa viagem para o interior, pois os trabalhos da colheita do café, ou da moagem de cana atingem o auge justamente em meados do ano, quando São Paulo se torna uma cidade desagradável, com sua garoa impertinente, com sua umidade constante.

É evidente que meninos e meninas encaram alegremente a perspectiva de fugir às restrições que a vida da cidade impõe, sonhando com os passeios a cavalo e a vida ao ar livre, particularmente nas fazendas de Piracicaba, onde o inverno é menos rigoroso.

Os preparativos são demorados e exigem muito trabalho de D. Felicíssima, das filhas mais velhas e das escravas.

Primeiro, os vestidos de chita, as roupinhas de cor, em substituição às roupas brancas usadas na cidade. A terra vermelha da fazenda encardia muito as finas roupas brancas das crianças...

Depois, o estoque de alimentos: a barrica de farinha de trigo de Trieste, a manteiga e o chá verde da Inglaterra, vários outros produtos que não se encontravam no interior, inclusive “açúcar fino”. Nos engenhos de Piracicaba fabricava-se açúcar de três tipos, o branco, o mascavo e o redondo, e a inclusão de “açúcar fino” na bagagem de D. Felicíssima nos leva a supor que se tratasse de açúcar de beterraba, muito alvo, e que, importado, era usado na fabricação de doces finos e produtos de drogaria. Pois somente no último quartel do século XIX é que começaram os fabricantes de açúcar a se interessar por novos métodos de produção açucareira, inclusive de clarificação, quando também o governo imperial toma medidas especiais para aumentar e aperfeiçoar a produção, incentivando, em 1875, a criação dos “engenhos centrais”. Aliás, ainda no começo de 1887, quando já existiam vários engenhos centrais, o “Correio Paulistano” faz alusão à necessidade de se melhorar a produção nacional de açúcar para poder enfrentar a concorrência do açúcar de beterraba. D. Maria Paes de Barros, de cujo livro extraímos as informações sobre a vida em família do Comendador, não explica mais detalhadamente a origem de tal açúcar, mas presumimos que se tratasse de açúcar importado da França.

Roupas e alimentos garantidos, chega a vez dos remédios. D. Felicíssima prepara sua caixa de produtos homeopáticos, reúne um vasto sortimento de drogas – sal amargo, maná, sena, ruibarbo, linhaça, vidros de Opodeldock, óleo de meimendo, de amêndoa, arnica. Ela própria prepara garrafas de purgante de Leroy, de xarope de agrião, de preparados de limão com ferros velhos contra a opilação, pomadas, pós e ugentos. A tudo isso se junta a medicina Popular de Chernoviz, indispensável auxiliar de todas as famílias da época.

Agora a iluminação. D. Felicíssima prepara as velas de sebo bem alvo, desiludida com as velas compradas, mal feitas e rançosas. Nas formas mais grossas do que as comuns introduz o pavio de fio de algodão torcido, preso nas bordas da formas por um pauzinho atravessado. Enche-as com sebo derretido quente e coloca-as nos vãos de uma peneira grossa, colocada sobre uma vasilha de água fria. Prontas as velas, são remetidas em caixotes para o interior. As velas de sebo eram usadas somente nos dormitórios; nas salas usavam-se as de spermacete. D.

Felícidíssima, como era uso, então, usava castiçais de latão galvanizado na fazenda – na cidade eram usados magníficos castiçais de prata – mas, em geral, o costume na zona rural era mais simples – velas de sebo no gargalo da garrafa, como vira Tschudi na casa do proprietário da Colônia de Sto. Antonio, em Piracicaba.

Completo os arranjos mais necessários a todos, ainda há uma infinidade de coisas a se comprar, principalmente para os escravos – esteiras, roupas e chapéus de palha, fabricados pelos presos na Casa de Correção, utensílios domésticos nas oficinas dos latoeiros.

Tudo pronto, mandava o Comendador avisar o administrador da fazenda, pedindo-lhe condução. Enquanto isso, eram arrumadas as canastras de couro preto, ornadas de tachas amarelas, os sacos com colchões e travesseiros. Quando chegavam os animais de montaria e de carga, era só arrumar tudo e partir. Com os animais de carga chegava também um arrieiro, conduzindo as bestas com as cangalhas que formavam um grupo ao qual se dava o nome de “lotinho”.

Finalmente, chegado o dia da partida, ainda havia o último preparativo: um bom farnel. No gancho do selim sempre havia preso um saquinho cheio de biscoitos, doces, etc., para os pequenos se distraírem durante a viagem.

Lentamente saía-se da cidade, através das ruas silenciosas, passando-se cedinho pelas chácaras enorme dos arredores da Paulicéia. Na frente, dois banguês com cortinas de baeta azul escuro, com uma lata comprida fizada ao lado, cheia de biscoitos e torradas de pão de ló. Nos banguês viajavam, em geral, as crianças pequenas que ainda não sabiam montar, acompanhadas pela mãe e por uma escrava. Embora carregados por um animal na frente e outro atrás, os banguês eram acompanhados pelos “tocadores” a pé.

Em seguida, a enorme caravana; moços e moças a cavalo. Também a cavalo as pretas – mucamas e serventes, usando, em geral, silhão, mas as africanas preferiam montar como homem, usando uma longa saia de zuarde azul aberta atrás e na frente. E, finalmente, o “lotinho”, com a bagagem.

A viagem era lenta, interrompida apenas pelos descansos nos ranchos e estalagens da estrada, desprovidos de conforto nem sempre muito limpas. Depois de um primeiro descanso em Perus ou Juqueri, onde se dormia em casa de telha-vã, nos colchões que eram tirados dos sacos pelas escravas da família, continuava-se a viagem pela madrugada, depois do café e de novamente tudo arrumado nos alforjes, agora para uma caminhada de mais ou menos sete léguas.

O próximo pouso era a Estalagem da Ponte, à margem do rio Jundiáí. Esta era uma estalagem onde se encontravam boas acomodações, camas limpas e comida regular, pertencente a um português de nome Pinto, conhecido pela alcunha de barão da Ponte, segundo o depoimento de J. J. Von Tschudi. Entretanto, para D. Maria Paes de Barros, embora o dono da estalagem fosse um homem agradável e

de bom humor, a comida aí nem sempre era boa, e “primitiva e de maior simplicidade era sua hospedaria, que apresentava apenas uma fila de pequenos aposentos (se assim podiam ser chamados) que davam para o terreiro, compostos de uma saleta e um alcova escura com duas camas”. Aí as moças dormiam nas camas e as crianças no chão, nos colchões.

Pela estrada mal cuidada, às vezes enlameada, lá ia a caravana, deixando para trás São Paulo, Juqueri, Jundiaí. E atravessando a pequena e silenciosa Campinas – com vastos casarões de ricos fazendeiros quase sempre fechados – chegava-se à fazenda.

A fazenda em Campinas não é muito grande. Exemplo típico da fase de transição: canaviais abandonados, destroços de um velho engenho, um açude para a roda d’água, e, vigoroso e punjante, o cafezal, a nova cultura que será o esteio da economia nacional.

E, enquanto o Comendador examina relatórios, determina serviços, discute os trabalhos com o administrador, a fazendeira percorre a casa, conversa com a mulher deste, examina a dispensa, cuja janela de rótulo deixa penetrar pouca luz – vasilhas com arroz, feijão, lata de azeite de mamona, couro de porco com toucinho salgado. Na cozinha ampla – duas boas janelas deixam penetrar fartamente luz e ar – dois enormes caldeirões com feijão e angu de fubá, um outro com cangica – é a comida dos escravos; duas escravas revezam-se socando café num pilão; uma outra peneira milho socado para fazer farinha; e, no chão, numa esteira, um negrinho de alguns meses, dorme, coberto por um pedaço de baeta vermelha.

Este é um local histórico, aqui nestas terras se desenrolaram os tristes acontecimentos da Venda Grande, na revolução liberal de 1842, quando os liberais foram derrotados pelos soldados de Caxias. Um velho casarão abandonado, cujas paredes esburacadas pelas balas são os indícios da luta, é tudo o que resta do lugar onde morrera o capitão Boaventura do Amaral.

O plantio e o alinhamento do café exigem que os Souza Barros permaneçam na fazenda de Campinas algumas semanas. Findos tais trabalhos, são enviados dois escravos para fazerem alguns reparos nos caminhos, e, numa madrugada, a família toda com sua enorme bagagem e seus numerosos escravos, dirige-se para outra fazenda.



Esta é uma viagem de um dia. E a fazenda, banhada pelo rio Piracicamirim, é tipicamente canvieira. No auge da moagem será a delícia da criança que com tudo se diverte. É o chiado do carro de bois carregado de canas, ou de lenha, é o

enorme sino que chama, pela madrugada, os trabalhadores ao serviço, é o “Quadrado” onde estão as senzalas, e que fica fechado à noite, com cadeado, e ainda o paio com a chave pendurada num chifre de boi para não se perder, o debulhador de milho, cuja roda é virada por uma pretinha, o chiqueiro rodeado de cerca de garantã, o monjolo, com sua enorme mão de pilão para esmagar o milho, e finalmente, o engenho, onde os bois se movem lentamente em torno dos grandes cilindros que moem a cana que ferve em tachos de cobre, o alambique rescendendo aguardente, a fornalha, onde um fogueira nu da cintura para cima, mantém um fogo crepitante. E, atrás do engenho, na bagaceira, bois, cavalos e porcos pastam à vontade.

A cavalo, com o administrador, o Comendador percorre a fazenda. E ouve, Também, queixas, pois, às vezes, um ou outro escravo, como castigo, arrasta pesada corrente. D. Felicíssima, condoída, pede que perdoe ao escravo, mas severo e implacável, o Comendador mostra-lhe as razões do castigo – bruxarias, assassinatos, imposturas... Muito importante é o castigo. E mais um exemplo, para que não se repitam tais fatos. Isto faz lembrar os tempos do brigadeiro Luiz Antonio e dos duzentos açoites em praça pública... para servir de exemplo.

À tarde, a correspondência. Ela, na rede com uma criança, ele a escrever, secando a tinta com areia e selando as cartas com o “Olho de Boi”. E às vezes, ambos se deliciando com a leitura do “Correio Paulistano” e do “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro. Enquanto isso, a meninada estuda ou ouve histórias.

Ao terminar os trabalhos da roça, em fila, voltam os trabalhadores para as senzalas, recolhendo-se carros e carroças, soltam-se os animais, e, com voz monótona, o feitor entoia uma reza, repetida por todos.

Acomodadas as crianças em suas camas, a negra Joaquina traz sua esteira, que estende cuidadosamente perto do leito do menorzinho, “cata cuidadosamente as pulgas de sua camisa” e dorme em seguida, qual cão de guarda, Joaquina é a criada de confiança, que cuida das crianças, ajudando a tratá-las quando doentes, vigiando-lhes o sono, ou contando-lhes histórias, lendas africanas que empolgam a imaginação das crianças...

Não obstante o prazer que a família sente com a estada no Engenho, outras lavouras exigem a presença do proprietário. É fácil, agora, a viagem. Os caminhos de Piracicaba são bem conservados – não fossem eles a maior e mais constante preocupação dos camaristas piracicabanos! Atravessa-se a cidade pela rua principal, que vai dar à ponte sobre o rio Piracicaba, ponte que mereceria por si só, uma história a parte, ponte que teria sido o pomo da discórdia entre os Valenças, os Souza Barros e a Câmara Municipal de Piracicaba. Era, então, uma rústica ponte de madeira, e sua travessia exigia o máximo cuidado. Todavia, nessa época do ano, no inverno, as águas estavam baixas.

Após algumas horas de marcha chegava-se à fazenda, depois de uma lenta travessia pelo rio Corumbataí, com uma pajem à frente, mostrando a passagem, as meninas segurando firmemente as rédeas, bem erguida a longa saia de montaria, os pais vigiando atentos, até que, livrando-se da água, os cavalos sacudiam-se, como que alegres por avistarem o pasto verde da fazenda.

A história dos engenhos e fazendas de Piracicaba pode ser a história do rio Piracicaba e seus afluentes. Não fogem eles ao seu destino e à sua tradição. Pano de fundo para povoamento, foi à beira deles que vicejaram as primeiras lavouras de canas e com suas águas se moveram os primeiros e rústicos monjolos.

Não é fácil atravessar o Corumbataí, nem é simples toda a comitiva com sua carga pesada atravessar a ponte do Piracicaba, mas sua presença marca o progresso e a abundância, valoriza as terras e garante a produção. Assim, ribeirões e córregos, rios e riachos, abençoados sejam!

Esta é uma extensa fazenda de café. A princípio com trabalhadores escravos, exclusivamente, depois, também com imigrantes europeus, alemães e suíços. Aí enquanto D. Felicíssima acode os escravos com seus conselhos ou sua farmácia, e ouve as queixas de um ou outro colono, a governante alemã se delicia em conversar com os imigrantes em sua própria língua, tal como fazia com o filho do Comendador que, de volta da Europa, se integrara nos trabalhos agrícolas. E lá vai a Mademoiselle levar-lhes remédios e roupas para as criancinhas, ou combinar casamentos, e até fazer-lhes lindos vestidos de noivas.

A sede da fazenda, que as escrituras e inventários com sua linguagem pitoresca, nomeiam “moradas de casas”, e não “casa grande” como nas fazendas nordestinas, é enorme e acolhedora. Uma imensa sala de jantar, com quatro largas janelas, pintada de branco com uma barra de cor escura, um armário para louças; uma enorme cozinha, com o fogão a lenha, o forno de tijolos, varrido com um feixe de “vassourinha” trazido do campo, onde se assam as saborosas broas de fubá; quartos espaçosos, com um espelho e várias gavetinhas colocadas sobre pesadas cômodas, uma porção de camas enfileiradas uma ao lado das outras. Uma sala de estudos onde se reuniam todos depois dos passeios, a mãe na rede, o pai, do lado de fora, num sofá de palhinha, e a um canto, o piano, onde a querida Mademoiselle executava, com o filho do Comendador, lindos duetos em alemão.



Aqui os problemas são outros. Na fazenda de café os colonos europeus – o Comendador instalara a colônia como a que ele visitara em Petrópolis, aí instalada por ordem do imperador – nem sempre são muito cordatos, e muitas vezes,

trazem problemas, o que levara, como vimos, o barão J. J. Von Tschudi a visitar várias fazendas, inclusive a do Comendador Luiz Antonio. Mas saíra ele bem impressionado com a ordem da Colônia São Lourenço. Entretanto, os colonos, ainda não aclimatados, estranham a alimentação, exigem certos cuidados, e D. Felicíssima, com o seu Chernoviz e sua caixa de medicamentos, a todos acode com paciência e doçura.

Fazenda mantém uma pequena enfermaria, e até um banguê para transporte dos doentes, sejam eles brancos ou pretos.

Aos poucos os próprios fazendeiros sofrem a influência dos imigrantes. Em seu livro, D. Maria Paes de Barros, ao descrever lavoura, engenhos e a casa da fazenda, diz: “ Por traz da casa, nem quintal, nem horta, apenas um grande lanranjal onde viviam e cantavam os pássaros”. É bem típico da fazenda de outrora esta ausência de pomares e hortas. Entretanto, o imigrante trouxe estes e outros costumes à vida rural brasileira. Se, de um lado, adaptaram-se a um novo tipo de alimentação, com o milho, substituindo o trigo, o feijão, a mandioca, de outro ensinaram o nosso lavrador a plantar uma horta, a desenvolver a fabricação de laticínios, fabricando queijos e manteiga. Ao lado disso, serviam ainda de modelo de asseio ao nosso caipira, com suas casas modestas sempre limpas, suas camas com roupas lavadas e acolchoados de penas, sua mesa de jantar de madeira rústica conservada sempre bem lavada.

Seis meses, mais ou menos, são passados, na visita às fazendas, tempo suficiente para verificação dos trabalhos rurais, e, de novos investimentos.

Nos longos anos de atividades agrícolas de sua vida o Comendador teve tempo de assistir a decisivas mudanças. A princípio, o monjolo, a foice e a enxada, a casa de taipa, o escravo negro, a cerca de guarantã. Agora, o arado, máquinas a vapor, melhores formas de produção com o trabalhador livre.

Em geral, a temporada na fazenda é um momento de mais saúde para as crianças, na vida ao ar livre. Embora fosse hábito pequenas temporadas em São Vicente, à beira-mar, nada se comparava à liberdade, aos passeios a pé, banhos no rio, alimentação abundante, a vida rural, enfim. Tudo concorre para que o Comendador diga, um dia que, em seis meses de vida de fazenda, não se chamou o médico uma única vez.

Em contato com os trabalhadores, também a numerosa família Souza Barros se familiariza com os costumes dos negros e dos colonos, com seus problemas, suas alegrias e tristeza, sua maneira de reagir a ambas. E assistem a suas festas e comemorações sentindo que isso é parte do Brasil, e, que, afinal, foi assim que o Brasil se fez, com a colaboração de elementos tão distintos e tão variados.

Nos feriados e nos sábados, no terreiro, em torno das fogueiras, cantam e dançam os pretos, ao som do batuque. Com algum dinheiro obtido aqui e ali,

vendendo o pequeno produto de sua própria lavoura – em terreno a eles cedido pelo fazendeiro – compra-se uma saia de chita e uma bela camisa colorida. Com o fornecimento especial feito pelo Comendador, de uma novilha, um porco, arroz e açúcar, eis prontos os preparativos para a mais tradicional e típica festa da zona rural, a festa de São João.

E, enquanto no terreiro dançam e cantam os negros, também na casa grande o ambiente é de festa, com foguetes, batata doce e pinhões assados para as crianças, e, bem mais tarde, depois de acomodadas para dormir, a ceia para parentes e vizinhos – leitão assado, peru, doces, especialmente o arroz doce.

Com os dias mais quentes, Piracicaba perde um pouco do seu encanto para esta gente acostumada ao clima paulistano. O Comendador, tão resistente ao frio, ressentia-se do calor nesses dias mais longos, reclama contra os borrachudos, e como já diminuiu a intensidade dos trabalhos agrícolas, convida a Nhanhã para voltar a São Paulo.

Novamente atravessa-se o Corumbataí, a ponte sobre o rio Piracicaba, sobe-se a suave colina pela rua principal, para, afinal, chegar-se ao Engenho, agora parado, pois terminara a moagem. O verde suave do canavial foi substituído pela palha seca, a terra preparada para novo trato, e o mato, já desbastado para o corte da madeira, que será encaminhado à serraria. E a poeira vermelha... Tudo à espera da primeira chuva para a sementeira do milho e do feijão.

E, então, a volta para São Paulo. Uma visita rápida à fazenda de Campinas, e novamente a estrada para Jundiá e Juqueri e a chegada à cidade, passando pela chácara do Arouche, e, finalmente, chega-se à rua São João.

EM SÃO PAULO

Assim, a família Souza Barros vive como a maior parte das famílias de recursos, como quase todos os grandes fazendeiros, assistindo às procissões religiosas, discutindo política, em meio a festas familiares, durante uma parte do ano, em São Paulo, e, durante o outro período na fazenda que é a fonte de seus amplos recursos financeiros.

E vão crescendo os filhos, com novos interesses, e, por sua vez, formando novas famílias, alargando os laços familiares, de tal maneira que Luiz Antonio e D. Felicíssima não precisam de outros laços para lhes encher a vida.

As meninas crescem, chega a época de aprender a dançar. Pois ele próprio, estudante em Coimbra, fora um bom dançarino, com sua capa negra ao ombro,

as meias de seda, sapatos com fivelas douradas. E, passando férias em Lisboa, fora sempre uma figura popular nas reuniões em que tomara parte. Também frequentara o teatro São Carlos, e, muitas vezes ainda cantarolava árias da “Norma” ou de Semiramis”.

São, pois, contratadas duas professoras de dança, duas italianas que “davam lições com todas as regras, começando pela base, isto, é, pelas quatro primeiras posições, a que se seguiam a valsa, a “schottis”, a polca e outras danças” em moda na época, relata D. Maria, lembrando a tarantela, o bolero e solo inglês.

As filhas mais velhas logo frequentam os bailes oficiais ou as comemorações históricas. Nessa época, em São Paulo, não se encontravam sedas próprias, nem havia modistas que confeccionassem toilettes de alto luxo, porisso tudo devia ser encomendado nas grandes casas de modas do Rio de Janeiro. Isso naturalmente lá pela década dos sessenta. Penteadas pelo único cabeleireiro francês que havia em São Paulo, subiam elas pelo braço dos cavaleiros encasacados, as escadarias do antigo Colégio dos Jesuítas reformado pelo presidente da Província, padre Pires da Mota, e que servia, então, de residência presidencial.

Nos anos que se seguem, para as filhas mais moças do Comendador, a situação será diferente, pois muda o aspecto da cidade de São Paulo. A prosperidade das fazendas de café concorre para as alterações que a capital da Província sofrerá. Muitos estrangeiros prosperam em vários ramos de negócios, já se encontrarão modistas elegantes como Mmes, Martin, Pruvot, Rochatx e Pascau, ou alfaiates franceses elegantes, como Fresnau e Bourgade.

As meninas, porém limitam-se a pequenas reuniões em família, e as aulas de dança representam, na realidade, uma parte da educação feminina de então.

Também vão atingindo a idade de “um bom casamento” de acordo com a teoria do Comendador, que dizia “impedir, em certos casos, um casamento é meu dever – obrigar, nunca”. No meio de tantos primos, vão se “ajeitando” os casamentos sem muitas dificuldade, evitando-se cuidadosamente as alianças com famílias de cor duvidosa.

Embora a miscogeneção fosse comum (37), e as relações entre os senhores de escravos e estes se mantivessem, em geral, dentro de um clima de bondade e simpatia, como afirmam vários estrangeiros que percorreram o Brasil nessa época (38), e não houvesse de maneira geral, preconceitos raciais, nem segregação baseada na cor – os americanos que visitaram o Brasil afirmam que não há distinção entre brancos, pretos e mestiços, que possa agir como barreira contra relações sociais ou processo político” (Codman, citado por Manuel Cardoso, ob. cit) — entre as classes mais elevadas procurava-se evitar os chamados casamentos mistos.

Nêsse meio de altas finanças e elevadas posições políticas, os moços da nova geração frequentam a Academia de Direito, fazem cursos superiores, alguns via-

jam para o estrangeiro aperfeiçoando a educação, e, na volta, ei-los à volta das meninas casadouras da família... Assim, celebram-se os contratos de casamento, encomendando-se os enxovais na Europa.

E realizam-se os casamentos, às vezes dois no mesmo dia, diante do altar armado num gabinete contínuo ao salão. À noite, como era o costume, então. Seguidos de baile, aberto com quadrilha de honra, e, depois, as polcas, “schottish” e valsas. Servia-se, então, chá em xícaras de porcelana antiga, biscoito e sequilhos em bandejas guarnecidas de ramos de flores feitas de tiras de côco, coloridas, encomendadas as afamadas doceiras de Itu. À meia-noite era servida a ceia e, para uma dessas, um escravo trouxe peixe de Santos, viajando a pé, durante a noite toda.

Filho, sobrinho e genro de fazendeiros, será o Comendador também sogro de sobrinhos fazendeiros... Confirma-se, pois, que, partindo de um militar grande proprietário rural, forma-se a dinastia açucareira ou cafeeira – pode-se observar a árvore genealógica – dinastia que, passadas as três primeiras gerações, se alterará, no fim do século, à medida que a nova geração, menos rural e mais urbana, em que se multiplicarão os bacharéis, engenheiros e médicos, e, às vezes os industriais, passe a ocupar o lugar de seus antepassados.

A GUERRA DO PARAGUAI

O ataque paraguaio ao navio “Marquês de Olinda” que levava o Presidente de Mato Grosso, encontrou o Brasil com um exército mal preparado e uma pequena marinha, exigindo o esforço de toda a nação. Nas províncias faz-se o recrutamento de voluntários, é chamada às armas a Guarda Nacional. Em São Paulo forma-se o sétimo batalhão de Voluntários da Pátria, mas, verdade seja dita, não com muita facilidade, pois a própria palavra “recrutamento” o constituía verdadeiro espantinho.

Muitos fazendeiros que não desejavam ou não podiam enviar seus filhos às novas fileiras do exército, mandavam regular número de escravos, aos quais se concedia a liberdade. Entretanto, o Comendador Souza Barros não teve coragem para oferecer a seus escravos a liberdade em tais condições. Preferiu ajustar e equipar homens brancos, para lutar em lugar de seus filhos. Em sua casa, reunidas em torno de uma mesa, D. Felicíssima e as filhas, desfiando velhos lençóis, faziam “charpies” para os soldados feridos. Todavia, ao saber que jornais elogiavam publicamente esse trabalho, o Comendador suspendeu-o, passando a auxiliar a causa nacional de outra maneira, mais discreta (39).

Os anos que se seguiram à guerra do Paraguai correspondem a um período de reformas e modificações profundas na estrutura social, econômica e política do país. A imprensa adquire novo impulso, novas estradas de ferro são inauguradas acompanhando a marcha do café, aos partidos conservador e liberal que vinham se alternando no poder, se junta agora um novo partido, o republicano, com seus clubes e sua propaganda em prol de uma nova forma de governo, novos tipos de escolas se organizam, com modernos métodos suíços, alemães e norteamericanos, a Escola Normal reabre-se definitivamente em 1880, caminha vitoriosa a campanha abolicionista ao lado da política imigratória, fixa-se o imigrante europeu nas cidades e nos campos. E, beneficiando-se do surto da lavoura cafeeira, a capital paulista, articulada, não apenas às antigas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, pela Estrada de Ferro do Norte, mas ainda à zona do oeste para onde se desloca, em seu nomadismo predatório, a lavoura do café, será o pivô de todas as comunicações ferroviárias da Província. “Daqui partem quatro ferrovias para os grandes distritos cafeeiros do interior” (40).



No último quartel do século XIX o governo imperial adota medidas para incentivar a produção de açúcar, procurando restabelecer a antiga posição do mercado brasileiro nesse campo. A lei nº 1.237, de 29 de setembro de 1864, autorizava o Governo a fundar um Banco de Crédito Real e em 1875, a lei nº 2658 isentava do pagamento dos direitos de importação os materiais para construção e exploração de engenhos ou fábricas centrais. Outras vantagens seriam concedidas às Companhias que se propusessem a estabelecer engenhos centrais para o fabrico de açúcar de cana. Tais medidas beneficiam a região açucareira de Piracicaba, onde são instalados, ou melhor reinstalados de maneira mais moderna, vários engenhos centrais, como o de Porto Feliz, de Capivari e o “Engenho Central” de Piracicaba.

Entretanto, o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros não se interessa por esse reerguimento da lavoura canavieira, ao contrário do Sr. Estevão de Rezende, que será dos mais progressistas senhores de engenho do fim do século. Prefere dedicar-se mais intensivamente à lavoura do café, o que leva a vender, paulatinamente, pequenos sítios de suas propriedades rurais, contribuindo para o retalhamento da propriedade fundiária, o que será um dos mais típicos aspectos da paisagem piracicabana.

A título de curiosidade citamos alguns desses novos lotes desmembrados das terras do Comendador, principalmente do Taquaral, de acordo com algumas escrituras arquivadas nos Livros de Notas do Cartório de 1º. Ofício de Piracicaba.

Deixamos todavia, de citar algumas escrituras lançadas nos Livros do Cartório de 2º. Ofício e em Santa Bárbara e Campinas:

1. Um pedaço de terras da fazenda Taquaral, com vinte e dois alqueires e meio, por 2:120\$, vendido a Francisco Rodrigues da Silva (L.23, f. 2, 16-1-1872).

2. Troca com José Victor, 18 alqueires de terra no sítio do Taquaral, no valor de 900\$ por 75 alqueires no bairro de Rio das Pedras, com casa de morada, pastos cercados de pau a pique, também no valor de 900\$ (L. 28, f. 6v, 25-1-1875).

3. Troca com Joaquim Pedroso de Barros, 20 alqueires de terras que dividem com a Baronesa de Limeira, por 12 alqueires no bairro dos Caetanos, com casa e cercas de pau a pique (L.28, f. 14 v, 31-1-1875).

4. Trinta alqueires da fazenda Taquaral, vendidos a Antonio Garcia Bueno, por 1:500\$ (L. 28, f. 27 v, 20-2-1875).

5. Sete alqueires e um quarto e mais 95 braças de “terras que sobrou nas terras sitas na Água Branca, matos do Taquaral, que venderam ao atual comprador Antonio Garcia Bueno por escritura de 20-2-1875, cuja sobra de terras, em consequência das condições estipuladas na dita escritura, vendem à razão de 50\$ o alqueire” (L. 29, f. 87, 6-11-1875).

6. Vinte alqueires da fazenda Taquaral a Joaquim Bento da Silva, a 50\$ o alqueire (L. 30, f. 44, 24-5-1876).

7. Trinta e cinco alqueires de terras de cultura da fazenda Taquaral a Francisco Ferreira da Cunha, por 10:000\$ (L. 37, f. 4, 3-3-1878).

8. Cento e um alqueires da fazenda Taquaral, no lugar denominado Água Branca, por 5:858\$, a Luiz Vicente de Souza Queiroz e Albano Augusto Leitão (L. 42, f. 18 v, 24-9-1879).

FAZENDA SÃO LUIZ

Não é só em Piracicaba que a propriedade rural tende a se subdividir rapidamente. Santa Bárbara, que já em 1818 revela certa tendência ao retalhamento da gleba, a partir da década dos 60 apresenta aspectos muito interessantes, sob a influência de novos elementos. A Guerra Civil norte-americana, que atingira duramente os sulistas, escravocratas plantadores de algodão, e grandes fornecedores desta matéria prima às indústrias inglesas, vai concorrer para uma sensível mudança na paisagem rural de Santa Bárbara e seus arredores. Emigrados para o Brasil, muitos norte-americanos escolhem esta região para aí se estabelecerem, adquirindo pequenos sítios onde plantarão algodão e melancia e se dedicarão à criação de abelhas.

Antigos fazendeiros da região vendem, pois, aos novos vindos, pequenos lotes, em geral não muito distantes dos primeiros sítios por eles adquiridos. Frank Goldmann, citado por Júlio Andrade Ferreira, refere-se largamente à imigração de norte-americanos pelos portos de Nova Orleans, Mobile e Nova York, para a América do Sul, nos anos de 1866-1867. Alguns norte-americanos percorreram o sul da Província de São Paulo, acabando por se fixar nos arredores de Campinas. As terras, além de férteis, ofereciam certas facilidade de transportes e comunicações. Assim, William H. Norris e seu filho Robert adquirem a fazenda Machadinho, onde se plantará, a princípio, cana e melancia, e logo em seguida, algodão. A oito quilômetros de Machadinho novo grupo de norte-americanos se instala, e, desta vez, também com um cemitério, onde se irmanarão, mais tarde, nortistas e sulistas dos Estados Unidos. Uma terceira comunidade norte-americana se seguirá a estas duas, com aquisição do sítio do Retiro. Machadinho e Retiro gravitarão em torno do campo, onde, além do cemitério rural, os norte-americanos estabelecerão sua pequena escola dominical, numa casa de Taipas.

Com sua pequena e rústica igreja protestante, seu cemitério rural, os norte-americanos radicar-se-ão na então freguesia de Santa Bárbara, onde, estabelecendo suas lavouras, empregarão técnicas novas de trabalho, inclusive um tipo de arado que ainda não se usava, semelhante ao antigo arado português de madeira, com bico de ferro com arrebite. Não obstante vários desentendimentos, em que se misturam questões de preço de terras e pontos de vista religiosos, os norte-americanos acabam aí se estabelecendo definitivamente, dando origem à futura Vila Americana (atual Americana).

Das terras da fazenda São Luiz, que fizera parte da sesmaria de Rafael Antunes, aos poucos foram vendidos diversos lotes, inclusive a americanos. São sítios cujas áreas nem sempre conhecemos, pois, em geral a escritura consigna apenas

“uma parte de terras”, mas que, em certo sentido, permitem avaliar o desmembramento progressivo das terras da fazenda.

A fazenda de São Luiz fazia parte do acervo herdado por Luiz Antonio de Souza Barros de seu pai, o brigadeiro Luiz Antonio de Souza. E, de modo geral, não são muito precisos os dados relativos à sua área nessa época. Nem mesmo numa setença de apelação, favorável aos Souza Barros, em que estes, em 1847, têm ganho de causa contra o alferes Pedro Leme de Oliveira “que saltou o rumo da fazenda e veio roçar terras do sítio de Luiz Antonio” (Cart. de 2º. Ofício de Piracicaba, 20-4-1847).

Aliás, esta mesma imprecisão se nota nos dados contidos na declaração obrigatória que se seguiu à Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, pois o Livro nº. 145 de Registro de Terras não consigna a área da fazenda São Luiz, mas apenas “terra suficiente para dois mil alqueires de planta”. Tal declaração, feita, então, ao vigário de Capivari, encarregado do Registro em Santa Bárbara, poderia ter sido feita por um administrador, ou, talvez por um procurador do fazendeiro. Sabemos que, em 1843, o “tenente-coronel Luiz Antonio de Souza Barros e sua mulher D. Elídia Enriqueta de Souza Rezende passa uma procuração, na Vila de Constituição, a Joaquim Rodrigues Cesar. Êste será também, em 1850, uma das testemunhas na Confirmação de uma escritura de dote e arras passada no Cartório de 2º. Ofício de Piracicaba para contrato de casamento de Luiz Antonio de Souza Barros com sua segunda esposa, D. Felicíssima de Campos Mello, na qual ele a dota com a quantia de vinte contos de réis.

No registro de Santa Bárbara, desmembrada de Piracicaba em 1869, o primeiro desmembramento de São Luiz data de 11-11-1880. Tal como fizemos quanto ao Engenho do Taquaral, registramos aqui alguns dos lotes desmembrados da antiga sesmaria de Rafael Antunes:

1. O comendador Luiz Antonio de Souza Barros e sua mulher e sua filha D. Luiza Augusta de Souza Vergueiro e Alberto de Campos Vergueiro vendem uma parte de terras de São Luiz a João Leite de Moraes, lavrador no município de Santa Bárbara, por 385\$ (11-11-1880)

2. No mesmo dia vendem um lote, por 200\$, a João Antonio Martins (L. 18, f. 18 e 19).

3. Vendem a Afonso de Arruda e José Antonio, por 600\$ os campos da fazendinha (L. 18, f. 29, 22-1-1881).

4. Vendem a J. Antonio de Camargo uma parte de terras de dois alqueires no sítio de São Luiz, por 600\$ (L. 18, f. 35 v. 6-3-1881).

5. Vendem a Clemente Antonio da Silva, terras da fazenda São Luiz (L. 19, f. 10, 16-7-1881), por 2:050\$.

6. Vendem a Dr. João Crisp “uma sorte de terras de 21 alqueires da fazenda São Luiz” (L. 19, f. 21 v.)

7. Vendem a Carlos Hall umas terras da fazenda São Luiz por 1:000\$ (L. 19, f. 12, 16-7-1881)

8. Vendem a Joaquim Manuel Rodrigues e Antonio Rodrigues da Silva, terras da fazenda São Luiz por 1:250\$ (L. 19, F. 13, v. 16-7-1881).

9. Vendem a Antonio Benedito Feliciano de Camargo terras da Fazenda São Luiz por 500\$ (24-10-1881).

10. Vendem a João Pedro de Oliveira Leme terras da fazenda São Luiz por 500\$ (L. 20, f. 27-5-1881).

11. Vendem a Wibbel Fish Mc Knight 20 alqueires de terras da fazenda São Luiz por 1:600\$ (L. 20, f. 82, 20-6-1883)

12. Vendem a João José Alves 6 alqueires de terras da fazenda São Luiz por 300\$ (L. 23, f. 1)

13. Vendem a M. Marques de Araújo 6 alqueires por 280\$ (L. 23, f. 2, 30-1885).

Nêsse ano Alberto Vergueiro e Luiza Augusta de Souza estão na Europa, e, pelo seu procurador Dr. Bento Aguiar de Barros, vendem ao próprio Comendador a sua parte na fazenda de São Luiz, incluindo as benfeitorias constantes de casa, pastos, engenho de canas e de serrar madeira, canaviais, animais de arado e gado, pela quantia de 11:385\$ (L. 23, f. 85, 13-5-1885).

Continua, todavia, o retalhamento da fazenda São Luiz. Outros lotes são vendidos:

14. A Benedito da Rocha Franco, João da Rocha Franco, Maria da Conceição Franco, Antonio Gonçalves de Moraes e João Inocêncio da Rocha, 13 alqueires e meio no valor de 600\$ (L. 23, f. 20, 4-7-1885).

15. A James Oliveira Macland, 11 alqueires e três quartas, por 470\$ (L. 23, f. 47, 27-7-1886).

Residindo sempre em São Paulo, o Comendador prefere deixar as fazendas nas mãos dos filhos, genros ou administradores. Faz sociedade com Dr. Bento de Aguiar Barros, casado com D. Francisca Leopoldina de Souza Barros para este tomar conta da fazenda São Luiz. Entretanto, a 2 de outubro de 1886 a sociedade é desfeita, como se verifica no livro 25, f.19 v: “Tendo formado sociedade com Dr. Bento Aguiar de Barros para tomar conta de sua fazenda São Luiz, e como nesta data abriram a sociedade, ele, outorgante, recebe todo gado, porcos, bestas de arado, açúcar, aguardente, carpideiras, três carros, dois carretões, engenho de serrar madeira e de cana, plantações de canas e todo milho, feijão e arroz existente na Fazenda, e a dívida de cinco camaradas, no valor de 13 contos de réis, dando a sociedade por dissolvida”.

Cabe à fazenda São Luiz um importante papel no que diz respeito à religião da família Souza Barros.

Como a maioria das famílias do tempo do Império, a família Souza Barros crescera sob os ensinamentos da religião católica. Em torno do Oratório de D. Genebra de Barros Leite, a princípio, mais tarde junto ao da marquesa de Valença, onde muitos membros da família foram batizados, depois junto ao de D. Ilidinha e de Dona Felicíssima, os filhos do Comendador são católicos, e, como vimos, seguem os preceitos da Igreja Católica, cumprindo os seus jejuns, assistindo às procissões, enviando a estas, as crianças menores como anjinhos.

Nas fazendas da família em São Carlos, Campinas e Santa Bárbara e Piracicaba, não falta o oratório na “morada de casa” e, normalmente, alguém faz uma oração quando todo mundo volta, à tarde, do serviço da roça.

D. Maria Paes de Barros, ao referir-se à religião paterna, afirma apenas que “embora não observasse a rigor jejuns e abstinência, devido às suas idéias liberais, o Comendador seguia o ritual exigido pela sociedade. Vestiam-se as manas de ricas sedas pretas, cobriam os cabelos com chales de renda, artisticamente arranjados – e lá iam todos exibindo grande luxo, assistir às cerimônias da Sé”. (ob. cit, p. 38).

Entretanto, na última década de sua vida, o Comendador assiste à decisiva influência da religião protestante sobre suas filhas, que irão, aos poucos, abraçar a doutrina da Igreja Presbiteriana. E o ponto inicial dessa influência será uma prece ouvida pela família, na fazenda de São Luiz.

Ao entrevistar D. Felicíssima de Souza Barros, encantadora senhora de 102 anos, perfeitamente lúcida, em agosto deste ano, ouvimos dela que, a princípio tal conversação deixara o “Comendador furioso”, mas depois, ele próprio afirmara que “os jesuítas estragaram a nossa religião”.

A história desta conversação é relatada no livro do prof. Emile Léonard, “L’Eglise Presbyterienne du Brésil et ses expériences ecclésiastique”, p. 10:

“C'est cependant une autre famille de la même classe qui devait, par le nombre de ses adhérents à la foi réformée comme par son zèle religieux, devenir le centre de l'Eglise presbytérienne de S. Paulo: celle des Souza Barros, que les généalogistes font remonter, par les souverains du Portugal, au empereurs de Léon et à Charlemagne, sans oublier ces caciques Piquero by et Tibiriça, dont toutes les veilles maisons de São Paulo s'honorent de descendre. L'histoire de la conversion de plusieurs membres de cette famille au protestantisme est trop touchante et trop significative pour que nous ne la rapportions pas ici avec quelque détail.

Un jour que le missionnaire Chamberlain faisait, à cheval, avec sa femme et ses enfants, une tournée dans la région de Piracicaba, il demandait l'autorisation de planter sa tente, pour la nuit dans la fazenda São Luiz, que appartenait, avec une bonne partie du pays, à Luiz Antonio de Souza Barros, fils d'un général et petit fils, par sa mère, de l'un des chercheurs d'or de la fin du XVIII^{ème} siècle, qui, en quelques années, avait une énorme fortune dans la mine de Melqueira (Mato Grosso). Invité par le régisseur à loger la maison, il y tint, à son habitude, une petite réunion religieuse et y pria pour le maître de la demeure et sa famille. Sa prière devait être exaucée quelques années plus tard, non point par ses soins, ni par ceux des dames de la haute société pauliste qui venaient d'y introduire le protestantisme, mais par ceux d'une personne de service. Ignacia Maria Barbosa avait été reçue dans l'Eglise de São Paulo le 2 juin de 1878, en même temps que Dona Maria Antonia da Silva Ramos, et c'est elle, et non point sa noble compagne de profession de foi, qui fut à l'origine de la conversion des six filles que Luiz Antonio de Souza Barros avait eues (avec quatre garçons) de sa seconde femme, D. Felicissima de Campos, conversion qui fut suivie de celle de sa femme, et, finalement, de sa propre adhésion à la foi protestante. Ignacia Barbosa, ayant embrassé cette foi sous l'influence d'un membre (puis diacre) de l'Eglise presbytérienne, Isidro Bueno de Camargo, s'en était faite l'ardente propagandiste. Appelée à s'occuper, d'un enfant (le jeune Luiz) de la baronne de Piracicaba Dona Maria Paes de Barros, première fille du second mariage de Luiz Antonio de Souza Barros, elle amena sa maîtresse à ses idées religieuses, mais sans que celle-ci put aussitôt faire profession. La seconde sœur de Dona Maria, Dona Elisa, commença pour s'insurger contre cette infidélité à la foi traditionnelle de la famille, mais tous les enfants de la maison avaient eu des institutrices alleman-

des, dont l'influence les avait em quelque mesure préparés à l'adoption des conceptions de la Réforme, et Dona Elisa, cedant à la Verité, fut la première personne de la famille à faire profession, le 10 octobre de 1886. Elle était mariée au Dr. Ignacio Xavier Paes de Campos, et le Rév. Chamberlain baptisa en même temps qu'elle les enfants qu'elle avait déjà. La troisième des filles, Dona Felicissima, suivit son exemple, le 7 août 1887. (C'est à obligeance de cette dame que nous venons d'avoir pu vivifier, grace aux souvenirs qu'elle a bien voulu nous conter, les détails chronologiques déjà donnés par Themudo Lessa, d'après le registre des réceptions de l'Eglise de S. Paulo), L'année suivante (le 3 juin) leur soeur aînée, initiatrice de leur conversion, Dona Maria, pu les imiter. Le 3 février 1889, c'est le tour des seconde et quatrième filles, Dona Adelina et Dona Eugenia; en janvier 1890, de la cinquième et dernière, Dona Antonia. Quatre mois plus tard, elles avaient la joie de voir leur mère les réjoindre (4 juin) dans l'Eglise presbyterienne. Leur père, comme la plupart des hommes de la famille, ne fit pas adhésion expresse, mais mourut dans leur foi. Ainsi, de 1870 où Isidro Bueno de Camargo, le père spirituel d' Ignacia Barbosa, fit profession, a 1890 on peut reconstituer la chaîne spirituelle qui donna au protestantisme brésilien une de ses familles les plus influentes et les plus actives".

Mr. Léonard, estudando a Igreja Presbiteriana no Brasil, ao analisar o papel de certas famílias como a Souza Barros, compara o Brasil, no ponto de vista religioso, no século XIX à Europa do século XVI, lembrando ainda que muitas igrejas rurais teriam sido "levantadas" em fazendas de grandes proprietários ou em sítios, isto é, em pequenas propriedades, onde, em torno de algum "patriarca" se reuniram parentes e vizinhos, dando origem às congregações.

Embora a fazenda São Luiz não fosse um centro de imigrantes protestantes como a Colônia de São Lourenço, e mantivesse numerosos escravos no trabalho da lavoura canavieira e no engenho de açúcar, não se pode subestimar o papel que governantes e professoras alemãs, trabalhadores livres alemães, em outras fazendas, e, ainda, imigrantes norte-americanos em toda a região vizinha, teriam exercido sobre a numerosa família Souza Barros, levando seus membros a se converterem, no campo espiritual, ao protestantismo, e, no campo da técnica, a certas práticas novas de trabalho.

OUTRAS ATIVIDADES

Lavrador de café e senhor de engenho de amplos recursos, o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros pode introduzir em suas fazendas as últimas novidades da técnica, utilizando, ao lado dos braços livres do imigrante europeu o arado, a máquina a vapor, o descarçador de algodão. Planta algodão, quando a lavoura deste oferece excelentes perspectivas, mas, quando tenta estabelecer nela um contingente de imigrantes alemães, estes se recusam a trabalhar no algodão, obrigando-o enviá-los à lavoura cafeeira. Planta chá em São Lourenço, onde utiliza trabalhadores chineses. E, compreendendo que a abolição chegaria a qualquer momento, paulatinamente dá liberdade a seus escravos, o que não impede que, de vez em quando, alguns escravos se revoltem, recusando-se a trabalhar para o seu senhor. Embora o castigo agora não seja idêntico ao recebido pelos escravos do Monjolinho no tempo do brigadeiro Luiz Antonio, — pois, na realidade, às vésperas da vitória definitiva da campanha abolicionista, não se compreenderia tal reação entre senhores de escravos — verifica-se que, no fundo, não haveria mesmo a tão falada submissão do negro. Podemos até lembrar que, em outras fazendas, como a do barão de Serra Negra, grande número de escravos recusa-se a trabalhar, libertados condicionalmente — 130 escravos, na sua fazenda de Rio das Pedras, realizando uma fuga espetacular, mobilizarão a polícia de São Paulo, obrigando, em seguida, o próprio fazendeiro a libertá-los da prisão.

É também político, discretamente, porém, pois, de modo geral, prefere não ocupar cargos públicos, de projeção política, o que não impede que tome parte ativa nas reuniões do partido liberal, realizadas, muitas vezes, na sua própria casa.

Além disso, estende suas atividades a outros setores. Tem ações da Companhia de Gás e Óleos minerais de Taubaté (41), em 1872 requerera ao Governo do Império licença para explorar uma mina de querosene e xisto betuminoso, carvão de pedras e outros minerais (42). Mas, não se interessa diretamente pela industrialização que indiscutivelmente está se processando na Província. Aliás, “contra a corrente protecionista que se avolumava, persistia, entretanto, a tradicional resistência da lavoura e desenvolvia-se, por outro lado, a oposição do comércio importador. A lavoura nunca fora propriedade contrária ao desenvolvimento industrial do país preferindo, contudo que ele se processasse lentamente para que não viesse agravar os problemas da falta de capitais e mão de obra que afetava as atividades agrícolas. Era, além disso, particularmente contrária a uma política protecionista que prejudica-se o consumidor (43).

É interessante observar o apêgo do Comendador Souza Barros à tradição agrícola da família, mesmo sendo tão ligado a Luiz Vicente de Souza Queiroz, que

montará em Piracicaba, a fábrica de tecidos Santa Francisca, montada com toda técnica moderna, com operários estrangeiros, e até com força elétrica, concorrendo para a cidade seja a segunda do Brasil a ter luz elétrica. Nem mesmo exerce sobre ele influência muito especial o cunhado de sua filha Maria, o major Diogo Paes de Barros, verdadeiro pioneiro da indústria de tecidos, que, às vésperas da República, já teria em sua fábrica, 150 teares, e um motor a vapor Carliss, de 300 H. P., cujas caldeiras eram aquecidas a carvão Cardiff, sendo a tinturaria dotada de dois poços artesanais, um dos quais atingia 200 metros de profundidade (44).



Mas as coisas mudaram... A última década da vida do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros não será no mesmo ritmo de prosperidade a que ele se habituara.

Não chegando a renovar os métodos de produção açucareira, o Comendador sofre agudamente as crises que abalam a produção agrícola, já que preferira, nos últimos anos, ser grande fazendeiro de café a grande senhor de engenho. Enquanto em Piracicaba se instalam engenhos centrais, melhorando a produção açucareira – embora não a ponto ainda de ultrapassar a produção do café – o Comendador fizera de sua lavoura cafeeira uma espécie de menina dos olhos. E, na década dos oitenta, algumas crises abalaram a fortuna de muitos fazendeiros de café. Enquanto o Relatório da Câmara Municipal de Piracicaba consigna, para as duas fazendas do Comendador uma produção de 20 mil arrobas de café no ano de 1866, em 1885, quando seria natural um auspicioso aumento de produção, esta no bairro do Corumbataí se mantém na casa dos 19.000 arrobas, além de 3.500 arrobas no Rio das Pedras, para, no ano de 1887, descer, vertiginosamente, para um total de 200 arrobas apenas. Êste é um ano de penúria cafeeira, salientado nos Relatórios do Presidente da Província, comentado por Taunay, em sua História do Café no Brasil.

Já não poderia, pois, o Comendador, fazer como outrora, quando, vendido o Monjolinho, comprara três fazendas, dando uma a cada um dos filhos mais velhos, conservando para si e sua família a do meio, à qual dera o nome de Felicíssima, em homenagem à sua jovem esposa.

A venda de pequenos lotes de suas maiores propriedades diminuira-lhes o valor, sem, contudo, nem sempre solucionar problemas, embora, de fato, morrendo antes de assistir à pequena e miserável colheita de 1887, não chegasse o Comendador a sofrer pessoalmente os seus efeitos. A morte o protegera de tal desgosto, acentuado ainda por uma decadência e um abandono doloroso dos engenhos de

açúcar.

Estamos ainda ouvindo as palavras de D. Felicíssima, emocionada, lembrando a vida de outrora: “ As coisas rodaram. Papai era otimista. Ajudou muito os filhos mais velhos, quando nós ainda éramos crianças... Podiam eles ter ficado muito ricos se tivessem mais tino.... Depois da Abolição e da República — então Papai já tinha morrido — Taquaral foi vendido apenas por 60 contos de réis.

D. Felicíssima continua a contar uma outra história não, mais a vida, a aristocracia dos Queirozes, com sedas e veludos, as jóias de alto preço, as comendas, não mais os passeios na elegante carruagem da família, com os escravos de libré, mas a dura vida de uma professora de línguas estrangeiras e de piano num colégio protestante em Piracicaba.

Revedo, estas notas sobre a vida de um lavrador paulista do tempo do império, podemos concluir que a vida de uma família ligada à aristocracia rural do império, como a dos herdeiros do brigadeiro Luiz Antonio de Souza oferece certos traços que permitem que se fixem aspectos típicos da organização social, econômica e política dessa época:

1. Absentismo do senhor de engenho ou do lavrador de café; os grandes proprietários rurais, pelo menos na região de Piracicaba, não vivem em suas fazendas, nem ocupam cargos públicos no seu município, preferindo a capital da Província ou da Côrte .

2. As Câmaras Municipais do interior não são compostas pelos grandes proprietários rurais, embora o sejam por lavradores, em sua grande maioria, na primeira metade do século. Nos anos seguintes, persiste a ausência dos grandes lavradores, mas serão comuns os bacharéis e negociantes na administração pública, notando-se que particularmente os bacharéis são filhos de fazendeiros.

3. São comuns as alianças, pelo casamento, entre famílias mais importantes ou bem situadas economicamente, num evidente intento de não dividir as fortunas.

4. De um modo geral, evitam-se casamentos fora do círculo familiar, tendo em vista pelo menos dois objetivos – não permitir que se dispersem, entre estranhos, as fortunas, e, evitar que se misturem à família, elementos que possam ter sangue negro ou mestiço, não obstante se afirmar sempre que não existe o preconceito de raça.

Um estudo mais longo e mais profundo poderá esclarecer muitos pontos para

nós obscuros da vida do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros. Seus numerosos descendentes talvez tenham documentos que enriqueceriam este trabalho e forneceriam, provavelmente, ótimo material para uma pesquisa mais completa e, também, com maior calor humano, pois, de fato, só focalizamos, aqui, o nosso biografado como um grande fazendeiro do século XIX. E nem era, de fato, outro o nosso intento. Mas se pudéssemos penetrar mais profundamente sua alma, seus anseios, seus ideais e, mesmo, suas frustrações, teríamos então, uma biografia mais completa.

Não encontramos, dentro do tempo que tivemos, o seu testamento ou o seu inventário. Morrendo a 9 de março de 1887 (cf. Almanaque de Piracicaba para 1900), em São Paulo, estaria o seu inventário em Cartório de São Paulo, mas o Cartório Distribuidor prometeu-nos uma busca somente para o mês de dezembro.

NOTAS

- (1) – Maria Amélia Rezende – “Um idealista realizador,” p. 184.
- (2) – A “Bernarda” de Francisco Inácio, movimento anti-andradista de 23 de maio de 1822, insuflado contra o Primeiro Governo Provisório da Província de São Paulo instalado após a volta de D. João VI para Portugal, pelo Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, vogal do Comércio e comandante da força armada.
- (3) – Afonso E. Taunay – “História do Café”, vol. III, p. 69, cita tal nome, mas M. Amélia refere-se apenas a Francisco Inácio quando repete palavras de seu pai “Então os fidalgos Queirozes, da Quinta dos Pinheiros, que até fingiam não conhecê-lo como parente, o receberam muito alegres, como tal, e, desde então, ele uniu ao seu nome o apelido de Queiroz. Acabada a guerra, passou para o batalhão de Milícias de São Paulo, como ajudante, e depois foi a major e a coronel” (ob. cit. p. 185).
- (4) – Jair de Toledo Veiga – “Uma pousada na História”, in Diário de Piracicaba, 1-8-1965.
- (5) – Caio Prado Jr. – “Formação do Brasil Contemporâneo”, p. 307.
- (6) – “ Documentos Interessantes”, vol. 88, p. 53.
- (7) – Cesar Teixeira Penteado, D. I. vol. 88 – “Duas Palavras”.

- (8) – D. I., vol.88, p. 164.
- (9) – Sergio Buarque de Holanda – in “Brasil Monárquico”, vol. 2, p. 454 – “As Origens das dinastias açucareiras e cafeiras”.
- (10) – Luiz d’Alincourt – “Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá”, pg. 53.
- (11) – Djalma Forjáz – “O Senador Vergueiro”.
- (12) – Sergio Buarque de Holanda – ob. cit., p. 421.
- (13) – “Bens Rústicos”, 1818, maço n.º 20.
- (14) – Aliás, a campanha remonta ao XVIII, nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, mas é particularmente intensa na Inglaterra, encabeçada por William Wilberforce, desde 1773, conseguindo em 1807 que o Parlamento Inglês decreta a abolição do tráfico. Apresentada a questão nos tratados de Paris de 1814 e no Congresso de Viena de 1815, a Convenção de Viena estabelece a abolição do tráfico ao norte do Equador. No Brasil, sob pressão da Inglaterra e de opiniões como a de João Severino Maciel da Costa, futuro barão de Queluz e de J. B. de Andrade e Silva, depois da independência, a campanha se intensificará, até a extinção definitiva do tráfico em 1854.
- (15) – D. I. , boletim n.º88, p. 189 e 190.
- (16) – Idem, p. 270.
- (17) – Maria Amélia Rezende – ob. cit., p. 64.
- (18) – Ernani Silva Bruno – “História e Tradições da Cidade de São Paulo”, vol. II, p. 506.
- (19) – “Anais da Assembléia Legislativa e Provincial de São Paulo (1835 – 1836)”, p. 17, cit. por Silva Bruno, ob. cit., p. 533.
- (20) – Maria Paes de Barros – “No Tempo de Dantes”.
- (21) – Álvaro da Veiga Coimbra – “Noções de Numismática”, in Revista de História, n.º 50, 53, 56, 60,65.
- (22) – Eis o decreto que estabeleceu a Imperial Ordem da Rosa:

“IMPERIAL ORDEM DA ROSA”

Decreto de 17 de Outubro de 1829

Querendo perpetuar a memória do meu faustíssimo consórcio com a princesa Amélia de Leuchtemberg e Eischtoedt, por uma instituição útil, que, assinalando essa época feliz, a conserve com glória na lembrança da posteridade e tendo sido em todos os tempos as distinções honoríficas sabiamente consideradas, não só como dignas recompensas de ações ilustres, mas como eficazes estímulos para empreendê-las e merecer por elas o reconhecimento público: hei por bem criar uma ordem militar e civil, com a denominação de Ordem da Rosa. Nela serão admitidos os beneméritos, tanto nacionais com estrangeiros, que se distinguirem por sua fidelidade a minha augusta pessoa e serviços feitos ao Império, sendo regulada a sua organização da maneira seguinte:

Artigo 1.º - O Imperador do Brasil é, e será, sempre, o grã-mestre da ordem e o príncipe imperial herdeiro presuntivo da coroa, grã-cruz e grande dignatário-mor.

Os outros príncipes da família imperial serão todos grã-cruzes.

Artigo 2.º - Pelas classes em que é dividida, terá a ordem.

1.º - Dezesseis grã-cruzes; oito efetivos e oito honorários. Nos lugares dos efetivos que vagarem por morte, entrarão por antiguidade os honorários. Ninguém será nomeado grã-cruz, sem ter já, por algum título, o tratamento de excelência.

2.º - Dezesseis grandes dignatários. Só o poderá ser quem tiver já por algum título, o tratamento de excelência.

3.º - Trinta e dois dignatários. Só o poderá ser quem tiver já por algum título, o tratamento de senhoria.

4.º - Os comendadores, oficiais e cavaleiros que eu for servido nomear; gozando os primeiros do tratamento de senhoria; os segundos das honras e continências que competem aos coronéis e os terceiros, às

dos capitães.

Artigo 3.º - As insígnias que tocam às diferentes classes são as dos desenhos anexos e a fita cor de rosa e branca.

Artigo 4.º - Os grã-cruzes efetivos usarão de bandas da referida cor, por cima da casaca ou farda, com um colar formado de rosas de ouro e esmalte, nos dias de corte e grande gala.

Nos mais dias, trarão só as bandas da vestia, como os grã-cruzes das outras ordens.

Os honorários usarão do mesmo modo, sem colar.

Artigo 5.º - Os grandes dignatários e os dignatários trarão a medalha pendente ao pescoço a chapa na casaca, com a diferença de não ter coroa e chapa dos segundos.

Artigo 6.º - Os comendadores e oficiais usarão da medalha e chapa na casaca, com a mesma diferença de não ter coroa e medalha e chapa dos segundos.

Artigo 7.º - Os cavaleiros trarão a medalha como usam as das outras ordens.

Artigo 8.º - Os despachos e expedientes da Ordem ficam pertencendo à Secretaria de Estado de Negócios do Império.

José Clemente Pereira do meu conselho, ministro e secretário de Estados dos Negócios do Império, o tenha assim entendido e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro, em 17 de Outubro de 1829, 8.º da Independência e do Império.

Com a rubrica de sua Majestade Imperial.

José Clemente Pereira”.

(cf. Álvaro da Veiga Coimbra, ob. cit. ver. de história n.º 65, p. 234).

(23) – Amélia Rezende, ob. cit., p. 185.

(24) – Taunay – ob. cit., vol. III, p. 73.

(25) – Taunay – “Pequena História do Café”, p. 39.

(26) – Taunay, idem, p. 55.

(27) – J. J. Von Tschudi – “Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo”.

- (28) – Vêr Davatz – “Memórias de um Colono (1850)”.
- (29) – Jair de Toledo Veiga, ob. cit.,
- (30) – Kraenbuhl, H. M. – “Alemães e Suíços em Piracicaba”, in Almanaque para Piracicaba de 1956.
- (31) – Doc. n.º 64, março 41, Caixa 377, Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo.
- (32) – Silva Bruno – ob. cit. p. 65 e seguintes.
- (33) – Richard M. Morse – “De comunidade a Metrópole, p. 100.
- (34) – Richard M. Morse, ob cit. p. 133, citando “O Liberal” de 27 de janeiro de 1869.
- (35) – Pela Lei n.º 10 de 19 de fevereiro de 1845 a administração das estradas cabia aos fazendeiros escolhidos pela presidência da Província.
- (36) – Todavia em seu relatório de 1868, o presidente da Província, Sr. Joaquim Saldanha da Gama, referindo-se à estrada que liga Constituição a Campinas, diz:

“A estrada de Constituição a Campinas estava sendo estudada com atenção. Devia custar, sem o apedregulhamento, 34:000\$; os fazendeiros do município, tendo à testa o importante cidadão brigadeiro Luiz Antonio de Souza Barros pretendiam realizar à sua custa, entendendo, porém, que eles deviam ser coadjuvados quando possível (Eugênio Egas, Galeria dos Presidentes de São Paulo, Período Monárquico, 1822 – 1889). p. 395.

(37) – Vejamos alguns dados citados por Manoel Cardozo, in “A escravidão no Brasil, tal como é descrita pelos americanos, 1822 – 1888”, “Revista de História” n.º 43 p. 147:

“A estimativa citada por Balbi dá ao Brasil em 1819 (às vésperas da independência) um total de 3.617.000 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: 843.000 brancos; 359.400 índios; 426.000 mestiços livres; 202.000 mestiços escravos; 159.500 negros livres e 1.728.000 negros escravos. No mesmo ano, Veloso de Oliveira estimou a população do país em 4.496.132 habitantes, incluindo 800.000 índios não domesticados. O recenseamento de 1872 indicou uma população total de 10.112.061 de indivíduos, destes, 3.818.403 estavam arrolados como brancos, 3.833.015 como mestiços e 1.970.609 como pretos. Em 30 de setembro de 1873 a população escrava foi estimada em 1.540.896 indivíduos. De acordo com o relatório oficial, em 30 de junho de 1885, havia 1.333.228 escravos. Três anos depois o ato da Abolição libertou cerca de 800.000 negros (nesta

época só os negros é que ainda eram escravos), em grande maioria nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, onde se concentravam cerca de três quartos da população escrava do Brasil”.

(38) – Particularmente os americanos, como Mr. Andrews, que visitando Ibi-caba, de Vergueiro, lá encontrou uma banda de música de negros, ou Codman, que se refere à bondade e indulgência dos patrões ao tratar seus escravos, com mais brandura do que é comum entre outros povos, ou o ver. Colton que afirma “as condições da população aqui, são muito menos ignóbeis e infelizes do que se esperava encontrar. Os escravos são em geral tratados com bondade e humanidade pelos seus donos” (Cardozo, ob.cit.p. 155).

(39) – Maria Paes de Barros, ob. cit., p. 126.

(40) – Silva Bruno, E. – ob. cit, vol.III, p. 1060.

(41) – Livro n.º 23, f. 2 v., 30-3-1885, Cartório Distribuidor Partidor de Santa Barbara.

(42) – Livro de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, n.º 12: Ata da sessão ordinária de 28 de julho de 1872.

(43) – Nícia Vilela Luz – Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro, p. 39.

(44) – Silva Bruno – ob. cit. vol. III, p. 1181.

ANEXO I (1)

Título Penteados

Francisco Rodrigues Penteadado, natural de Pernambuco, filho de Manoel Correa, casou-se, em São Paulo, com uma sobrinha de Fernão Dias Paes, Clara de Miranda, filha de Antonio Rodrigues de Miranda, natural de Lamego, e de potencia Leite. Faleceu Francisco Rodrigues Penteadado em 1673, com seu testamento em Parnaíba, e sua mulher em 1682. Teve os seguintes filhos:

Cap. 1.º. Francisco Rodrigues Penteadado

Cap. 2.º. Antonio Rodrigues Penteadado

Cap. 3.º. Andreza Leite

Cap. 4°. MANOEL CORREA PENTEADO

Cap. 5°. Paschoal Leite Penteado

Cap. 6°. João Correa Penteado

Cap. 7°. José Correa Penteado

CAPÍTULO 4. °

MANOEL CORREA PENTEADO, natural de São Paulo, que foi morador em Araçariguama, adquiriu riqueza com a exploração de minas de ouro nas Minas Gerais, e foi proprietário de grande fazenda de cultura em Araçariguama, termo de Parnaíba, onde teve as rédeas do governo e foi a pessoa de autoridade e veneração. Foi casado com Beatriz de Barros f^a. do capitão Pedro Vaz de Barros. Faleceu em 1745 e teve 6 filhos:

1-1 Padre José de Barros Penteado

1-2 Capitão FERNÃO PAES DE BARROS

1-3 Manoel Correa de Barros

1-4 Ana Pires

1-5 Maria Leite da Escada

1-6 Maria Dias de Barros

1-7 Luzia Leme Penteado

PARÁGRAFO 2

1 – 2 Capitão FERNÃO PAES DE BARROS foi morador em Parnaíba, onde faleceu em 1755, e foi casado com Ângela Ribeiro Leite, em 1731, em São Paulo, f^a. de Francisco Leite Ribeiro e de Maria Cerqueira. Teve:

2-1 Maria de Cerqueira Paes, casada com o guarda mor Calixto do Rego Souza Melo.

2-2 Ana, freira em Santa Teresa, em São Paulo, com o nome de Ana Matilde.

2-3 Francisco de Barros Penteado, que foi às minas com seus irmãos José de Barros e Antonio de Barros Penteado e ficou morando em Vila Boa de Goiás, onde se casou e deixou filhos. Deste é bisneto o governador de Mato Grosso coronel Antonio Paes de Barros.

2-4 Custódia Célia de Cerqueira casou-se com o Sargento mor Francisco Ribeiro de Moraes Pedroso, de Sorocaba.

2-5 Capitão José de Barros Penteado, de São Roque, foi às minas onde demorou-se três anos e por doente voltou a São Paulo trazendo boa soma em ouro com que comprou terras na vila de Itu, onde se estabeleceu e casou-se em 1775 com Maria Dias Leite, filha de José Gonçalves de Barros e da 1.^a mulher Maria Dias Leite. Faleceu o capitão e, 1789, com testamento em Itu e teve 6 filhos (o primeiro foi o tenente Fernando Paes de Barros, ouvidor, cavaleiro da Ordem de Cristo, proprietário de grandes fazendas de cultura em Itu e Capivari. Casou-se em Itu, em 1807 com Maria Jorge de Almeida Barros, filha de Alexandre Luiz de Almeida Barros e de Ana Jorge de Barros. Faleceu em 1851 teve 11 filhos.

2-6 Capitão ANTONIO DE BARROS PENTEADO, foi às minas com seu irmão o cap. José de Barros e na exploração da mina da Melgueira, conseguiu tirar em alguns anos uma arroba de ouro, com que, voltando para São Paulo comprou terras em Itu onde ficou estabelecido. Casou-se em 1778 em Itu com Maria Paula Machado, filha do cap-mor Salvador Jorge Velho e de Genebra Maria Machado. Faleceu em 1820 em Itu. Teve 9 filhos:

3-1 Angela Ribeiro de Cerqueira, casada em Itu, em 1795 com o cap. José Manuel de Mesquita, natural de Braga. Teve 9 filhos:

4-1 José Antonio de Mesquita (mais tarde capitão) casou-se em Itu com Gertrudes de Campos Almeida. Teve 6 filhos:

5-1 Ângela, falecida em menoridade.

5-2 Jose Manoel de Mesquita, bacharel em direito, casou-se com sua parenta Amélia Higina de Souza, filha do dignatário LUIZ ANTONIO DE SOUZA BARROS. Teve:

6-1 Felicíssima, casada com Dr. Henrique Baumfelder, da Alemanha.

6-2 José Manoel de Mesquita, casado com sua prima Angela Whitaker.

6-3 Gertrudes de Mesquita casada com seu parente João de Aguiar Melchert.

6-4 Ilidia de Mesquita casada com seu primo Alberto de Souza Vergueiro, filho de Joaquim Vergueiro e de LUIZA AUGUSTA DE SOUZA BARROS.

5-3 Dr. Inácio Xavier Paes de Campos de Mesquita, formado em medicina, casado com Elisa de Souza Barros de Mesquita, filha do dignatário LUIZ ANTONIO DE SOUZA BARROS e de sua segunda mulher FELICÍSSIMA DE ALMEIDA CAMPOS. Teve:

6-1 Inácio Manoel falecido em menoridade.

6-2 Luiz Antonio de Campos Mesquita, bacharel em direito.

6-3 Elisa de Mesquita, casada com Mauricio Higgins.

6-4 Cecília Julia de Mesquita, nascida em Paris.

6-5 Branca de Almeida.

6-6 Jorge de Almeida.

6-7 Angela Ribeiro

6-8 Beatriz de Barros.

6-9 Felicíssima de Campos.

6-10 Inácio Xavier.

6-11 José Manoel de Mesquita nascido em Genebra.

5-4 Francisca Amália de Mesquita, segunda mulher de seu primo cap. Francisco Correa Pacheco.

5-5 Antonia Eufrosina de Mesquita casou-se com José de Almeida Sampaio.

5-6 Luiz falecido em menoridade.

4-2 Manoel José de Mesquita, tenente de milícias, faleceu solteiro.

4-3 Teolinda Angélica de Mesquita Barros casou-se com Carlos José Nardy de Vaconcelos.

4-4 Francisco de Paula, falecido solteiro.

4 – 6 Elizéa Guilhermina, casou-se em Itu com seu tio Joaquim Floriano de Barros.

4 – 7 Antonio José de Mesquita, casou-se em 1839 com Gabriela Emília da Costa Aguiar. Teve 7 filhos.

4 – 8 Luiz de Mesquita Barros, casou-se com Clara de Paula Souza.

4 – 9 Maria de Mesquita, falecida em 1813 com um ano e meio.

3 – 2 Joaquim Florano de Barros, casou-se em Itu em 1819 com Elizéa Guilhermina, sua sobrinha. Faleceu em Itu, e teve:

4 – 1 Joaquim Floriano de Mesquita Barros, casado com Ana Luiz de Campos Ferraz.

4 – 2 Angela Guilhermina de Barros, casada em 1842, em Itu, com seu primo Francisco Fernando Paes de Barros, filho do tenente Fernando Paes de Barros e de Maria Jorge.

3 – 3 GENEBRA DE BARROS LEITE, casou-se em 1797, em Itu, com o brigadeiro Luiz Antonio de Souza, fidalgo com brazão d' armas, filho de José Luiz de Souza e de Ana Maria de Macedo, n. p. de Manoel Francisco de Queiroz e de Maria de S. Paio, n. m. de Manoel Teixeira Florido e de Miza de Souza: segunda vez casou-se com o dr. José da Costa Carvalho, natural da Bahia, depois marquês de Monte Alegre, filho do patrão-mor da barra da cidade da Bahia, José da Costa Carvalho e de Inês da Piedade Costa. Faleceu em 1836 em Lisboa. Teve:

Do primeiro marido:

4 – 1 Francisca Miquelina de Souza Queiroz

4 – 2 Ilídia Mafalda de Souza Rezende

4 – 3 Francisco Antonio de Souza Queiroz

4 – 4 LUIZ ANTONIO DE SOUZA BARROS

4 – 5 Vicente de Souza Queiroz.

4 – 6 Maria Inocência de Souza Queiroz

4 – 1 Francisca Miquelina foi casada com seu primo o coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, filho do coronel Francisco Inácio de Souza, natural de Portugal, e de Izabel Inácia da Conceição, natural de São Paulo. Teve:

5 – 1 Genebra de Souza Queiroz, casada com seu primo Luiz de

Souza Rezende, filho de Ilidia Mafalda.

5 - 2 Izabel Augusta de Souza Queiroz, casada com o conselheiro Luiz Antonio Barbosa de Oliveira e Maria Rosimunda da Penha de França. Teve 5 filhos.

4 - 2 Ilídia Mafalda de Souza Rezende, falecida marquesa de Valença, casada com dr. Estevão Ribeiro de Rezende, atural de Minas Gerais, marquês de Valença, senador do Império. Teve:

5 - 1 Ilídia Mafalda de Souza Barros, casada com seu tio o dgnatário LUIZ ANTONIO DE SOUZA BARROS, de quem foi a primeira mulher.

5 - 2 Luiz de Souza Rezende, casado com sua prima irmã Genebra de Souza Queiroz, na primeira vez e na segunda com Maria Ambrosina. Teve uma filha do primeiro casamento e um casal do segundo.

5 - 3 Leopoldina de Souza Rezende, falecida solteira.

5 - 4 Amélia de Souza Rezende, falecida solteira.

5 - 5 Francisca de Souza Ribeiro, casada com o conde de Cambolás.

5 - 6 Pedro de Souza Rezende, barão de Valença, casado com Justina Emerick. Teve:

6 - 1 Maria Justina, casada com Manoel Ernesto da Conceição, filho dos barões de Serra Negra.

6 - 2 Maximiliano de Souza Rezende casado com Virginia de Paula Souza.

6 - 3 Estevão Ribeiro de Rezende casado com Vitória de Almeida Lima.

6 - 4 Ernesto de Souza Rezende.

5 - 7 Estevão de Souza Rezende, barão de Rezende, casado com Ana Cândida da Conceição, filha do barão de Serra Negra. Teve:

6 - 1 Estevão de Souza Rezende.

6 - 2 Francisco de Souza Rezende.

6 - 3 Lídia de Souza Rezende.

6 - 4 Dr. Luiz de Souza Rezende.

5 - 8 Maria de Souza Rezende, casada com Dr. José de Costa Lima e Castro.

5 - 9 Severino de Souza Rezende, casado com Alice Gracie.

5 - 10 Elisa de Souza Rezende.

5 - 11 Geraldo de Souza Rezende, barão Geraldo de Rezende, casado com Maria Amélia de Oliveira.

4 - 3 Francisco Antonio de Souza Queiroz, barão de Souza Queiroz, senador do Império, abastado fazendeiro e proprietário em São Paulo, casado com Antonia Eufrosina Vergueiro, filha de Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e de Maria Angélica de Vasconcelos. Teve 12 filhos.

4 - 4 LUIZ ANTONIO DE SOUZA BARROS, dignatário da ordem da Rosa, Cavaleiro da ordem de Cristo, foi opulento fazendeiro com culturas de café; foi 1º casado com sua sobrinha Ilídia Mafalda de Souza Barros, filha de Estevão Ribeiro de Rezende e de Ilídia Mafalda de Souza Rezende, marquês de Valença; 2ª vez, foi casado, com Felicíssima de Almeida Campos, filha do tenente Domingos de Almeida Campos e de Maria Inácia Leite. Teve:

Da primeira:

5 - 1 Ilídia de Souza Whitaker casada com seu primo dr. João Guilherme de Aguiar Whitaker e de Angela da Costa Aguiar.

5 - 2 Luiza Augusta de Souza Vergueiro casada com seu primo Joaquim Vergueiro, filho do dr. Nicolau P. de Campos Vergueiro e de Maria Angélica Vasconcelos.

5 - 3 Francisca de Souza Barros casada com dr. Bento de Aguiar Barros, seu primo, filho do capitão Francisco Xavier Paes de Barros e de Rosa Aguiar Barros. Faleceu o dr. Bento de Aguiar em 1902. Teve 5 filhos.

5 - 4 Estevão de Souza Barros, casado com Leonor de Assunção Barros, filha de José Custódio de Assunção e de Maria Dias Toledo.

5 - 5 José de Souza Barros, casado primeiro com Josefina Dias de Aguiar, e segunda vez com Luiza.....

5 - 6 Francisco de Souza Barros, casado com Francisca Ferraz do Amaral. Teve:

6 - 1 Maria Ilídia de Souza Whitaker, casada com seu primo Luiz Guilherme de Souza Whitaker filho do dr. João Guilherme de Aguiar Witaker e de Ilidia de Souza.

6 - 2 Olivia de Souza Melo, casada com Carlos da Silveira Melo.

6 - 3 Eliza de Souza Barros.

6 - 4 Maria Amélia de Souza Barros.

6 - 5 Francisca de Souza Barros.

5 - 7 Amélia Higina de Souza Barros, casada com seu primo dr. José Manoel Mesquita.

5 - 8 Izabel de Souza Barros casada com seu primo dr. Bento Francisco de Paula Souza, filho de Francisco de Paula Souza e Melo e de Maria de Barros Leite.

5 - 9 Luiz de Souza Barros.

Da segunda mulher Felicíssima de Almeida Campos teve:

5 - 10 Maria de Souza Barros casada com seu primo coronel Antonio Paes de Barros, filho de Antonio Paes de Barros, barão de Piracicaba e de Gertrudes Eufrozina de Aguiar. Teve 9 filhos:

6 - 1 Antonio Paes de Barros Jr.

6 - 2 Maria Paes de Barros casada com Edmundo Wright

6 - 3 Luiz Paes de Barros.

6 - 4 Otilia Paes de Barros.

6 - 5 Rosalina Paes de Barros.

6 - 6 Eduardo Paes de Barros.

6 - 7 Gustavo Paes de Barros.

6 - 8 Gertrudes Paes de Barros.

6 - 9 Rafael Paes de Barros.

5 - 11 Luiz de Souza Barros, formado na escola de minas nos Es-

tados Unidos, fazendeiro.

5 - 12 Elisa de Souza Barros Mesquita, casada com Inácio Xavier Paes de Campos Mesquita, filho do cap. José Manoel de Mesquita e de Gertrudes de Campos Almeida. Teve 11 filhos.

5 - 13 Dr. Antonio de Souza Barros casado com Augusta Loureiro de Souza Barros. Teve:

6 - 1 Augusto de Souza Barros

6 - 2 Eliza de Souza Barros

6 - 3 Luiz Antonio de Souza Barros

6 - 4 Felicíssima de Souza Barros

6 - 5 Juliana de Souza Barros

5 - 14 Dr. Fernando de Souza Barros casado com sua prima Cândida Paes de Barros, filha do dr. Rafael de Aguiar Paes de Barros e de Francisca de Azevedo Barros Teve:

6 - 1 Fernando de Souza Barros Filho

5 - 15 Adelina de Souza Barros

5 - 16 Felicíssima de Souza Barros

5 - 17 Roberto de Souza Barros casado com Maria de Camargo

5 - 18 Eugênia de Souza Barros casada com João Then. Teve:

6 - 1 Felix Ernesto Then

6 - 2 Luiza Then

5 - 19 Antonia de Souza Barros, casada com o norte-americano Carlos Ralston. Teve:

6 - 1 Guilherme Ralston

6 - 2 Roberto Carlos

4 - 5 Genebra de Souza Queiroz, barão de Limeira, opulento fazendeiro com grandes culturas de café, e proprietário em São Paulo onde residia. Foi casado com sua prima Francisca de Paula Souza, Broneza de Limeira, residente em São Paulo. Teve:

5 – 1 Vicente de Souza Queiroz casada com seu primo dr. Antonio Francisco de Aguiar Barros

5 – 2 Francisca Miquelina de Souza Queiroz, casada com seu primo dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz, filho dos barões de Souza Queiroz.

5 – 3 Vicente de Souza Queiroz, bacharel em direito, casado com Gabriela Ferreira de Souza Queiroz, filha do barão e visconde de Embaré, em Santos. Teve dois filhos.

5 – 4 Maria Olesia de Souza Queiroz, casada com dr. Carlos França de Carvalho. Teve um filho.

5 – 5 Luiz Vicente de Souza Queiroz, casado com Hermelinda Ottoni de Souza Queiroz.

5 – 6 Angela de Souza Queiroz, casada com o conselheiro dr. Carlos Leoncio de Carvalho.

5 – 7 Francisco Vicente.

5 – 8 Paulo de Souza Queiroz, bacharel em direito, casado com Narcisa Ribeiro de Andrada.

5 – 9 Alice de Souza Queiroz casada com seu primo Carlos Paes de Barros, engenheiro civil pela universidade de Cornell, América do Norte.

5 – 10 Carolina de Souza Queiroz, casada com o engenheiro civil pela Universidade de Cornell, Domingos Correa de Moraes.

5 – 11 Paulina de Souza Queiroz.

5 – 12 Dr. Antonio Vicente de Souza Queiroz.

5 – 13 Dr. Fernão de Souza Queiroz casado com Maria Flora de Barros.

5 – 14 Teobaldo de Souza Queiroz.

5 – 15 José Vicente de Souza Queiroz.

4 – 6 Maria Inocência de Souza Queiroz

3 – 4 Escolástica Joaquina de Barros, filha do capitão Antonio de Barros Penteado e de Paula Machado, casada com ouvidor geral dr. Miguel Antonio

de Azevedo Veiga, teve um filho: capitão Miguel Antonio de Azevedo Barros, falecido em 1885, em Itu. Teve 4 filhos.

3 – 5 Capitão-mor Bento Paes de Barros, primeiro barão de Itu. Casou-se em Sorocaba com Leonarda de Aguiar.

3 – 6 Capitão Antonio Paes de Barros, primeiro barão de Piracicaba, foi natural de Itu, e um dos fundadores da cidade de São João do Rio Claro, onde formou fazenda para a cultura do café. Deputado suplente por São Paulo às câortes de Lisboa em 1822; casou-se em 1819 em Sorocaba com Gertrudes Eufrosina de Aguiar, filha do coronel Antonio Francisco de Aguiar e de Gertrudes Eufrosina Ayres. Faleceu em 1859. Teve seis filhos:

4 – 1 Maria Rafael de Aguiar Barros, casada com seu primo o conselheiro dr. Antonio Francisco de Paula Souza

4 – 2 Coronel Rafael Tobias de Barros, 2º barão de Piracicaba, casado 1º com sua prima Leonarda de Aguiar Barros; depois com Maria Joaquina de Melo Oliveira, baronesa de Piracicaba.

4 – 3 Gabriela de Aguiar Barros, 1º casada com Dr. João Nepomuceno de Souza Freire, depois com seu primo dr. João Francisco de Paula Souza.

4 – 4 Antonia de Aguiar Barros, marquesa de Itu, casada com dr. Antonio de Aguiar Barros, marquês de Itu.

4 – 5 Coronel Antonio Paes de Barros casou-se com sua prima Maria de Souza Barros, filha do dignatário LUIZ ANTONIO DE SOUZA BARROS e de sua mulher Felicíssima de Almeida Campos. Teve nove filhos.

4 – 6 Major Diogo Antonio de Barros, fez a campanha do Paraguai como capitão do 7º batalhão de voluntários paulistas; foi o fundador da 1ª fábrica de tecidos de algodão em São Paulo, à rua Florêncio de Abreu. Foi casado com Elisa Dias de Toledo.

3 – 7 capitão Francisco Xavier Paes de Barros, natural de Itu casado 1º em 1827 em Sorocaba com Rosa Cândida de Aguiar Barros; 2ª vez casou-se com a irmã de sua 1ª mulher, Ana de Aguiar Barros; 3ª vez com Andresa Lopes de Oliveira.

Da 1ª mulher teve 12 filhos:

4 – 1 Maria Cândida

4 - 2 Dr. Francisco Xavier Paes de Barros

4 - 3 Rafael Aguiar de Barros

4 - 4 Dr. Antonio Francisco de Aguiar Barros

4 - 5 João Aguiar de Barros

4 - 6 Gertrudes Brazílica de Aguiar Barros

4 - 7 Bento de Aguiar Barros, bacharel em direito, falecido em 1902 em São Paulo, casado com sua prima Francisca de Souza Barros, filha do dignatário Luiz Antonio de Souza Barros e da sua 1.ª mulher Ilidia Mafalda de Souza Barros Teve:

5 - 1 Maria Izabel Aguiar de Barros

5 - 2 Luiz de Souza Aguiar de Barros

5 - 3 Izabel de Aguiar Barros

5 - 4 Albertina Aguiar Barros

5 - 5 Eugênia Aguiar Barros

4 - 8 Francisca Aguiar de Barros

4 - 9 Carlos Paes de Barros

4 - 10 Brasilico Lopes de Barros

4 - 11 Fernão Paes de Barros

3 - 8 Ana Joaquina de Barros, casada em 1797, em Itú, com o coronel João Xavier da Costa Aguiar. Teve:

4 - 1 Angela da Costa Aguiar, casada com Guilherme Whitaker, natural da Inglaterra. Teve 9 filhos:

5 - 1 João Guilherme de Aguiar Whitaker, bacharel em direito, casado com sua prima Ilidia de Souza, filha do dignatário LUIZ ANTONIO DE SOUZA BARROS e 1.ª mulher Ilídia Mafalda de Souza Barros. Teve um filho:

6 - 1 Luiz Guilherme de Aguiar, casado com sua prima Maria Ilídia de Souza Whitaker, filha de Francisco de Souza Barros e de Francisca Ferraz do Amaral.

5 - 2 Gabriela de Aguiar Whitaker

- 5 - 3 Henrique de Aguiar Whitaker
- 5 - 4 Comendador dr. Antonio Afonso de Aguiar Whitaker
- 5 - 5 Angela de Aguiar Whitaker
- 5 - 6 Jorge de Aguiar Whitaker
- 5 - 7 Frederico de Aguiar Whitaker
- 5 - 8 Artur Horácio de Aguiar Whitaker
- 5 - 9 Brasília de Aguiar Whitaker
- 4 - 2 Tenente João Xavier da Costa Aguiar
- 4 - 3 Bárbara da Costa Aguiar
- 4 - 4 Major Luiz Antonio da Costa Aguiar
- 4 - 5 Teolinda da Costa Aguiar
- 4 - 6 Genebra da Costa Aguiar
- 4 - 7 Elisa da Costa Aguiar
- 4 - 8 Gabriela Emília de Aguiar, casada com seu primo Antonio de Mesquita Barros, filho do capitão José Manoel de Mesquita e de Angela Ribeiro Cerqueira.
- 4 - 9 Carolina da Costa Aguiar
- 4 - 10 Antonio Augusto da Costa Aguiar
- 4 - 11 Emilia da Costa Aguiar
- 3 - 9 Maria de Barros Leite, última filha do capitão Antonio de Barros Penteado, casada com o conselheiro senador Francisco de Paula Souza e Melo.

1) Apresentamos aqui um resumo do título PENTEADOS da Genealogia Paulistana, vol. III, de Luiz Gonzaga da Silva Leme partindo de Francisco Rodrigues Penteado, mas deixando de lado detalhes que não interessam diretamente ao ramo de Luiz Antonio de Souza Barros.

ANEXO II (1)

**A. Officio da Câmara Municipal de Constituição ao Presidente da Província,
em 26 de fevereiro de 1859**

ILMO. E EXMO SR.

A Camara Mal. desta Cidade da Constituição tem a onra de levar ao alto conhecimento da V.Exa. o occorrido nesta Cidade. No dia 23 andou João Feliciano de S. Paio com um Requerimento pedindo um abaixo assinado para mudança da ponte asima do salto isto mandado por Luiz Antonio de Souza Barros que mandou em próprio com a maior brevidade possível; ora Ilmo e Exmo. Sr. esta Representação é a mais falça, que é possível de aver com todas as falcidades por diserem, que é muito melhor a ponte asima do salto, e com mais facilidade de fazer e duração mesmo poderá durar senão thé achar uma enxente como a do ano passado; outrosim como pode tirar-se uma ponte do meio da Povoação com distancia de um quarto de legoa fora da Cidade; outrosim de a entrada paçar na mesma direção da ponte; outrosim dis na mesma Representação, que o proprietário dese lugar deixou de plantar canas para ir vendendo os pedaços ao povo para puxar a Cidade para aquelle lugar, é tão falço que a Cidade está caminhando para aquele lado, que regista mais de 500 braças que não tem nenhuma casa, e todo esse terreno que dito proprietário quer vender não pertence a elle proprietário, que foi decidido pelo Exmo. Preside, que esta Camara consultou, com o mesmo Governo podem V. Exa. ficarem certos que a não ser a ponte no lugar marcado ou na velha antes esta Camara é de parecer, que não haja ponte sendo asima do salto é o mesmo cumprimento da debaixo, ou talves mais cumprido, deverá levar de soterra de sem braças para mais, que é um brejal, e quando ouver inxentes não á ninguém que destranque, o que não acontece na ponte onde está marcado pelo Engenheiro, que logo que apareça qualquer madeira logo as canoas seguram tudo, este assignado é mandado proceder por interesse de Souza Barros para defender a Fabrica de sua Irmã, e em nada ofende dita Fabrica, e quando ofendese era nos terrenos da Camara que é propriedade della que nem com direito elles tem; portanto a Camara vendo o clamor público dos povos de seu Município leva tudo ao conhecimento de V. Exa., afim de não darem credito a tal Representação, que é tudo falço; que tanto que muito menos que assignarão a Representação estão arrependidos, e prontos a declararem que forão iludidos, e envolvidos a assignaram contra o parecer mais de 300 e 400 assinaturas, tanto V.Exa. ficarão mais certos

que esta Representação deverá ir por interesse da Camara; elles vão representar sem darem a menor satisfação, querem ser outros Representantes do Município. Ds. Ge. E V. Exa. Por muitos anos. Paço da Camara Mal. em secção de 26 de Fevereiro de 1859. Ilmo e Exmo. Presidente – Antonio Joaquim da Silveira – Antonio Narciso Coelho – João Baptista Correa – José Antonio Gonsalves de Oliveira.

B. Ofício da Câmara Municipal de Constituição ao Presidente da Província, em 27 de outubro de 1862

ILMO. E EXMO. SR.

A Camara Municipal da Cidade da Constituição, em cumprimento ao despacho de V. Exa. exarado na petição junta do Comendador Luis Antonio de Souza Barros na qual se lhe ordena que informe com urgencia sobre o contheudo da mesma, tem a honra de fazer subir ao conhecimento de V. Exa. sua informação pela maneira seguinte: Pondo de parte esta Camara o grande interesse do peticionario na mudança da ponte para a localidade que indica, por isso que assim livra a Fazenda de sua Irmã e ex-sogra a Marquesa de Valença, da estrada que comonica esta Cidade com as muitas povoações vizinhas e Provincia de Mato Groço, tem de fazer sentir a V. Exa. que a ponte existente foi acabada de construir a quatro anos no centro desta Cidade e na extença rua Chamada Direita, entrada e sahida da mesma, tudo em virtude de representações dos povos e demarcação do Engenheiro Antonio José Vaz; que os coffres Provinciaes dispenderão com sua excelente construção mais de dezoito contos de reis, que apesar de duas enchentes, que ouverão, inchentes que a cobrirão e o levarão sobre ella grandes madeiras, nem assim a destruirão, sucedendo apenas arruinaem-se dois lanços; que a ladeira que existia na rua mencionada há sido quasi completamente adoçada por escavações, e outros beneficios, mandados fazer a expenças dos cofres municipais, que o Morro denominado Piracicamirim fica aquem da ponte hum quarto de legua e sahida desta Cidade, não podendo ser evitado com a mudança e que finalmente a ponte existente oferece bastante duração pela sua boa contrução, e achasse no lugar mais apropriado e comodo, ao passo, que mudada ela para aquele, que se menciona, fica muito retirada da povoação e entre unicamente duas povoações, digo duas Freguezias, demanda maior extenção por ser ahi o Rio mais largo, em lugar perigosissimo, embora mais baixo por seguir-se logo o Salto, e Cachoeiras, que na ocação de chuvas prohibem athe qualquer socorro. Por ultimo a Câmara

faz siente a V.V. Exa. que o conserto que para o qual foi posto a sua disposição 800.000 acha-se quase finalizado, sucedendo que por estes dez dias dá a ponte livre transito, deixando a apreciação de V. Exa. a economia apregoada pelo peticionario, quando que a construção de hum novo edificio desprezando-se aquelle, em que foi consumida a dezena de contos mencionada, e que com pouco dispendio de 800.000 fica em seo estado primitivo. Ds. Ge. a V. Exa. por muitos anos. Paço da Camara Municipal da Cidade de Constituição em Secção extraordinária de 27 de outubro de 1862. Salvador de Ramos Correa – José Vensceslao de Almeida Cunha – Afonso Augustinho Gentil de Andrade – José de Almeida Leite Ribeiro – Joaquim Antonio de Oliveira Leme.

C. Officio da Câmara Municipal de Constituição ao Presidente da Província, em 6 de abril de 1863

EXMO. SR.

A Camara Municipal da Cidade da Constituição acusa recebida a Portaria de V. Exa, dactada de 18 do mes findo, na qual lhe comonica haver nandado por a sua disposição a quantia de 5:650\$000 para os reparos das estradas que seguem a Villa da Limeira, Brotas e Rio Claro de uniformidade as quotas designadas pela Lei do Orçamento vigente, art. 4, parágrafo 1.º para serem igualmente repartidas entre as localidades referidas mas a ponte sobre o Rio Corumbatahi, na estrada que comonica esta Cidade com mesma Camara, reconhecendo de absoluta nescidade a contrução de huma a província de Mato Groço, visto como a que existia foi destruida pela inxente do ano findo segundo tudo já comonicou a V. Exa. por officio de 6 de janeiro e 10 de abril, todos do corrente ano; reconhecendo outro sim que mais conveniente se torna aperfeiçoar a estrada velha e antiga que da mesma Cidade segue a V. de Brotas, cuja aperfeiçoação e devidos atalhos a pode incurtar cerca de duas legoas, ao passo que a nova projectada vai muito ofender aos proprietários Comendador Luiz Antonio de Souza Barros e Dr. Elias Paxeco Jordão, sendo que a respeito do primeiro passa ela pela enormildade de seos cafezais, e lhe traz grande prejuízo pelo que sem duvida há de fazer toda opposição ao mesmo que não seja indemnizado esta Camara consulta a V. Exa., se pode da quota, repartidamente designada, aplicar a parte para o conserto digo construção da ponte indicada, constante na estrada antiga, e seo melhoramento conforme o exposto. Paço da Camara Mal. da Cidade da Constituição em seção extraordinária

de 6 de abril de 1863. Dos Ge. a V. Exa. por muitos anos. Ilmo. e Exmo. Sr. Dor. Conselheiro Vicente Pires da Mota. Mto Digno Presde. desta Província de São Paulo. José Venceslao de Almeida Cunha – Afonso Agostinho Gentil de Andrade – João Baptista de Campos Pinto – Manoel Alves de Oliveira Doria – Joaquim Antonio de Oliveira Leme.

Êstes ofícios da Câmara Municipal ao Govêrno Provincial põem em evidência o problema das comunicações entre os municípios e a Província de Mato Grosso. Problema cuja solução dependia de vários fatores, inclusive da boa vontade, de um lado, das autoridades provinciais, de outro do interesse e do despreendimento dos fazendeiros da região.

Divulgando-os aqui, pretendemos apenas por em destaque a situação do Comendador Souza Barros, ora defendendo os interesses da irmã contra a Câmara Municipal, ora sendo até defendido por esta, que, em certo sentido, procura evitar-lhe aborrecimentos e prejuízos. Nomeado inspetor da estrada, dela não cuidará a contento, o que fará, então a Câmara representar contra ele.

As datas dos ofícios mostram a lentidão dos processos. As questões se estendem anos a fio, sem solução, enquanto a Câmara tudo espera do paternal poder do Presidente ou da Assembléia Provincial.

1) Cf. Correspondência Oficial da Câmara Municipal de Piracicaba (Subsídios à História de Piracicaba) – publicada no Diário de Piracicaba em 1965, originais da C. Municipal. (por G.Vitti).

FONTES

I. DOCUMENTAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA:

Atas das sessões da Câmara (1822-1889)
Livros de Correspondência oficial da Câmara
Livros de Aforamento (1863 em diante)
Livros de Posturas municipais

CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DE PIRACICABA:

Livros de Notas de 1822 a 1888
Autos civis de divisão amigável

CARTÓRIO DE 2º OFÍCIO DE PIRACICABA:

Livros de Notas de 1822 á 1888
Autos cíveis diversos

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Bens Rústicos, 1818, maço nº 20
Levantamento de População (Piracicaba); 1822-1828; 1832-1850
Livros de Registro de Terras de Constituição, nº 80 e 81.
Ofícios Diversos (Constituição), Caxias de nº 371 á 378

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO:

A Bernarda de Francisco Ignácio em São Paulo, em 23 de maio de 1822, 3.a Ed. 1913
Atas do Consêlho da Presidência da Província (1832) – 1834)
Atas do Conselho da Presidência da Província (1824-1829)
Livros de Sesmarias.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL (1841 Á 1889)

LEGISLAÇÃO:

Coleção de Leis do Império

II. LIVROS, REVISTAS E JORNAIS

ALMANAQUES:

Almanaque para Piracicaba para o ano de 1900

Almanaque para Piracicaba para o ano de 1936

Almanaque para Piracicaba para o ano de 1955

ALMEIDA, Aluisio – **A revolução Liberal de 1842**, 2.a ed. José Olympio, Rio, 1944.

ANDRADE, Julio Ferreira – **História da Igreja Presbiteriana no Brasil** em comemoração ao seu primeiro centenário, vol. 1, Casa Editora Presbiteriana, S. Paulo, 1959.

AZEVEDO MARQUES, Manuel E. de – **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo**, 2 vol., B. H. P., Com. IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

BARROS BROTERO – Frederico de – **Descendentes do tenente Fernando Paes de Barros**, 2.a ed., São Paulo, 1949.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio – **São Paulo**, in História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, **O Brasil Monárquico**, 2º vol. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1964.

CANABRAVA, Alice P. – **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1871)**, Ind. Graf. Siqueira, São Paulo, 1951.

D'ALINCOURT, Luiz – **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá**, B.H.P., Com. IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

DAVATZ, Thomas – **Memórias de um Colono no Brasil (1850)**, B.H.P. Liv. Martins Ed., São Paulo, 1941.

ELLIS JR. Alfredo – **O café e a Paulistânia**, Boletim da Fac. Fil. Ciências e Letras, USP, São Paulo, 1948.

KRAHENBUHL, H. M. – **Alemães e Suíços em Piracicaba**, in Almanaque de Piracicaba para 1955, Ed. Fonseca, Piracicaba.

LEANDRO, Luiz – **De Piracicaba para Piracicaba**, Subsídios para a História da Cidade. Seleção e Notas de Luiz Leandro, Ed. do “Jornal de Piracicaba, 1961.

LÉONARD, E. G. – **L’Eglise presbytérienne du Brésil et ses expériences ecclésiastiques**, in Etudes Evangéliques, n.º 1, Aix-em-Provence, France, 1949.

MARTINS, Amélia de Rezende – **Um idealista realizador**, Of. Gráficas do Almanaque Laemmert, Rio, 1939

MONBEIG, Pierre – **Pionniers et Planteurs de São Paulo**, Armand Colin, Paris, 1952

MORSE, Richard M. – **De comunidade a Metrópole**, Biografia de São Paulo, Com. IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

NEME, Mario – **História da Fundação de Piracicaba**, J. Mendes Fonseca ed., Piracicaba, 1943.

PAES DE BARROS, Maria – **No Tempo de Dantes**, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1946.

PAES LEME, Pedro taques de Almeida – **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**, B.H.P., 3 vol. Com, IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954

PRADO JR., Caio – **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**, 2.a Ed., Ed. Brasiliense, São Paulo, 1945.

SILVA BRUNO, Ernani – **História e Tradições da Cidade de São Paulo**, 3 vol. Liv. José Olympio, Com. IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

SILVA LEME, Luiz G. da – **Genealogia Paulistana**, 9 vol. Duprat Cia., São Paulo, 1904.

TAUNAY, Affonso de – **História do Café no Brasil**, vol.III (Brasil Imperial, 1822-1872), tomo I, Dep.Nacional do Café, Rio, 1939.

Pequena história do Café no Brasil (1727-1837), Dep. Nacional do Café, 1945.

TSCHUDI, J. J. Von – **Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**, B.H.P., Com. IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

VEIGA, Jair Toledo – **Uma pousada na História**, in Diário de Piracicaba, 1-8-1965.

VEIGA COIMBRA, Alvaro – **Noções de Numismática**, in Revista de História, nº 50, 53, 56, 60, 65, Dep. de História, F. F. C. L. da USP, São Paulo.

VILELA LUZ NICIA – **Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro**, separata da Revista de História, F. F. P. L. da USP., São Paulo.

Este livro é uma reimpressão de Separata da Revista nº CLXXII, do Arquivo Municipal de São Paulo. Como a própria autora afirma, escrever a biografia de certos homens é fazer a história de certas épocas. Para ela, o estudo da vida de homens tão ligados à economia rural, como a de Luiz Antonio de Souza Barros, é de fato o estudo de certos aspectos da economia paulista no século XIX. Ou mais especificamente, a vida de um lavrador dessa época é o retrato da sociedade paulista voltada para as atividades agrárias, ou seja, de uma verdadeira revolução econômica e social. Este trabalho apresenta detalhes das dinastias açucareiras ou cafeeiras, pilares da economia da Província de São Paulo no tempo do Império.



PIRACICABA
Prefeitura do Município
Ação Cultural
Secretaria Municipal



EQUILIBRIO
editora

ISBN 978-85-61237-37-0



9 788561 237370